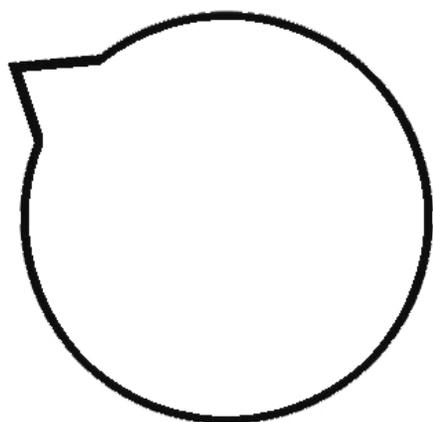


CARTILHA DO III CONECS



Ciências SOCIAIS



FORMAÇÃO



^e IDEOLOGIA

3º Conselho Nacional de Estudantes de
Ciências Sociais

Fortaleza-CE de 21 a 28 de Janeiro de 2012

Índice

Apresentação do Conecs.....	Pág. 03
Programação do 3º CONECS.....	Pág. 04
Fragmentos do Método Josué de Castro...	Pág. 05
Texto 1: Como Funciona a Sociedade.....	Pág. 15
Texto 2: Reestruturação Produtiva.....	Pág. 46
Texto 3: Universidade e Sociedade.....	Pág. 62
Texto 4: C.S. Formação e Ideologia.....	Pág. 72

APRESENTAÇÃO DO III CONECS E I CFP DO MECS

O CONECS – Conselho Nacional de Estudantes de Ciências Sociais – consiste em um encontro anual, articulado nacionalmente, com o intuito de discutir e aprofundar as questões e reflexões atuais dentro do mundo universitário das Ciências Sociais, na perspectiva de trazer à luz da prática crítica, possíveis atuações que fortaleçam a nossa formação humana e profissional.

No último ENECS-BH em Julho de 2011 foi discutido e deliberado uma série de mudanças e reformulações pensadas no intuito de superar os muitos problemas encontrados na Ciências Sociais, e na perda de seu caráter crítico e preocupado com as transformações sociais.

A reorganização do nosso M.E de área, profundamente individualizado no que condiz a socialização dos debates e problemas encontrados em cada escola, foi apontado pelo próprio MECS (Movimento Estudantil de Ciências Sociais) como uma necessidade urgente, como fundamental na construção de uma Ciência Social que volte a ser perigosa.

Pensando nessa re(organização) mais que necessária, duas importantes formulações foram deliberadas na plenária final do encontro: a criação de uma Articulação Nacional dos Estudantes de Ciências Sociais, a ANECS, entidade pensada como um instrumento importante de organização do MECS, elencando as carências acadêmicas e políticas problematizadas em nossos encontros e socializando-as através de atividades que fortaleçam essas discussões e ajudem na luta cotidiana dentro de cada Universidade; e a utilização e adaptação do método Josué de Castro no CONECS e no ENECS, na perspectiva de romper com a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual existente na sociedade, e transformar o próprio espaço numa ferramenta prática de formação individual e coletiva, afim de evitar o esvaziamento nos debates políticos que se tornou comum em nossos encontros.

O CONECS-Ceará vem, nesse sentido, para debater e ajudar a construir um M.E de área mais organizado, fortalecer a Articulação Nacional, e garantir, com o seminário, um espaço de formação política importantíssimo para a construção de um novo movimento estudantil.

I CURSO DE FORMAÇÃO POLÍTICA DO MECS

Em conjunto ao CONECS 2012 haverá o Curso de Formação Política (CFP) que tem como objetivo canalizar e sistematizar as principais temáticas à serem discutidas dentro das Ciências Sociais. O curso de Formação Política tem quatro eixos de discussões centrais:

- Curso de Formação: Como Funciona a Sociedade I
- Transformações no Mundo do Trabalho: Reestruturação Produtiva e suas consequências
- Universidade e Sociedade
- Ciências Sociais: Formação e Ideologia

Desta forma, procuramos analisar como as transformações no mundo do trabalho produzem e reproduzem ideologias necessárias a manutenção dos sistemas produtivos, e como essas mudanças reverberam na Universidade e no tipo de formação ofertada.

Esse debate vem para contribuir na construção de uma verdadeira Ciência Social, capaz de entender o seu tempo e atuar como agente construtor de uma sociedade diferente.

PROGRAMAÇÃO DO 1º CURSO DE FORMAÇÃO POLÍTICA E CONECS

	Dia 21	Dia 22	Dia 23	Dia 24	Dia 25	Dia 26	Dia 27	Dia 28
6:30h às 7h	Acorda	Acorda	Acorda	Acorda	Acorda	Acorda	Acorda	Acorda
7h às 8h	Credenciamento	Café da Manhã	Café da Manhã	Café da Manhã	Café da Manhã	Café da Manhã	Café da Manhã	Café da Manhã
8h às 9h		Reunião dos NBs	Reunião dos NBs	Reunião dos NBs	Reunião dos NBs	Reunião dos NBs	Reunião dos NBs	Reunião dos NBs
9h às 12h		Como Funciona a Sociedade	Transformações no Mundo do Trabalho: Reestruturação Produtiva e suas Consequências	Universidade e Sociedade	Ciências Sociais: Formação e Ideologia	Análise de Conjuntura do MECS Encaminhamentos do ENECS 2011	ANECS Estatuto	Apresentação e Discussão do Projeto do ENECS 2012
12h às 14h		Almoço	Almoço	Almoço	Almoço	Almoço	Almoço	Almoço
14h às 16h		Como Funciona a Sociedade	Discussão nos NBs	Discussão nos NBs	Discussão nos NBs	Balanço, dificuldades e perspectivas da ANECS	ANECS Finanças	Continuidade Projeto do ENECS 2012
16h às 18h	Abertura e Regimento Interno	Socialização da Discussão	Socialização da Discussão	Socialização da Discussão	ANECS Comunicação		Avaliação do CONECS	
18h às 19:30h	Jantar	Jantar	Jantar	Jantar	Jantar	Jantar	Jantar	Jantar
20:00 às 22:30	Apresentação do Método e Divisão em Núcleos de Base	Discussão nos NBs Socialização da Discussão	Discussão sobre o Método Josué de Castro I (Teoria)	Discussão sobre o Método Josué de Castro II (Prática) Encesos/Encébio	Espaço Livre	Articulação dos GTPs do MECS	Espaço de Articulação Regional	
Noite	Cultural	Livre	Livre	Cultural	Livre	Livre	Livre	Cultural

 I Curso de Formação Política do MECS

FRAGMENTOS DO MÉTODO JOSUÉ DE CASTRO

INTRODUÇÃO

Este texto é uma nova tentativa de reflexão teórica sobre o método pedagógico utilizado pelo Instituto de Educação Josué de Castro – IEJC – que, por sua vez, pertence ao ITERRA – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária.

O Instituto é uma Escola do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, com vários cursos e seus educandos são por ele selecionados. Também está aberta a educandos de organizações aliadas e a articulação Via Campesina.

O método pedagógico do Instituto não é fechado, dogmatizado por o acharmos absolutamente correto ou pronto, pois está em contínua gestação através do questionamento e da contribuição dos educadores e educandos que dele participam.

O que o determina [o processo educativo] são os sujeitos envolvidos e o objetivo desta escola: “a formação política do cidadão para a construção do socialismo”. Apostamos na “construção de uma sociedade socialista através de uma ciência dialética (com objetivos práticos / um objetivo político determinado) chamada pedagogia, construída como parte integrante de um coletivo de produção social”.

Espero que este texto seja mais do que um emaranhado de termos técnicos destinados apenas a iniciados. O risco é, pela abstração, o método ser visto como uma “máquina” dissociada do processo educativo em andamento que é composto de pessoas, de vida, que é muito mais do que um monte de células organizadas, morrendo e se reproduzindo.

PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E PEDAGÓGICOS

Princípios Filosóficos: Os princípios filosóficos dizem respeito nossa visão de mundo, nossas concepções mais gerais em relação à pessoa humana, à sociedade, e ao que entendemos que seja educação. São os fundamentos dos objetivos estratégicos do trabalho educativo.

- 1) Educação para a transformação social.
- 2) Educação para o trabalho e a cooperação.
- 3) Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana.
- 4) Educação com / para valores humanistas e socialistas.
- 5) Educação como um processo permanente de formação e transformação humana.

Princípios Pedagógicos: Os princípios pedagógicos se referem ao jeito de fazer e de pensar a educação, para concretizar os próprios princípios filosóficos. Dizem dos elementos que são essenciais e gerais na nossa proposta de educação, incluindo especialmente a reflexão metodológica dos processos educativos, chamando atenção de que pode haver práticas diferenciadas a partir dos mesmos princípios pedagógicos e filosóficos. Ou seja, é diferente a prática pedagógica que acontece numa escola infantil de assentamento da que acontece num curso de segundo grau como Técnico em Administração de Cooperativas (TAC), por exemplo. Mas os princípios filosóficos e pedagógicos são (devem ser) os mesmos.

- 1) Relação entre prática e teoria.
- 2) Combinação metodológica entre processos de ensino e de capacitação.
- 3) A realidade como base da produção do conhecimento.
- 4) Conteúdos formativos socialmente úteis.
- 5) Educação para o trabalho e pelo trabalho.
- 6) Vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos.

- 7) Vínculo orgânico entre processos educativos e processos econômicos.
- 8) Vínculo orgânico entre educação e cultura.
- 9) Gestão democrática.
- 10) Auto-organização dos estudantes e das estudantes.
- 11) Criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores e das educadoras.
- 12) Atitude e habilidades de pesquisa.
- 13) Combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais.

MÉTODO PEDAGÓGICO

I – Algumas observações preliminares

Como o método está em permanente construção, a experiência nos leva a alertar para evitar o equívoco de achar que fazendo alterações pontuais, a partir de análises superficiais ou de constatações periféricas, pode qualificar o método: pode-se resolver um aspecto e cria, ao mesmo tempo, problemas maiores. Cada alteração precisa ser antecipada teoricamente e analisada em todas as suas possíveis implicações.

Mas, este texto não concretiza o método, isto é, não diz que isto deve ser feito assim e aquilo deve ser feito de outro jeito, com os devidos passos, senão deixa de ser “caminho” e passa a ser “receita”.

II – Relembrando as matrizes pedagógicas que assumimos

Este método pedagógico é baseado no movimento da realidade, dentro e fora do Instituto, e na articulação dialética das seguintes “matrizes” de formação humana:

a) Educação Popular (Freire) – Entendida como Educação do Popular ou Pedagogia do Oprimido, que se reconhece como tal e assume um compromisso de classe e compromete todo o nosso trabalho com uma metodologia (prática à teoria à prática) que seja capaz de tornar os membros das classes populares sujeitos plenos da construção de um Projeto Popular de sociedade.

b) Formação Político Ideológica (Makarenko / Plekhanov / Marx) – Compreendida como a formação política do trabalhador cidadão e trabalhadora cidadã para o socialismo, a partir de uma concepção de história e do papel dos trabalhadores nesta história como contribuidor na transformação da sociedade.

c) Trabalho / Economia (Pistrak / Makarenko / Marx) – Compreende o trabalho como a atividade específica do ser humano, orientada para a transformação da natureza, auxiliado por instrumentos de trabalho, para que assim possa satisfazer as suas necessidades, mas, que ao transformar a natureza, transforma a si mesmo, a sua atitude frente à natureza, frente aos outros seres humanos e frente a si mesmo, mudam suas idéias, seus ideais e sua possibilidade de conhecer e transformar a realidade. Pelo trabalho nos produzimos como sujeitos sociais e culturais (nos inserimos em uma cultura fazendo). As formas como produzimos nos produzem: o como trabalhamos nos forma ou deforma.

O trabalho para ser educativo exige reflexão sobre o que se faz, o como se faz, o porque se faz assim ou porque se organiza o trabalho assim e não de outro modo. Para que esta reflexão possa acontecer é necessário que haja um tempo / espaço para isto.

Faz parte desta matriz a compreensão de que a economia é mais um pedagogo neste processo educativo.

d) Coletividade (Makarenko) – Aposta na coletividade, por causa de suas condições múltiplas de interação, possibilidades de inter-relações e como espaço educativo privilegiado do ser humano que vive em uma sociedade marcada pelo individualismo. Sozinhos nós não aprendemos a ser gente: não nos humanizamos.

e) Capacitação (Santos de Moraes) – Intui diferentes métodos de formação e aposta na necessidade do exercício prático (aprender fazendo), com base no primado do objeto (numa situação que requeira este aprendizado), como alavanca para a construção das competências que precisamos aprender para intervir com pertinência na realidade (saber-fazer).

f) Pedagogia do Movimento (Caldart) – Implica na compreensão: do Movimento Social Popular (MSP) como lugar de formação de sujeitos sociais, pois nele acontecem processos de formação humana, e como princípio educativo; de que sujeitos sociais se formam e aprendem na dinâmica da luta social organizada e de que ela é a base material deste processo educativo (na ação ele transforma e se transforma); de que a luta social que forma os sujeitos é aquela que se produz e reproduz como práxis revolucionária da sociedade e da vida das pessoas (quanto mais estranhamento no movimento da história, mais forma sujeitos sociais); de que o MSP se dá dentro de um processo histórico maior que têm as suas leis próprias; e que a escola (IEJC) entendida como lugar de formar sujeitos humanos pode ter o MSP e o movimento da história como princípios educativos.

III – Elementos do método

Entendemos aqui por método pedagógico o jeito de colocar em movimento a formação humana desde as condições objetivas que encontramos em cada momento, curso, turma ou grupo de educandos, e as definições pedagógicas que estão neste projeto.

O método pedagógico não tem uma definição ou receita prévia à prática. Construir o método de educar é a própria prática dos educadores e dos educandos envolvidos no processo. Mas, pela leitura das práticas que já desenvolvemos ou acompanhamos, é possível identificar alguns elementos ou aspectos básicos desta construção.

1.3 - Trabalho

Entre os nossos princípios filosóficos temos a “educação para o trabalho e a cooperação” e entre os princípios pedagógicos “a educação para o trabalho e pelo trabalho” e o “vínculo orgânico entre processos educativos e processos econômicos” e, ao mesmo tempo, uma das pedagogias em movimento: “pedagogia do trabalho e da produção”.

Nossa concepção de trabalho é de que ele é a atividade específica do ser humano concreto (seu esforço físico e mental) orientada para transformar a natureza para que satisfaça as suas necessidades. O trabalho é o meio de suprir necessidades que só é possível alcançar com a ajuda dos instrumentos de trabalho e através de esforços coletivos. Para Marx “o trabalho em primeiro lugar, um processo entre a natureza e o homem, processo em que este realiza e controla mediante sua própria ação seu intercâmbio de materiais com a natureza”. E mais, o trabalho é a possibilidade de aperfeiçoamento do ser humano que se forma a partir da suas relações com o conjunto da natureza.

O Instituto precisa ter um estreito vínculo com o **trabalho socialmente útil**. “Todos trabalhando”, executando o processo decidido / planejado, é a nossa regra. Cada um deve ter um tempo, que pode variar (uns estão no TE, outros estão fazendo aqui o TC, outros vieram para cumprir uma tarefa específica, ...), e um lugar ou posto de trabalho que fazem parte do processo educativo nele desenvolvido.

No Instituto deve **existir trabalho para todos**. A existência do trabalho exige de quem dele participa um esforço físico e mental em vista da transformação e do cuidado do meio em que vive (todos vivemos) e, ao transformá-lo, nos transformamos a nos mesmos: nos humanizamos. Ao mesmo tempo, através do trabalho cultivamos a nossa raiz (somos trabalhadores e nos orgulhamos disso) e, ao mesmo tempo, alimentamos a nossa identidade como integrantes da classe trabalhadora (somos forjadores de uma sociedade socialista). Vemos o trabalho como um valor e por isto precisamos ter gosto pelo trabalho, apesar dele estar atualmente sendo corrompido por causa da exploração do capital.

Mas não basta trabalharmos de qualquer jeito. É importante o **jeito de trabalhar**. Visamos passar do espontaneísmo individual para a planificação coletiva do trabalho em vista de uma tentativa de superação do individualismo, o que exige uma análise do processo produtivo que está sendo utilizado e o desafio de o torná-lo o mais socialmente dividido possível neste momento do processo. O horizonte é o processo produtivo socialmente dividido (PPSD).

O trabalho para ser útil exige resultados que precisam ser avaliados coletivamente e que são frutos de uma ação coordenada.

“Um dos nossos desafios é superar a discriminação entre o trabalho mecânico (manual) e intelectual, educando para ambos no mesmo processo produtivo.”

O trabalho não acompanhado da capacitação, da instrução e da educação política e social não proporciona proveito educativo. Mesmo sendo um educador natural, o trabalho sem reflexão é insuficiente. É neste processo conjunto que o trabalho se torna educativo.

Nem sempre vemos o trabalho como um “dever social” e o pedagogo do ser humano. Achemos que o trabalho precisa ser diminuído e, se possível, aumentando os ganhos. A formação ideológica deve estar vinculada ao trabalho e este deve trazer melhorias para a vida social. É impossível construir uma sociedade nova sem trabalho. Ele deve produzir alimentos, embelezar a moradia, cuidar do meio ambiente, aperfeiçoar os conhecimentos e superar as limitações. Produzir é trabalhar. Planejar, estudar para dar respostas aos problemas também o é.

Faz-se necessário um tempo / espaço para refletirmos sobre o trabalho: o como trabalhamos; o porque organizamos o trabalho deste jeito e não de outro; e assim por diante. Mas, isto não necessariamente quer dizer que devemos criar um outro tempo educativo para isto, mas que devemos fazer esta reflexão, em momentos adequados ou criados para isto, nos tempos já existentes.

1.4 - Gestão democrática

A “Gestão democrática” é um dos princípios pedagógicos do MST. “Todos gerindo”, no comando do processo, é uma outra regra nossa. Isto exige que todos, educadores e educandos, devidamente organizados, participem da gestão do todo o processo educativo, inclusive da convivência cotidiana. Não basta refletir e debater sobre a gestão: é necessário vivenciar espaços de participação democrática, educando-se para a democracia social (que não é sinônimo da democracia do estado burguês e da via eleitoral).

Pela gestão democrática queremos superar as práticas de caciquismo e de presidencialismo (quando um decide por todos), por um lado, e de assembleísmo por outro (todos se reúnem o tempo todo para tomarem as decisões em conjunto).

A democracia social exige:

- a) A decisão coletiva das iniciativas a partir dos princípios organizativos e da estratégia política do MST.
- b) A direção coletiva de cada processo pedagógico, mas com responsabilidade pessoal.
- c) A participação de todos os envolvidos no processo de gestão, passando de beneficiários para protagonistas.
- d) Um alto nível de informação (quantidade) e um claro processo de comunicação (qualidade) que envolva a todos os participantes.
- e) A superação da mania das pessoas acharem que o importante é ter a sensação delas estarem na gerência do negócio (apenas participar), ainda que o negócio não melhore em nada. A participação precisa ser qualificada.

O desafio é garantir a “radicalização da gestão” através da participação real dos educandos (por escolha de representantes e através da autogestão) em todas as fases do processo (da análise, decisão, planejamento, execução, avaliação) e em todas as instâncias de gestão.

O Instituto se rege pela **co-gestão** entre educadores e educandos, salvaguardando os papéis de cada um, e pela **autogestão** da coletividade que sofre a influência orçamentária do ITERRA e política do MST, bem como da influência econômica e ideológica da sociedade onde ele está inserido.

É bom lembrar que a gestão democrática está baseada em acordos entre os participantes. Estes acordos são traduzidos em **normas** ou regras, expressas em um documento (um regimento interno, por exemplo). Elas são históricas, a saber: podem ser mudadas quando deixam de responder a necessidade do conjunto; e atingem a membros que passam a participar do processo após a sua definição e não se dão conta de que o documento é fruto de uma decisão coletiva.

Assumimos os **Princípios Organizativos** do MST, em seu amadurecimento. Eles vão evoluindo em seu conteúdo e forma, pois eles são aplicados sobre circunstâncias históricas.

- a) Organizar os trabalhadores na base;
- b) Ter uma Direção Coletiva em vez de um “presidente”. Isto implica na construção de uma visão comum do processo, uma decisão pela maioria, e a distribuição das tarefas e funções entre os membros de direção. Isto, atualmente, exige envolver a base organizada na tomada das decisões e distribuir as tarefas para o conjunto dos participantes.
- c) Vinculação com a massa ;
- d) Centralismo Democrático que passa pelo entendimento de que deve acontecer a máxima democracia no processo de leitura, discussão e na tomada das decisões, bem como nas avaliações da caminhada. E pela compreensão de que, após a decisão tomada pelas instâncias da organização, todos devem se subordinar¹ a ela, inclusive os que tinham outra proposta, fazendo o humanamente possível para a sua melhor execução.

2.3 – Organicidade

Entendemos por organicidade a relação entre cada uma das partes de um todo, como se fosse um corpo vivo, entre si e com o todo. Ninguém pode perder a noção do conjunto e isto só é possível se sabe como funciona e a finalidade de cada uma das partes do todo e qual o seu papel em vista da realização dos objetivos estratégicos da organização. Embora as tarefas sejam diferentes, as partes têm a mesma importância.

Olhar para a organicidade é pensar nas relações entre os espaços / instâncias, em vista do bom funcionamento do conjunto.

Cuidar da organicidade é manter a estrutura em movimento, evitando possíveis “trombozes”. É zelar pela funcionalidade, no cotidiano do processo. Se uma parte vai mal, o conjunto sofre.

1 Subordinar (subordinação) está relacionado a princípios que assumo como meus (passam a fazer parte do meu projeto de vida). É distinto de se submeter (submissão) que está relacionado a pessoas, a saber, quando alguém passa a “mandar” em mim.

Ela depende da participação de todos os envolvidos no processo educativo, levando em conta a intencionalidade pedagógica planejada e assumida pela coletividade, como “militantes” em formação para enfrentar os desafios que as circunstâncias apresentam em cada momento do processo.

2.5 - Coletividade

Não defendemos a centralidade do processo educativo no indivíduo, pois isto contribui para o crescimento do individualismo. Nem defendemos o “coletivismo” como algo que suprime a subjetividade dos participantes. Propomos a educação das pessoas (educandos e educadores) através da sua inserção em um coletivo, ou melhor, em uma coletividade. Ela é o instrumento de contato com a personalidade.

A coletividade, segundo Makarenko, “é um grupo de trabalhadores livres, unidos por objetivos e ações comuns, organizados e dotados de órgãos de direção, de disciplina e responsabilidade. A coletividade é um organismo social em uma sociedade humana saudável.” Em outro momento ele diz que “a coletividade é um organismo social vivo e, por isso mesmo, possui órgãos, (sistema de) atribuições, (sistema de) responsabilidades, correlações e interdependência entre as partes. Se tudo isso não existe, não há um coletivo, há uma simples multidão, uma concentração de indivíduos.”. Ela não se reúne de maneira casual, mas com objetivos definidos e uma atividade conjunta para realizar estes objetivos, com responsabilidade mútua.

Portanto, **para ser uma coletividade** devemos levar em conta:

- a) Haver uma opção dos participantes (formada por trabalhadores livres): não pode ser constituída por decreto.
- b) Ter objetivos comuns, que é o do Instituto, dado pela Mantenedora.
- c) Ter “ações comuns” em vista da sobrevivência econômica e política.
- d) Buscar uma “movimentação comum” (que não quer dizer todos fazendo juntos a mesma coisa) através de: órgãos, atribuições, correlação, interligação das responsabilidades e interdependência entre as partes.
- e) Ter direção (rumo comum), disciplina consciente (por sentir-se parte e dependente de um todo) e responsabilidade (comprometimento mútuo).
- f) Fazer prevalecer os interesses sociais (projeto de sociedade) aos interesses individuais (projeto de vida), quando for impossível adequar ambos.
- g) Que apenas a soma mecânica dos indivíduos não é uma coletividade, Nem estar em um grupo para fazer uma determinada tarefa (uma reunião, por exemplo). Coletividade é um complexo único, na busca da solidariedade de classe.

O desenvolvimento de uma coletividade (de base) segue algumas etapas, a saber:

- a) A coletividade começa com a organização de uma atividade concreta, levando em conta as experiências anteriores, que une os integrantes do mesmo porque precisam realizar em conjunto. Nesta fase eles precisam de um acompanhamento maior.
- b) A segunda etapa é quando os membros da coletividade começam a propor atividades e a ajudar no crescimento dos seus integrantes.
- c) A terceira etapa é o período de florescimento da coletividade, isto é, quando eles propõem atividades em vista da coletividade maior, vivem relações humanas e cumprem em conjunto, de forma organizada, as tarefas a eles destinadas.

Makarenko nos chama a atenção de que “a mais alta missão da coletividade, o princípio básico de sua vida, é a preocupação com o indivíduo (a pessoa).” Para isto “organizou a vida na colônia mediante um sistema de interligação coletiva das responsabilidades, de forma que os próprios educandos sentiam-se parte fundamental do todo”.

Assumimos a coletividade como educadora da personalidade coletiva. Queremos produzir um movimento de reprodução do ser humano ou de humanização, pois nos formamos na luta incessante pela nossa própria humanização. O objetivo é educar seres humanos: os comandantes da nova sociedade. O processo de humanização implica na formação do saber (conhecimentos), do fazer (habilidades ou competências) e do ser (valores e hábitos que se expressão em comportamentos e posturas).

Eis os **princípios de funcionamento** de uma coletividade:

- a) Subordinação entre iguais: Saber obedecer e saber “mandar”, isto é, saber o momento e o como se subordinar ao camarada e saber o momento e como comandar o camarada.
- b) Cada órgão da coletividade deve ter um poder determinado e não pode se tornar burocrático, nem autoritário e nem demagógico.
- c) Respeitar as decisões das instâncias: Se achar errado uma decisão, apelar para a instância certa.
- d) Fazer cumprir cada acordo firmado: Garantir que cada combinação seja cumprida, sem demora de nenhum tipo.

- e) Educandos e Educadores nunca se sobrepor às instâncias (órgãos) da coletividade e nem resolver o que é de incumbência deles, nem mesmo quando a decisão seja mais justa ou mais razoável.
- f) Procurar, nas intervenções, falar o mais preciso e breve possível (se educar para isto) dificultando assim os oportunismos.

A **base** de uma coletividade (ou organização) está em garantir a:

- a) Unidade - Buscar a coesão de todos em torno dos princípios e da estratégia. Isto necessita saber utilizar o método da construção do consenso.

Não quer dizer que todos devem pensar iguais, nem interpretar os acontecimentos do mesmo jeito. Mas da necessidade da leitura e decisão coletiva (diálogo) e da implementação unitária das decisões, isto é, do *centralismo democrático*.

A unidade a ser conquistada é a da ação comum (na prática).

- b) Disciplina - Não a disciplina da inibição, cheia de regras e proibições, mas a disciplina que induz a vencer as dificuldades, da aspiração a algo, da luta por algo. A disciplina da luta. A disciplina consciente.

Para educar é necessário “exigir muito” dos educandos e dos educadores. Isto só é possível através de uma forte disciplina e de atividades que exigem esforço. Cada indivíduo não pode fazer o que ele quer, mas o que a coletividade permite. Cada um precisa trabalhar para responder as demandas coletivas.

O educador não deve abrir mão às resistências à vida coletiva e ao trabalho. Quem não trabalha não come. Atividade livre e voluntária para se organizar, mas subordinada ao princípio da necessidade. Na coletividade os projetos pessoais estão subordinados a coletividade (não posso devorar o outro e nem ser oportunista).

- c) Participação - Todos devem se envolver em todas as fases do processo, mas de forma organizada. Exige a superação: do basismo, que impede de haver propostas, do assembleísmo (que acha que todos precisam se reunir para decidir tudo); e do democratismo (que acha que tudo precisa ser decidido pelo voto).

3 - Ambiente Educativo

De nada adianta planejarmos um novo currículo e uma nova estrutura de funcionamento para a escola se depois não há quem coloque tudo isso em movimento; daí os tempos viram rituais, as instâncias se burocratizam, e as práticas ficam vazias; logo as pessoas passam a agir no dia a dia de acordo com as referências antigas e a existência social não é, de fato, alterada.

Criar o ambiente educativo é mais do que enfeitar o ambiente físico e as pessoas da escola; também é mais do que buscar interferir pedagogicamente nas situações e nas relações que vão ocorrendo a cada dia; é isso também, mas é mais do que isso. É principalmente ser capaz de se antecipar e provocar relações e situações de aprendizado; influir e tornar cada tempo o mais educativo possível, refletindo e recriando seus conteúdos e didáticas; construir circunstâncias objetivas que alterem a existência social de todas as pessoas envolvidas no processo pedagógico, e que criem novas necessidades de aprendizado e de posicionamento pessoal e coletivo, sempre em vista de fazer acontecer a formação humana pretendida e, em nosso caso, de pôr em movimento a pedagogia do Movimento.

Esta é a principal tarefa do coletivo de educadores: criar e dinamizar o ambiente educativo, colocando-se também como educandos do processo; saber fazer escolhas e tomar decisões coerentes principalmente com os valores defendidos em nosso projeto, a cada situação que ocorre na escola, em cada um dos tempos que constituem nosso dia; mas também saber provocar situações e construir práticas que permitam a vivência destes valores e a reflexão sobre eles.

Entendemos por ambiente educativo o que acontece na vida do Instituto, dentro e fora dele, desde que tenha uma intencionalidade pedagógica, ou seja, foi planejado para que permitisse uma nova interação educativa. Não é apenas o dito; mas o visto, o tocado, o experimentado, o realizado, o participado, o produzido.

O ambiente educativo é preparado intencionalmente, isto é, foi arquitetado o cenário e estão engatilhadas as situações desejadas de aprendizagem. É mais do que um mero ajustamento do espaço físico. Implica em permitir a possibilidade de escolhas, com aprofundamento de critérios. O que interessa é de que a situação de aprendizagem seja real. O ambiente não pode ser idealizado.

Trabalhar com ambiente educativo é superar o espontaneísmo, pois nem sempre as situações e experiências educam. É ousar dar intencionalidade pedagógica ao movimento de aprendizagem.

5.2 – Dialética **

Etimologicamente a palavra dialética vem do grego *dia*, que expressa a idéia de bipolaridade e de troca e *lektikós*, que significa apto à palavra, capaz de falar.

Desde à antiguidade já conceituava-se dialética. Porém somente nos fins do século XVIII é elaborado de modo mais sistemático o pensamento dialético, através de Hegel. Ele eleva à categoria do método e cria a fórmula de pensamento através da qual este se desenvolve partindo da tese, passando à antítese e chegando à síntese.

No final do século XIX, Marx e Engels perceberam que a dialética de Hegel era idealista, pois para eles leis que regem a natureza e história são impostas de cima como leis do pensamento em vez de serem deduzidas a partir da própria natureza e da história. Marx e Engels descobriram que as leis da dialética não derivam do movimento do pensamento ou das idéias e sim do movimento da realidade em sua totalidade material e espiritual, constituindo assim o que se denominou método dialético-materialista. Ele é um método materialista por ter como ponto de partida o mundo em sua materialidade ou concreticidade. Ele considera que o mundo não é uma criação de um espírito abstrato e anterior a ele. E é dialético por considerar a realidade a partir do seu movimento contraditório, através do qual ela adquire diversas formas, perde essas formas e adquire outras, sucessivamente.

Finalmente, o método dialético passou a denominar-se método dialético-materialista-histórico, quando se percebeu que para Marx e Engels o mundo não pode ser compreendido como objeto ou coisa abstraído de suas relações com as atividades dos homens.

Assim, a posição do método-dialético-materialista-histórico não se confunde com a dos que tentam explicar o mundo de uma vez para sempre, procurando captar sua essência material ou espiritual abstrata ou fora de suas relações com as atividades dos homens e, portanto da história. Em outras palavras, esse método opõe-se a qualquer postura dogmática ou definitiva sobre a essência ou a natureza dos objetos ou fenômenos do mundo uma vez que eles estão em permanente transformação. Para ele, os homens conhecem o mundo a partir das suas atividades através das quais eles utilizam instrumentos materiais disponíveis num determinado tempo e lugar. Por isso, esse método concebe o conhecimento sempre em sua provisoriidade.

Marx e Engels não se ocupam de discussões metafísicas sobre a essência do mundo material em si mesmo ou do homem sem o homem e sem a história, como o fizeram e ainda o fazem muitos pensadores. O interesse de seus estudos se dirigiam ao mundo transformado pela atividade do homem, como parte da história e, portanto, regido por leis sócio-históricas, que se desenvolvem permanentemente. Isso quer dizer que não tem sentido falar de conhecimento do mundo à margem da atividade concreta dos homens, através da qual eles produzem sua vida material e espiritual. Todo saber que se tem da realidade resulta das atividades dos homens vivendo num determinado tempo e lugar e se utilizando dos instrumentos de conhecimento disponíveis até então. Em outras palavras, o conhecimento resulta sempre da atividade humana teórica e prática ou da práxis humana e está sempre limitado às condições sócio-históricas em que o mundo se encontram e aos instrumentos de conhecimento produzidos pela humanidade.

Daí se conclui que as teorias desenvolvidas pelos homens sobre a realidade têm uma natureza sócio-histórica e por isso não podem ser vistas como receitas infalíveis que guiam unilateralmente a prática dos homens, pois esta também determina mudanças naquela.

Marx e Engels consideram ainda que, no estudo da realidade deve-se ser radical, ou seja, ir às raízes do fenômeno ou objeto que se quer estudar e daí às relações com os outros fenômenos ou objetos que o rodeiam. O desenvolvimentos dos fenômenos ou objetos ocorrem a partir de suas contradições internas ou das forças contrárias que se acumulam em seu interior. O desenvolvimento dessas contradições acaba por destruir a forma atual da realidade determinando o aparecimento de uma nova forma que será, posteriormente, negada e assim sucessivamente. Sintetizando, apresentamos abaixo os princípios da lógica dialética que deram origem ao presente estudo:

Princípio da unidade e luta dos contrários ou da contradição: esse princípio afirma que todo objeto ou fenômeno traz em sua essência ou em seu interior uma contradição que é a causa de seu movimento.

Princípio da transformação da quantidade em qualidade e vice versa: esse princípio exprime o fato de que os objetos ou fenômenos se desenvolvem ou se transformam através de rupturas. Variações quantitativas sucessivas chegam a um ponto de ruptura do processo onde surgem novas fases ou qualidade. Segundo essa lei o todo é mais do que as somas das partes.

Princípio da negação da negação ou dupla negação: esse princípio é uma expressão condensada do princípio hegeliano da tese, antítese e síntese. A negação da negação é a síntese resultante da antítese que, por sua vez, produzirá uma nova tese. Ela é o resultado do desenvolvimento das contradições, do movimento imanente que impele todo ser finito para além de si mesmo.

Princípio da totalidade ou da relação entre as partes: esse princípio afirma que todos os fenômenos ou objetos se desenvolvem como uma totalidade onde as partes se inter-relacionam. Por exemplo: a educação se desenvolve através do processo de ensino-apredizagem-avaliação-prática, sendo que essas partes formam um todo.

5.4 - Fases do processo

As fases do processo são uma “chave de leitura” do movimento que assumimos do método do laboratório experimental. No IEJC, como na vida há vários processos em andamento, mas se vive todos e ao mesmo tempo. A leitura do processo seria mais fácil se tivesse apenas uma turma no Instituto.

As fases são as seguintes: anomia, síncrese, análise e síntese. Vejamos:

a) Anomia

Dá-se no momento inicial do processo (inicia na chegada e se desencadeia a partir da inserção ou re-inserção), a saber, quando os participantes percebem estar inseridos em conjunto em uma coletividade onde o destino de cada um está ligado ao dos demais.

Já de início, há a contradição entre o caráter objetivo (dado pela existência de uma coletividade que exige o manejo e gestão social) e a gestão individual que eles conhecem (marcada pelo subjetivismo e pela marca feita em nós pela propriedade privada) e que garante os interesses individualistas dos participantes. A partir deste momento se configura, na unidade de propósitos, que os mantém ali unidos por várias semanas, a luta de tendências contrárias que marcará todo o desenvolvimento do processo onde estão amalgamado (misturados como os metais de uma liga) os mais díspares (desiguais ou dessemelhantes) interesses pessoais ou de grupos.

É um momento de falta de ordem, de desconcerto, de confusão e de embaralhamento que acontece de forma marcante após o ato de abertura e se repetirá, de tempos em tempos, diante de um grande acontecimento novo. Ele pode durar apenas alguns minutos ou várias horas ou dias. Com o desenrolar do tempo, tende a diminuir cada vez mais a sua intensidade.

Nesta fase, quem participa do processo, vê tudo confuso (ou enuviado) e por isto tende a se aquietar (fica apenas observando o desenvolvimento) ou ficar no seu canto (procurando garantir minimamente seu interesse pessoal) ou se acomodar (como mecanismo para sobreviver), por causa do impacto causado por estar em uma existência diferente da sua. Uma alternativa é a fuga do processo.

b) Síncrese

O que caracteriza esta fase é que os participantes do processo passam a “ir contra”, acreditando que seus problemas estariam resolvidos se a existência fosse outra (a que eles dominavam anteriormente) e por isso passam a tentar domesticar o processo, garantindo nele os seus interesses individuais ou corporativos (grupais). Passam a ler a realidade de forma dualista / dividida (nós e eles) que contribui para mascarar (velar) as contradições entre os educandos e, a partir desta leitura reagir guiados pelo coração (mais emoção que análise racional da situação) e por uma visão de mundo contraditória (teológica ou idealista x materialista).

É uma “etapa de levantamento de problemas (dentro do todo processo)” como tentativa de “destacar certas categorias fundamentais de caráter teórico apanhadas da própria realidade do grupo e com um objetivo pedagógico”.

Acontece quando os participantes rompem com a anomia dando soluções para os seus problemas sem a devida análise para entender o que está acontecendo e sem buscar as categorias necessárias para entender a essência dos problemas. Usam o conhecimento dos sentidos ou o conhecimento fruto das experiências até então acumuladas sem uma sistematização ou reflexão devida (empíricos), ou melhor, não usam categorias teóricas que os leva a compreender o movimento da realidade (na verdade usam categorias teóricas de forma inconsciente). Estão mais interessados em se livrar dos problemas. Por isto a sua organização tende a refletir as estruturas ideológicas que estão no inconsciente dos participantes e, ao mesmo tempo, revelam a capacidade organizativa do grupo social envolvido.

No fundo cada um tenta influenciar a partir da sua experiência pessoal e de situações similares anteriores, muitas vezes agindo por conta própria, ou abandona a responsabilidade do processo nas mãos de quem ele escolheu para assumir a direção / coordenação do mesmo.

c) Análise

Nesta fase acontece a leitura da totalidade do processo, que revela as relações existentes. Esta percepção da realidade em movimento leva os participantes a somar forças (nós com eles) e a propor formas de superação das contradições e a apontar métodos de como intervir para dar um salto de qualidade no processo ou, pelo menos mantê-lo avançando.

Os participantes passam a conhecer as exigências do objeto (ou da coletividade com as suas demandas) e passam a trabalhar com os seus elementos objetivos. A vontade dos indivíduos passa a dar lugar ou a respeitar (acatar) a condições do objeto.

É o momento onde as pessoas envolvidas no processo já fazem uso de sua racionalidade (no início de forma

ainda muito intuitiva), passam a analisar a realidade (situação atual do processo, em sua historicidade) a partir de categorias teóricas, planejam a ação da coletividade em vista da superação dos problemas constatados e, ao mesmo tempo, do avanço do processo, e, buscam controlar os desvios ideológicos das formas artesanais de trabalho presentes nos participantes que, se deixados de lado, passam a corroer a coletividade. Passam a analisar os seus desvios artesanais que atrapalham a análise e definição da situação (desvios subjetivistas) como a execução dos acordos e tarefas (desvios oportunistas). Passam a estimular os mecanismos de controle destes desvios, especialmente a “vigilância” e a “crítica”.

Passam a cobrar responsabilidade (atrasos, agendas mal feitas, metas de produção que deveriam ser alcançadas, ...) e a estimular o repasse de informações. Passam a identificar os desvios políticos de conduta e a ver formas de os superar.

Para contribuir com o desenvolvimento da atitude de crítica e de análise os educadores que acompanham o processo devem efetuar uma série de “entregas teóricas”, ao longo do processo, conforme a necessidade da coletividade.

Nesta fase os problemas levantados na fase anterior são compreendidos pelo grupo que já “possui todo um instrumental teórico, que terá que aplicar no desenvolvimento das atividades que o grupo se propôs a realizar”. Esta “atitude fundamental que o grupo terá que aceitar e assumir durante todo” o processo, “e que é uma atitude de análise frente a tudo o que está acontecendo, por meio de um elemento que deve ser descoberto e utilizado sistematicamente pelo grupo, ou seja, a crítica”.

d) Síntese

Nesta fase os participantes visam, além de analisar, controlar a situação e assim garantir a continuidade do processo. Chegou “o momento em que a quantidade se transmuda em qualidade”. “Nesta fase se evidencia o poder social conduzindo a coletividade”.

Corresponde ao momento em que a organização se ajusta as suas necessidades. Isto pode significar ajustar o processo de produção ou uma mudança em sua estrutura ou forma de funcionamento, ou uma mudança em seu corpo dirigente, ou ... até chegar no afinamento de procedimentos.

Neste momento surge um novo equilíbrio interno e, conseqüentemente, uma nova etapa de operação e funcionamento da organização, que revela o seu nível de avanço ou de maturidade. Isto só é possível quando o conhecimento é racional (prima pela busca da essência) e os participantes são mestres (não auto-suficientes) na condução do processo. Para eles analisar, planejar, distribuir e controlar o executado, passa a ser normalidade.

Provavelmente, em cada turma, acontecerá mais de uma síntese dentro de uma etapa e várias sínteses ao longo do processo da existência da turma. O mesmo vale para o Instituto como um todo: haverá mais um uma síntese ao longo dos meses (ou num único mês) e várias sínteses ao longo da existência desta instituição educativa.

É bom lembrar que a totalidade das fases é maior que a soma das fases e, ao mesmo tempo, todas as fases estão contidas em cada uma das fases. Estas fases acontecem no processo de cada pessoa, não estando necessariamente todos os participantes na mesma fase, e no todo do processo quando a maioria dos participantes da o salto qualitativo, arrastando os demais para a fase seguinte.

7.3 – Comportamentos

Comportamento é a maneira de proceder, de se exprimir através de determinados costumes ou práticas (ter estilo). Inclui o que denominamos de **postura**.

A construção do socialismo não é um ideal, mas um movimento real, desde já, que leva a transformação do estado atual e das pessoas que se inserem neste processo. Cada pessoa deve ser e sentir-se útil à causa da classe trabalhadora.

Ao mesmo tempo, o processo do ensino no Instituto, inserido na produção social, é o que determina a personalidade do indivíduo. Para Makarenko, a prática pedagógica é a construção do coletivo, para a educação da personalidade no coletivo e, somente, através do coletivo. E continua, “apenas quando educamos o coletivo podemos contar com a forma de organização em que a personalidade individual possua, ao mesmo tempo, a maior disciplina e a mais ampla liberdade”.

7.6 – Valores

Trabalhar os valores é contribuir na passagem do individualismo para uma pessoa que tenha desenvolvido um espírito de coletividade e não apenas conviva em um coletivo.coletivista e que só é possível perceber na vivência destes valores no cotidiano. Trabalhar os valores é aprender a cultivar as convicções que são inegociáveis e se concretizam no cotidiano pela nossa coerência.

Entre os objetivos do MST está a vivência de valores humanistas e socialistas. Estes valores se contrapõem aos valores anti-humanos da sociedade capitalista, especialmente em sua versão neoliberal: individualismo, consumismo, egoísmo, ... Os valores humanos precisam ser cultivados e alimentados.

Para que um valor possa ser incorporado na vivência das pessoas ele precisa ser observado pelos educandos na convivência das educadoras. Por isto é importante o testemunho, isto é, o jeito de ser e de se relacionar da educadora também faz parte da sua prática pedagógica. Precisa ser vivenciado coletivamente e aí compreendido. Valores não são meros conteúdos teóricos. São vivências que precisam ser amadurecidas e corrigidas em suas imperfeições, através do exercício da crítica e da autocrítica.

De um modo especial precisamos aprender a estabelecer e a seguir as combinações de vivência coletiva e a prática de valores, entre eles:

- a) a solidariedade para combater o egoísmo estimulado pelo capitalismo e a camaradagem;
- b) o espírito de sacrifício que exige renúncia e dedicação ao projeto popular;
- c) a capacidade de indignação diante das injustiças, da exploração e do sofrimento do povo;
- d) a valorização da vida do conjunto da natureza em vista da vida do ser humano;
- e) o gosto de ser povo e de ser povo trabalhador, classe trabalhadora;
- f) o sentido do trabalho voluntário em favor dos excluídos e em vista de uma nova sociedade;
- g) o valor do estudo para compreendermos os rumos da história em sua dimensão de projeto;
- h) a esperança que nos impede de aceitar o fim da história mergulhados no caos social e humano a que nos levou o capitalismo;
- i) a confiança na capacidade do povo em construir o seu destino e que rompe com o complexo de inferioridade que procuram imbuir;
- j) a coerência com os princípios organizativos do MST (lealdade a eles e capacidade de defendê-los) e com o movimento da história;
- k) o compromisso com os propósitos amadurecidos e assumidos coletivamente;
- l) a alegria das pequenas conquistas que vislumbram a possibilidade da vitória final;
- m) a ternura pela dignidade dos ser humano que permite superar o ódio; ...
- n) a fidelidade aos compromissos assumidos;
- o) a integridade;
- p) a persistência no cumprimento das tarefas e na manutenção do rumo;

7.7 - Mística

A mística é a alma de um povo. A mística do MST é a alma do sujeito coletivo Sem Terra que se revela como uma paixão contagiante, que nos ajuda a 'sacudir a poeira e dar a volta por cima', que nos coloca no caminho de aprender e estabelecer objetivos a serem alcançados, aprender a formular métodos para transformar a realidade e a empenhar-se na tarefa de realizar os rumos traçados. A mística é a alma da identidade Sem Terra.

A mística é mais do que um tempo, é uma energia que perpassa o cotidiano. Por isso precisamos dela presente no início de grandes atividades e resgatada em vários momentos do dia. Ela é a forma de já ir concretizando, no aqui e agora, a nossa utopia.

A mística se expressa através da poesia, do teatro, da expressão corporal, de palavras de ordem, da música, do canto, dos símbolos do MST, das ferramentas de trabalho, do resgate da memória das lutas e de grandes lutadores e lutadoras da humanidade... vira celebração e visa envolver todos os presentes em um mesmo movimento, a vivenciar um mesmos sentimento, a se sentir membros de uma identidade coletiva de lutadores e lutadoras do povo que vai além deles mesmos e vai além do MST.

Ela irriga, pela paixão, a razão, nos ajudando a ser mais humanos, dispostos a desafiar coletivamente os nossos limites; nos impulsiona a ir além do esperado, alimenta os valores e nos faz sentir que somos parte de uma grande família: somos Sem Terra.

Ela pode se manifestar em diferentes momentos do cotidiano, mas de forma mais forte em momentos especiais e datas significativas dos Sem Terra e dos trabalhadores e das trabalhadoras deste país e do mundo todo.

* Fragmentos do Texto "Método Pedagógico" do Coletivo Político Pedagógico (CPP) do Instituto de Educação Josué de Castro (IEJC)

** Fragmentos do texto "Métodos de Conhecimento e Transformação da Realidade" do Professor Maurílio Nogueira da Silva da UFJF

SALÁRIO, PREÇO E LUCRO KARL MARX - 1865*

Observações preliminares

Cidadãos!

Antes de entrar no assunto, permiti que faça algumas observações preliminares.

Reina atualmente no Continente uma verdadeira epidemia de greves e um clamor geral por aumentos de salários. O problema há de ser levantado no nosso Congresso. Vós, como dirigentes da Associação Internacional, deveis manter um cri tório firme perante este problema fundamental. De minha parte julguei-me, por isso, no dever de entrar a fundo na matéria, embora com risco de submeter vossa paciência a uma dura prova.

Outra observação prévia tenho a fazer com respeito ao cidadão Weston. Atento ao que julga ser do interesse da classe operária, ele não somente expôs perante vós, como também defendeu publicamente, opiniões que ele sabe serem profundamente impopulares no seio da classe operária. Esta demonstração de coragem moral deve calar fundo em todos nós. Confio em que apesar do estilo desataviado de minha conferência, o cidadão Weston me verá afinal de acôrdo com a acertada idéia que, no meu entender, serve de base às suas teses, as quais, contudo, na sua forma atual, não posso deixar de considerar teoricamente falsas e perigosas na prática.

Com isso, passo diretamente ao mérito da questão.

1 – Produção e salários

O argumento do cidadão Weston baseia-se, na realidade, em duas premissas:

1^a) que o volume da produção nacional é algo de fixo, uma quantidade ou grandeza constante, como diriam os matemáticos;

2^a) que o montante dos salários reais, isto é, dos salários medidos pelo volume de mercadorias que permitem adquirir, é também uma soma fixa, uma grandeza constante.

Pois bem, a sua primeira asserção é manifestamente falsa. Podeis ver que o valor e o volume da produção aumentam de ano para ano, que as forças produtivas do trabalho nacional crescem e que a quantidade de dinheiro necessária para pôr em circulação esta crescente produção varia sem cessar. O que é exato no fim de cada ano e para diferentes anos comparados entre si, também o é com respeito a cada dia médio do ano. O volume ou grandeza da produção nacional varia continuamente. Não é uma grandeza constante, mas variável, e assim tem que ser, mesmo sem levar em conta as flutuações da população, devido às contínuas mudanças que se operam na acumulação de capital e nas forças produtivas do trabalho. É inteiramente certo que se hoje houvesse um aumento da taxa geral de salários, este aumento por si só,

* Informe pronunciado por Marx nos dias 20 e 27 de junho de 1865 nas sessões do Conselho Geral da **Associação Internacional dos Trabalhadores**. Publicado pela primeira vez em folheto à parte em Londres em 1898. Transcrito da edição em português das Obras escolhidas de Marx e Engels publicada em 1953 pela Ediciones en Lenguas Extranjeras, Moscou.

quaisquer que fossem os seus resultados ulteriores, não alteraria imediatamente o volume da produção. Em primeiro lugar, teria que brotar do estado de coisas existente. E se a produção nacional, antes da elevação dos salários era variável, e não fixa, ela continuaria a sê-lo, também, depois da alta.

Admitamos, porém, que o volume da produção nacional fosse constante em vez de variável. Ainda neste caso, aquilo que o nosso amigo Weston considera uma conclusão lógica permaneceria como uma afirmação gratuita. Se tomo um determinado número, digamos 8, os limites absolutos deste algarismo não impedem que variem os limites relativos de seus componentes. Por exemplo: se o lucro fosse igual a 6 e os salários a 2, estes poderiam aumentar até 6 e o lucro baixar a 2, que o número resultante não deixaria por isso de ser 8. Desta maneira, o volume fixo da produção jamais conseguirá provar que seja fixo o montante dos salários. Como, então, nosso amigo Weston demonstra essa fixidez? Simplesmente, afirmando-a.

Mas mesmo dando como boa a sua afirmativa, ela teria efeito em dois sentidos, ao passo que ele quer fazê-la vigorar apenas em um. Se o volume dos salários representa uma quantidade constante, não poderá aumentar, nem diminuir. Portanto, se os operários agem como tolos, ao arrancarem um aumento temporário de salários, não menos tolamentemente estariam agindo os capitalistas, ao impor uma baixa temporária dos salários. Nosso amigo Weston não nega que, em certas circunstâncias, os operários podem arrancar aumentos de salários, mas, segundo ele, como por lei natural a soma dos salários é fixa, este aumento provocará, necessariamente, uma reação. Por outro lado, ele sabe também que os capitalistas podem, do mesmo modo, impor uma baixa de salários, e tanto assim que o estão tentando continuamente. De acordo com o princípio do nível constante dos salários, neste caso deveria ter lugar uma reação, exatamente como no anterior. Por conseguinte, os operários agiriam com acerto reagindo contra as baixas de salários ou contra as tentativas em tal sentido. Procederiam, portanto, acertadamente, ao arrancar aumentos de salários, pois toda reação contra uma baixa de salários é uma ação a favor do seu aumento. Logo, mesmo que aceitássemos o princípio do nível constante dos salários, como sustenta o cidadão Weston, vemos que os operários devem, em certas circunstâncias, unir-se e lutar pelo aumento de salários.

Para negar esta conclusão ele teria que renunciar à premissa em que se baseia. Não deveria dizer que o volume dos salários é uma grandeza constante, mas, sim, que embora não possa, nem deva aumentar, pode e deve baixar todas as vezes que o capital sinta vontade de diminuí-lo. Se o capitalista quer vos alimentar com batatas, em vez de carne, ou com aveia em vez de trigo, deveis acatar a sua vontade como uma lei da economia política e vos submeter a ela. Se num país, por exemplo, nos Estados Unidos, as taxas de salários são mais altas do que em outro, por exemplo na Inglaterra, deveis explicar esta diferença no nível dos salários como uma diferença entre a vontade do capitalista norte-americano e a do capitalista inglês; método este que, sem dúvida, simplificaria imenso não já apenas o estudo dos fenômenos econômicos, como também o de todos os demais fenômenos.

Ainda assim caberia perguntar: Por que a vontade do capitalista norte-americano difere da do capitalista inglês? E para responder a esta questão, não teriam outro remédio senão ir além dos domínios da vontade. É possível que venha um padre dizer-me que Deus quer na França uma coisa e na Inglaterra outra. E se o convidado a explicar esta dualidade de vontade, ele poderá ter a impudência de responder que está nos desígnios de Deus ter uma vontade em França e outra na Inglaterra. Mas nosso amigo Weston será, com certeza, a última pessoa a converter em argumento esta negação completa de todo raciocínio.

Sem sombra de dúvida, a vontade do capitalista consiste em encher os bolsos o mais que possa. E o que temos a fazer não é divagar acerca da sua vontade, mas investigar o seu poder, os limites desse poder e o caráter desses limites.

2 – Produção, salários, lucros

A conferência proferida pelo cidadão Weston poderia ser condensada a ponto de caber numa casca de noz.

Toda a sua argumentação reduz-se ao seguinte: se a classe operária obriga a classe capitalista a pagar-lhe, sob a forma de salário em dinheiro, 5 xelins em vez de 4, o capitalista devolver-lhe-á sob a forma de mercadorias, o valor de 4 xelins em vez do valor de 5. Então a classe operária terá que pagar 5 xelins pelo que antes da alta de salários lhe custava apenas 4. E por que ocorre isto? Por que o capitalista só entrega o valor de 4 xelins por 5? Porque o montante dos salários é fixo. Mas por que fixo precisamente no valor de 4 xelins em mercadorias? por que não em 3, em 2, ou outra qualquer quantia? Se o limite do montante dos salários está fixado por uma lei econômica, independente tanto da vontade do capitalista como da do operário, a primeira coisa que deveria ter feito o cidadão Weston era expor e demonstrar essa lei. Deveria provar, além disso, que a soma de salários efetivamente pagos em cada momento dado, corresponde sempre, exatamente, à soma necessária dos salários, e nunca se desvia dela. Em compensação, se o limite dado da soma de salários depende da simples vontade do capitalista, ou das proporções da sua avareza, trata-se de um limite arbitrário, que nada tem em si de necessário. Tanto pode ser modificado pela vontade do capitalista, como também se pode fazê-lo variar contra a sua vontade.

O cidadão Weston ilustrou a sua teoria dizendo-nos que se uma terrina contém determinada quantidade de sopa, destinada a determinado número de pessoas, a quantidade de sopa não aumentará se se aumentar o tamanho das colheres. Seja-me permitido considerar este exemplo pouco substancioso. Ele me faz lembrar um pouco aquele apólogo de que se valeu Menênio Agripa. Quando a plebe romana entrou em luta contra os patrícios, o patrício Agripa disse-lhes que a pança patrícia é que alimentava os membros plebeus do organismo político. Mas Agripa não conseguiu demonstrar como se alimentam os membros de um homem quando se enche a barriga de outro. O cidadão Weston, por sua vez, se esquece de que a terrina da qual comem os operários, contém todo o produto do trabalho nacional, e o que os impede de tirar dela uma ração maior não é nem o tamanho reduzido da terrina, nem a escassez do seu conteúdo, mas unicamente a pequena dimensão de suas colheres.

Graças a que artifício consegue o capitalista devolver um valor de 4 xelins por aquilo que vale 5? A alta dos preços das mercadorias que vende. Mas então, a alta dos preços, ou falando em termos mais gerais, as variações nos preços das mercadorias, os próprios preços destas, porventura dependem da simples vontade do capitalista? Ou, ao contrário, são necessárias determinadas circunstâncias para que prevaleça essa vontade? Se não fosse assim, as altas e baixas, as incessantes oscilações dos preços no mercado seriam um enigma indecifrável.

Se admitimos que não se operou em absoluto alteração alguma, nem nas forças produtivas do trabalho, nem no volume do capital e do trabalho empregados, ou no valor do dinheiro em que se expressam os valores dos produtos, mas que se alteraram tão somente as taxas de salários, de que maneira poderia esta alta de salários influir nos preços das mercadorias? Somente influenciando na proporção real entre a oferta e a procura dessas mercadorias.

É inteiramente certo que a classe operária, considerada em conjunto, gasta e será forçosamente obrigada a gastar a sua receita em artigos de primeira necessidade. Uma alta geral na taxa de salários provocaria, portanto, um aumento da procura de artigos de primeira necessidade e, conseqüentemente, um aumento de seus preços no mercado. Os capitalistas que produzem estes artigos de primeira necessidade compensariam o aumento de salários por meio da alta dos preços dessas mercadorias. Mas que sucederia com os demais capitalistas que não produzem artigos de primeira necessidade? E podeis estar certos que o seu número não é pequeno. Se levardes em conta que duas terças partes da produção nacional são consumidas por um quinto da população – um deputado da Câmara dos Comuns declarou, recentemente, que tais consumidores constituem apenas a sétima parte da nação –, podeis imaginar que enorme parcela

da produção nacional se destina a objetos de luxo, ou a ser trocada por objetos de luxo, e que imensa quantidade de artigos de primeira necessidade se desperdiça em criadagem, cavalos, gatos, etc., esbanjamento esse que, como nos ensina a experiência diminui cada vez mais, com a elevação dos preços dos artigos de primeira necessidade.

Pois bem, qual seria a situação desses capitalistas que não produzem artigos de primeira necessidade? Não poderiam compensar a queda na taxa de lucro, após uma alta geral de salários, elevando os preços de suas mercadorias, visto que a procura destas não teria aumentado. A sua renda diminuiria; e com esta renda diminuída teriam de pagar mais pela mesma quantidade de artigos de primeira necessidade, que subiriam de preço. Mas a coisa não pararia aí. Diminuída a sua renda, menos teriam para gastar em artigos de luxo, com o que também se reduziria a procura recíproca de suas respectivas mercadorias. E como consequência desta diminuição da procura, cairiam os preços das suas mercadorias. Portanto nestes ramos da indústria, a taxa de lucros cairia, não só em proporção simplesmente ao aumento geral da taxa de salários, como, também, essa queda seria proporcional à ação conjunta da alta geral de salários, do aumento de preços dos artigos de primeira necessidade e da baixa de preços dos artigos de luxo.

Qual seria a consequência desta diferença entre as taxas de lucro dos capitais colocados nos diversos ramos da indústria? Ora, a mesma que se produz sempre que, seja qual for a causa, se verificam diferenças nas taxas médias de lucro dos diversos ramos da produção. O capital e o trabalho se deslocariam dos ramos menos remunerativos para os que o fossem mais; e este processo de deslocamento iria durar até que a oferta em um ramo industrial aumentasse a ponto de se nivelar com a maior procura e nos demais ramos industriais diminuísse proporcionalmente à menor procura. Uma vez operada esta mudança, a taxa geral de lucro voltaria a igualar-se nos diferentes ramos da indústria. Como todo esse desarranjo obedecia originariamente a uma simples mudança na relação entre a oferta e a procura de diversas mercadorias, cessando a causa, cessariam também os efeitos, e os preços voltariam ao seu antigo nível e ao antigo equilíbrio. A redução da taxa de lucro, por efeito dos aumentos de salários, em vez de limitar-se a uns quantos ramos da indústria, tomar-se-ia geral. Segundo a suposição de que partimos, nenhuma alteração ocorreria nas forças produtivas do trabalho, nem no volume global da produção, sendo que aquele volume dado de produção apenas teria mudado de forma. Uma maior parte do volume de produção estaria representada por artigos de primeira necessidade, ao passo que diminuiria a parte dos artigos de luxo, ou, o que vem a ser o mesmo, diminuiria a parte destinada à troca por artigos de luxo importados do estrangeiro e consumida desta forma; ou, o que ainda é o mesmo, em outros termos, uma parte maior da produção nacional seria trocada por artigos importados de primeira necessidade, em lugar de ser trocada por artigos de luxo. Isto quer dizer que, depois de transtornar temporariamente os preços do mercado, a alta geral da taxa de salários só conduziria a uma baixa geral da taxa de lucro, sem introduzir nenhuma alteração permanente nos preços das mercadorias.

Se me disserem que, na anterior argumentação, dou por estabelecido que todo o aumento de salários se gasta em artigos de primeira necessidade, replicarei que fiz a suposição mais favorável ao ponto de vista do cidadão Weston. Se o aumento dos salários fosse aplicado em objetos que antes não entravam no consumo dos trabalhadores, seria inútil que nos detivéssemos a demonstrar que seu poder aquisitivo havia experimentado um aumento real. Sendo, porém, mera consequência da elevação de salários, este aumento do poder aquisitivo dos operários terá de corresponder, exatamente, à diminuição do poder aquisitivo dos capitalistas. Vale dizer, portanto, que a procura global de mercadorias não aumentaria, e apenas mudariam os elementos integrantes dessa procura. O incremento da procura de um lado seria contrabalançado pela diminuição da procura do outro lado. Deste modo, como a procura global permaneceria invariável, não se operaria mudança de cunho algum nos preços das mercadorias.

Chegamos, assim, a um dilema: ou o incremento dos salários se gasta por igual em todos os artigos de consumo, caso em que o aumento da procura por parte da classe operária tem que ser compensado pela

diminuição da procura por parte da classe capitalista; ou o incremento dos salários só se gasta em determinados artigos cujos preços no mercado aumentarão temporariamente. Neste caso, a conseqüente elevação da taxa de lucro em alguns ramos da indústria e a conseqüente baixa da taxa de lucro em outros provocarão uma mudança na distribuição do capital e do trabalho, que persiste até que a oferta se tenha ajustado à maior procura em alguns ramos da indústria e à menor procura nos outros. Na primeira hipótese não se produzirá nenhuma mudança nos preços das mercadorias. Na outra hipótese, após algumas oscilações dos preços do mercado, os valores de troca das mercadorias baixarão ao nível anterior. Em ambos os casos, chegaremos à conclusão de que a alta geral da taxa de salários conduzirá, afinal de contas, a nada menos que uma baixa geral da taxa de lucro.

Para espicaçar o vosso poder de imaginação, o cidadão Weston vos convidava a pensar nas dificuldades que acarretaria à Inglaterra uma alta geral de 9 para 18 xelins nas jornadas dos trabalhadores agrícolas. Meditai, exclamou ele, no enorme acréscimo da procura de artigos de primeira necessidade em que isso implicaria e, como conseqüência, na terrível ascensão dos preços, a que daria lugar! Pois bem, todos sabeis que os salários médios dos trabalhadores agrícolas da América do Norte são mais do dobro dos trabalhadores agrícolas ingleses, apesar de os preços dos produtos da lavoura serem mais baixos nos Estados Unidos do que na Grã-Bretanha, apesar de reinarem nos Estados Unidos as mesmas relações gerais entre o capital e o trabalho que na Inglaterra e apesar de que o volume anual da produção norte-americana é muito mais reduzido que o da inglesa. Por que, então, o nosso amigo toca com tanto vigor este sino? Simplesmente para desviar a nossa atenção do verdadeiro problema. Um aumento repentino de 9 para 18 xelins nos salários representaria um acréscimo repentino de 100 por cento. Ora, não estamos discutindo aqui se seria possível duplicar na Inglaterra, de súbito, a taxa dos salários. Não nos interessa em nada a grandeza do aumento, que em cada caso concreto depende de determinadas circunstâncias e tem que se adaptar a elas. Apenas nos interessa investigar quais os efeitos em que se traduziria uma alta geral da taxa dos salários, mesmo que não fosse além de um por cento.

Pondo de lado este aumento imaginário de 100 por cento do amigo Weston, desejo chamar a vossa atenção para o aumento efetivo de salários operado na Grã-Bretanha de 1849 a 1859.

Todos vós conheceis a Lei das Dez Horas ou, mais precisamente, das Dez Horas e Meia, promulgada em 1848. Foi uma das maiores modificações econômicas que já presenciamos. Representou um aumento súbito e obrigatório de salários não em umas quantas indústrias locais, porém nos ramos Industriais mais eminentes, por meio dos quais a Inglaterra domina os mercados do mundo. Foi uma alta de salários em circunstâncias singularmente desfavoráveis. O dr. Ure, o prof. Senior e todos os demais porta-vozes oficiais da burguesia no campo da economia demonstraram, e devo dizer, com razões muito mais sólidas do que as do nosso amigo Weston, que aquilo era o dobro de finados da indústria inglesa. Demonstraram que não se tratava de um simples aumento de salário, mas de um aumento de salários provocado pela redução da quantidade de trabalho empregado, e nela fundamentado. Afirmaram que a duodécima hora que se queria arrebatar ao capitalista era justamente aquela em que este obtinha o seu lucro. Ameaçaram com o decréscimo da acumulação, a alta dos preços, a perda dos mercados, a redução da produção, a conseqüente reação sobre os salários e, enfim, a ruína. Sustentavam que a lei de Maximilian Robespierre sobre os limites máximos² era uma ninharia comparada com esta outra; e, até certo ponto, tinham razão. Mas qual foi, na realidade, o resultado? Os salários em dinheiro dos operários fabris aumentaram, apesar de se haver reduzido a jornada de trabalho; cresceu consideravelmente o número de operários em atividade nas fábricas; baixaram constantemente os preços dos seus produtos; desenvolveram-se às mil maravilhas as forças produtivas do seu trabalho e se expandiram progressivamente, em proporções nunca vistas, os mercados para os seus artigos. Em Manchester, na assembléia da Sociedade Pelo Progresso da Ciência, em 1860, eu próprio ouvi o sr. Newman confessar que ele, o dr. Ure, Senior e todos os demais

2 Lei promulgada pela Convenção Jacobina em 1793 fixando os preços máximos de mercadorias e salários.

representantes oficiais da ciência econômica se haviam equivocado, ao passo que o instinto do povo não falhara. Cito neste passo o sr. W. Newman e não o prof. Francis Newman, porque ele ocupa na ciência econômica um lugar proeminente, como colaborador e editor da *History of Prices* ["História dos Preços"] da autoria do sr. Thomas Tooke, essa obra magnífica, que traça a história dos preços desde 1793 a 1856. Se a idéia fixa de nosso amigo Weston acerca do volume fixo dos salários de um volume de produção fixo, de um grau fixo de produtividade do trabalho, de uma vontade fixa o constante dos capitalistas e tudo o mais que há de fixo e imutável em Weston, fossem exatos, o prof. Senior teria acertado em seus sombrios presságios, e Robert Owen ter-se-ia equivocado, ele que, já em 1816, pedia urna limitação geral da jornada de trabalho como primeiro passo preparatório para a emancipação da classe operária, implantando-a efetivamente, por conta e risco próprios, na sua fábrica têxtil de New Nank, contra o preconceito generalizados.

Na mesmíssima época em que entrava em vigor a Lei das Dez Horas e se produzia o subsequente aumento dos salários, ocorreu na Grã-Bretanha, por motivo que não vem ao caso relatar, uma elevação geral dos salários dos trabalhadores agrícolas.

Conquanto isto não seja indispensável ao meu objetivo imediato, desejo fazer algumas observações preliminares, para vos colocar melhor no assunto.

Se um homem percebe 2 xelins de salário por semana e seu salário aumenta para 4 xelins, a taxa do salário aumentará 100 por cento. Isto, expresso como aumento da taxa de salário, pareceria algo maravilhoso, ainda que na realidade a quantia efetiva do salário, ou sejam, os 4 xelins por semana, continue a ser um ínfimo, um mísero salário de fome. Portanto, não vos deveis fascinar pelas altissonantes percentagens da taxa de salário. Deveis perguntar sempre: qual era a quantia original?

Outra coisa que também compreenderéis é que, se há dez operários que ganham cada um 2 xelins por semana, 5 ganhando 5 xelins cada um e outros 5 que ganhem 11, eles, os 20, ganharão 100 xelins, ou 5 libras esterlinas por semana. Logo, se a soma global destes salários semanais aumenta, digamos de uns 20 por cento, haverá uma melhora de 5 para 6 libras. Tomando a média, poderíamos dizer que a taxa geral de salários aumentou de 20 por cento, embora na realidade os salários de dez dos operários variassem, os salários de um dos dois grupos de cinco operários só aumentassem de 5 para 6 xelins por cabeça e os do outro grupo de 5 operários se elevassem, ao todo, de 55 para 70 xelins. Metade dos operários não melhoraria absolutamente nada de situação, a quarta parte deles teria uma melhoria insignificante e somente a quarta parte restante obteria um benefício sensível. Calculando-se, porém, a média, a sorna global dos salários destes 20 operários aumentaria de 20 por cento e no que se refere ao capital global, para a qual trabalham, bem como no concernente aos preços das mercadorias que produzem, seria exatamente o mesmo como se todos participassem por igual na elevação média dos salários. No caso dos trabalhadores agrícolas, como os salários médios pagos nos diversos condados da Inglaterra e Escócia diferem consideravelmente, o aumento foi muito desigual.

Enfim, durante a época em que se processou aquele aumento de salários, manifestaram-se, também, influências que o contrabalançavam, tais como os novos impostos lançados no cortejo da Guerra da Criméia, a demolição extensiva das habitações dos trabalhadores agrícolas, etc.

Feitas estas reservas, vou agora prosseguir, para constatar que de 1849 a 1859 a taxa média dos salários agrícolas na Grã-Bretanha registrou um aumento de cerca de 40 por cento. Poderia dar-vos amplos detalhes em apoio da minha afirmação, mas para o objetivo em mira creio que bastará indicar-vos a obra de crítica, tão conscienciosa, lida em 1860 pelo finado Sr. John C. Morton, na Sociedade de Artes e Ofícios de Londres, sobre *As Forças Empregadas na Agricultura*. O Sr. Morton expõe os dados estatísticos colhidos nas contas e outros documentos autênticos de uns cem agricultores, aproximadamente, em doze condados

da Escócia e trinta e cinco da Inglaterra.

Segundo o ponto de vista do nosso amigo Weston, e em harmonia com a alta simultânea operada nos salários dos operários de fábrica, durante o período 1849-1859, os preços dos produtos agrícolas deveriam ter registrado um aumento enorme. Mas o que aconteceu realmente? Apesar da Guerra da Criméia e das péssimas colheitas consecutivas de 1854 a 1856, os preços médios do trigo, o produto agrícola mais importante da Inglaterra, baixaram de cerca de 3 libras esterlinas por *quarter*³, como eram cotados de 1838 a 1848, para cerca de 2 libras e 10 xelins por *quarter*, nas cotações do período de 1849 a 1859. Representa isto uma baixa de mais de 16 por cento no preço do trigo, em simultaneidade com um aumento médio de 40 por cento nos salários agrícolas. Durante a mesma época, se compararmos o seu final com o começo, quer dizer, o ano de 1859 com o de 1849, a cifra do pauperismo oficial desce de 934 419 a 860 470, o que supõe urna diferença de 73 949 pobres; reconheço que é um decréscimo muito pequeno, e que se voltou a perder nos anos seguintes, mas, em todo caso, é sempre uma diminuição.

Pode-se objetar que, em consequência da anulação das leis sobre os cereais, a importação de trigo estrangeiro mais que duplicou, no período de 1849-1859, comparada à de 1838-1848. E que significa isso? Do ponto de vista do cidadão Weston, dever-se-ia supor que esta enorme procura, repentina e sem cessar crescente, sobre os mercados estrangeiros tivesse feito subir a uma altura espantosa os preços dos produtos agrícolas, posto que os efeitos de uma crescente procura são os mesmos, quer venham de fora ou de dentro do país. Mas o que ocorreu na realidade? Afora alguns anos de colheitas decepcionantes, durante todo este período a ruínoza baixa no preço do trigo constituiu um motivo permanente de queixas na França; os norte-americanos, viram-se várias vezes obrigados a queimar excedentes da produção; e a Rússia, se acreditarmos no Sr. Urquhart, atizou a guerra civil nos Estados Unidos, porque a concorrência ianque nos mercados da Europa paralisava a sua exportação de produtos agrícolas.

Reduzido à sua forma abstrata, o argumento do cidadão Weston traduzir-se-ia no seguinte: todo aumento da procura se opera sempre à base de um dado volume de produção. Portanto, não pode fazer aumentar nunca a oferta dos artigos procurados, mas unicamente fazer subir o seu preço em dinheiro. Ora, a mais comum observação demonstra que, em alguns casos, o aumento da procura deixa inalterados os preços das mercadorias e provoca, em outros casos, uma alta passageira dos preços do mercado, à qual se segue um aumento da oferta, por sua vez seguido pela queda dos preços até o nível anterior e, em muitos casos, abaixo dele. Que o aumento da procura obedeça à alta dos salários, ou a outra causa qualquer, isto em nada modifica os dados do problema. Do ponto de vista do cidadão Weston, tão difícil é explicar o fenômeno geral como o que se revela sob as circunstâncias excepcionais de um aumento de salários. Portanto, a sua argumentação não tem nenhum valor para o assunto de que tratamos. Apenas exprimiu a sua perplexidade ante as leis em virtude das quais um acréscimo da procura engendra um acréscimo da oferta, em vez de um aumento definitivo dos preços no mercado.

3 – Salários e dinheiro

No segundo dia de debate, nosso amigo Weston vestiu as suas velhas afirmativas com novas formas. Disse ele: Ao verificar-se uma alta geral dos salários em dinheiro, será necessária maior quantidade de moeda corrente para pagar os ditos salários. Sendo fixa a quantidade de moeda em circulação, como podeis pagar com esta soma fixa de moeda circulante, um montante maior de salários em dinheiro? Primeiro, a dificuldade surgia de que, embora subisse o salário em dinheiro do operário, a quantidade de mercadorias que lhe cabia era fixa; e agora surge do aumento de salários em dinheiro, a despeito do volume fixo de mercadorias. Naturalmente, se rejeitardes o seu dogma original, desaparecerão também as dificuldades dele

3 Medida inglesa de capacidade, cerca de 290 litros.

resultantes.

Vou demonstrar, contudo, que este problema da moeda não tem absolutamente nada a ver com o tema em questão.

No vosso país, o mecanismo dos pagamentos está muito mais aperfeiçoado do que em qualquer outro país da Europa. Graças à extensão e à concentração do sistema bancário, necessita-se de muito menos moeda para por em circulação a mesma quantidade de valores e realizar o mesmo ou um maior número de negócios. No que, por exemplo, concerne aos salários, o operário fabril inglês entrega semanalmente o seu salário ao vendeiro, que semanalmente o envia ao banqueiro, o qual o devolve semanalmente ao fabricante, que volta a pagá-lo a seus operários, e assim por diante. Graças a este processo o salário anual de um operário que se eleva, vamos supor, a 52 libras esterlinas, pode ser pago com um único soberano⁴, que todas as semanas percorra o mesmo ciclo. Na própria Inglaterra, este mecanismo de pagamento não é tão perfeito como na Escócia, nem apresenta a mesma perfeição em todos os lugares; por isso vemos que, por exemplo, em alguns distritos agrícolas, comparados com os distritos fabris, muito mais moeda é necessária para fazer circular um menor volume de valores.

Se atravessardes da Mancha, observareis que no Continente os salários em dinheiro são muito mais baixos do que na Inglaterra e, apesar disso, na Alemanha, na Itália, na Suíça e na França, estes salários são postos em circulação mediante uma quantidade muito maior de moeda. O mesmo soberano não é interceptado com tanta rapidez pelo banqueiro, nem retorna com tanta presteza ao capitalista industrial; por isso, em vez de um soberano fazer circular 52 libras anualmente, talvez sejam necessários três soberanos para movimentar um salário anual no montante de 25 libras. Deste modo, no comparar os países do Continente com a Inglaterra, vereis em seguida que salários baixos em dinheiro podem exigir, para a sua circulação, quantidades muito maiores de moeda do que salários altos e que isso, na realidade, é uma questão meramente técnica e, como tal, estranha ao nosso assunto.

De acordo com os melhores cálculos que conheço, a renda anual da classe operária deste país pode ser estimada em 250 milhões de libras esterlinas. Esta soma imensa se põe em circulação com uns 3 milhões de libras. Suponhamos que se verifique um aumento de salários de 50 por cento. Em vez de 3 milhões seriam precisos 4 milhões e meio de libras em dinheiro circulante. Como uma parte considerável dos gastos diários do operário é coberta em prata e cobre, isto é, em meros signos monetários, cujo valor relativo ao ouro é arbitrariamente fixado por lei, tal como o papel-moeda inconvertível, resulta que essa alta de 50 por cento nos salários em dinheiro exigiria, em caso extremo, a circulação adicional, digamos, de um milhão de soberanos. Lançar-se-ia em circulação um milhão, que está inativo, em barras de ouro ou em metal amodado, nos subterrâneos do Banco da Inglaterra ou de bancos particulares. Poder-se-ia inclusive poupar-se, e efetivamente se pouparia, o insignificante gasto na cunhagem suplementar, ou o maior desgaste deste milhão de moedas, se a necessidade de aumentar a moeda em circulação ocasionasse algum desgaste. Todos vós sabeis que a moeda deste país se divide em dois grandes grupos. Uma parte, suprida em notas de banco de diversas categorias, é usada nas transações entre comerciantes, e também entre comerciantes e consumidores, para saldar os pagamentos mais importantes; enquanto outra parte do meio circulante, a moeda metálica, circula no comércio varejista. Conquanto distintas, estas duas classes de moeda misturam-se e combinam-se mutuamente. Assim, as moedas de ouro circulam em boa proporção, inclusive em pagamentos importantes, para cobrir as quantias fracionárias inferiores a 5 libras. Se amanhã se emitissem notas de 4 libras, de 3 libras ou de 2 libras, o ouro que enche, estes canais de circulação seria imediatamente expulso deles, refluindo para os canais em que fosse necessário a fim de atender ao aumento dos salários em dinheiro. Com este processo poderia ser mobilizado o milhão adicional exigido por um aumento de 50 por cento nos salários, sem que se acrescentasse um único soberano ao meio circulante. E o

4 Moeda inglesa de ouro valendo uma libra esterlina.

mesmo resultado seria obtido sem que fosse preciso emitir uma só nota de banco adicional, com o simples aumento de circulação de letras de câmbio, conforme ocorreu no Lancashire, durante muito tempo.

Se uma elevação geral da taxa de salários, vamos dizer, de uns 100 por cento, como supõe o cidadão Weston relativamente aos salários agrícolas, provocasse uma grande alta nos preços dos artigos de primeira necessidade e exigisse, segundo os seus conceitos, uma soma adicional de meios de pagamento, que não se poderia conseguir logo, uma redução geral de salários deveria provocar o mesmo resultado em idêntica proporção, se bem que em sentido contrário. Pois bem, sabeis todos que os anos de 1858 a 1860 foram os mais favoráveis para a indústria algodoeira e que, sobretudo, o ano de 1860 ocupa a este respeito um lugar único nos anais do comércio; foi também um ano de grande prosperidade para os outros ramos industriais. Em 1860, os salários dos operários do algodão e dos demais trabalhadores relacionados com esta indústria chegaram ao seu ponto mais elevado até então. Veio, porém, a crise norte-americana e todos estes salários viram-se de pronto reduzidos aproximadamente à quarta parte do seu montante anterior. Em sentida inverso isto teria significado um aumento de 300 por cento. Quando os salários sobem de 5 para 20 xelins dizemos que sobem 300 por cento; se baixam de 20 para 5, dizemos que caem 75 por cento, mas a quantia do ascenso, num caso, e da baixa, no outro, é a mesma, a saber: 15 xelins. Sobreveio, assim, uma repentina mudança nas taxas dos salários, como jamais se conhecera anteriormente, e essa mudança afetou um número de operários que, – não incluindo apenas aqueles que trabalham diretamente na indústria algodoeira, mas também os que indiretamente dependiam desta indústria –, excedia em cerca de metade o número de trabalhadores agrícolas. Acaso baixou o preço do trigo? Ao contrário, subiu de 47 xelins e 8 pence⁵, por *quarter*, preço médio no triênio de 1858-1860, para 55 xelins e 10 pence o *quarter*, segundo a média anual referente ao triênio de 1861-1863. Pelo que diz respeito aos meios de pagamento, durante o ano de 1861, cunharam-se na Casa da Moeda 8 673 232 libras contra 3 378 102 cunhadas em 1860. Vale dizer que em 1861 cunhararm-se mais 5 295 130 libras que em 1860. É certo que o volume da circulação de papel-moeda, em 1861, foi inferior em 1 319 000 libras ao de 1860. Mas mesmo deduzindo esta soma, ainda persiste para o ano de 1861, comparado com o ano anterior de prosperidade, 1860, um excesso de moeda no valor de 3 976 130 libras, ou quase 4 milhões; em troca, a reserva de ouro do Banco da Inglaterra neste período de tempo diminuiu; não exatamente na mesma proporção, mas aproximadamente.

Comparai agora o ano de 1862 com o de 1842. Sem contar o formidável aumento do valor e do volume de mercadorias em circulação, o capital desembolsado apenas para cobrir as transações regulares de ações, empréstimos, etc., de valores das ferrovias, ascendeu, na Inglaterra e Gales, em 1862, à soma de 320 milhões de libras esterlinas, cifra que em 1842 parecia fabulosa. E no entanto as somas globais de moeda foram aproximadamente as mesmas nos anos de 1862 e 1842; e, em termos gerais, haveis de verificar, ante um aumento enorme de valor não só das mercadorias como em geral das operações em dinheiro, uma tendência à diminuição progressiva dos meios de pagamento. Do ponto de vista do nosso amigo Weston, isto é um enigma indecifrável.

Se se aprofundasse um pouco mais no assunto, contudo, ele teria visto que, independentemente dos salários e supondo que estes permaneçam invariáveis, o valor e o volume das mercadorias postas em circulação e, em geral, o montante das transações concertadas em dinheiro, variam diariamente; que o montante das notas de banco emitidas varia diariamente; que o montante dos pagamentos efetuados sem ajuda de dinheiro, por meio de letras de câmbio, cheques, créditos escriturais, *clearing house*⁶, etc., varia diariamente; que, na medida em que se necessita efetivamente de moeda metálica, a proporção entre as moedas que circulam e as moedas e lingotes guardados de reserva, ou entesourados nos subterrâneos bancários, varia diariamente; que a soma do ouro absorvido pela circulação nacional e a soma enviada ao estrangeiro para fins de circulação internacional, variam diariamente. Teria percebido que o seu dogma de

5. O penny corresponde a 1/12 do xelim.

6 Bancos de compensação.

um volume fixo dos meios de pagamento é um erro monstruoso, incompatível com a realidade cotidiana. Ter-se-ia informado das leis que permitem aos meios de pagamento adaptar-se a condições que variam de maneira tão constante em lugar de converter a sua falsa concepção das leis da circulação monetária em argumento contra o aumento dos salários.

4 – Oferta e procura

Nosso amigo Weston faz seu o provérbio latino *repetitio est mater studiorum*, que significa: "a repetição é a mãe do estudo", razão pela qual nos repete o seu dogma inicial sob a nova forma de que a redução dos meios de pagamento, resultante de um aumento dos salários, determinaria uma diminuição do capital, etc. Depois de haver tratado de sua fantasiosa teoria da moeda, considero de todo inútil deter-me a examinar as conseqüências imaginárias que ele crê necessário deduzir de sua imaginária catástrofe dos meios de pagamento. Passo, pois, imediatamente, a reduzir à forma teórica mais simples o seu dogma, que é sempre um e o mesmo, embora repetido sob tantas formas diversas.

Urna única observação evidenciará a ausência de sentido crítico com que ele trata o tema. Declara-se contrário ao aumento de salários, ou aos salários altos, obtidos em conseqüência deste aumento. Pois bem, pergunto eu: o que são salários altos e o que são salários baixos? Por que, por exemplo, 5 xelins semanais são considerados como um salário baixo e 20 por semana são reputados um salário alto? Se um salário de 5 é baixo, em comparação com um de 20, o de 20 será todavia mais baixo comparado com um de 200. Se alguém fizesse uma conferência sobre o termômetro e se pusesse a declamar sobre graus altos e graus baixos, nada nos ensinaria. A primeira coisa que teria de explicar é como se encontra o ponto de congelamento e o ponto de ebulição, e como estes dois pontos-padrão obedecem às leis naturais e não à fantasia dos vendedores ou dos fabricantes de termômetros. Ora, pelo que se refere a salários e lucros, o cidadão Weston não só se esqueceu de deduzir das leis econômicas esses pontos-padrão, mas também não sentiu sequer a necessidade de indagá-los. Contenta-se em admitir as expressões vulgares e correntes de alto e baixo, como se estes termos tivessem algum significado fixo, apesar de que salta à vista que os salários só podem ser qualificados de altos ou baixos quando comparados a alguma norma que nos permita medir a sua grandeza.

O cidadão Weston não poderá dizer-me por que se paga uma determinada soma de dinheiro por uma determinada quantidade de trabalho. Se me contestasse que isto corre por conta da lei da oferta e da procura, eu lhe pediria antes de mais nada que me dissesse qual a lei que, por sua vez, regula a da oferta e da procura. E esta réplica pô-lo-ia imediatamente fora de combate. As relações entre a oferta e a procura de trabalho acham-se sujeitas a constantes modificações e com elas flutuam os preços do trabalho no mercado. Se a procura excede a oferta, sobem os salários; se a oferta supera a procura, os salários baixam, ainda que em certas circunstâncias possa ser necessário comprovar o verdadeiro estado da procura e da oferta por uma greve, por exemplo, ou outro procedimento qualquer. Mas se tomardes a oferta e a procura como lei reguladora dos salários, seria tão pueril quanto inútil clamar contra uma elevação de salários, visto que, de acordo com a lei suprema que invocais, as altas periódicas dos salários são tão necessárias e tão legítimas como as suas baixas periódicas. E se não considerais a oferta e a procura como lei reguladora dos salários, então repito minha pergunta: por que se dá uma determinada soma de dinheiro por uma determinada quantidade de trabalho?

Mas para focalizar as coisas com maior amplidão: equivocar-vos-ei por inteiro, caso acrediteis que o valor do trabalho ou de qualquer outra mercadoria se determina, em última análise, pelo jogo da procura e da oferta. A oferta e a procura só regulam as oscilações temporárias dos preços no mercado. Explicam porque o preço de um artigo no mercado, se eleva acima ou desce abaixo do seu valor, mas não explicam

jamais esse valor em si mesmo. Vamos supor que a oferta e a procura se equilibrem ou, como dizem os economistas, se cubram mutuamente. No preciso instante em que estas duas forças contrárias se nivelam, elas se paralisam mutuamente, deixam de atuar num ou noutro sentido. No mesmo instante em que a oferta e a procura se equilibram e deixam, portanto, de atuar, o preço de uma mercadoria no mercado coincide com o seu valor real, com o preço normal em torno do qual oscilam seus preços no mercado. Por conseguinte, se queremos investigar o caráter deste valor, não nos devemos preocupar com os efeitos transitórios que a oferta e a procura exercem sobre os preços do mercado. E outro tanto caberia dizer dos salários e dos preços de todas as demais mercadorias.

5 – Salários e preços

Reduzidos à sua expressão teórica mais simples, todos os argumentos de nosso amigo se traduzem num só e único dogma: "os preços das mercadorias são determinados ou regulados pelos salários".

Ante esta heresia antiquada e desacreditada, eu poderia invocar a observação prática. Poderia dizer-vos que os operários fabris, os mineiros, os construtores navais e outros trabalhadores ingleses, cujo trabalho é relativamente bem pago, vencem a todas as demais nações pela barateza de seus produtos, enquanto, por exemplo, o trabalhador agrícola inglês, cujo trabalho é relativamente mal pago, é batido por quase todos os demais países, em consequência da carestia de seus produtos. Comparando uns artigos com outros, dentro do mesmo país, e as mercadorias de distintos países entre si, poderia demonstrar que, se abstrairmos algumas exceções mais aparentes que reais, em termo médio o trabalho que recebe alta remuneração produz mercadorias baratas e o trabalho que recebe baixa remuneração, mercadorias caras. Isto, naturalmente, não demonstraria que o elevado preço do trabalho em certos casos e, em outros, o seu preço baixo, sejam as respectivas causas destes efeitos diametralmente opostos mas em todo caso serviria para provar que os preços das mercadorias não são governados pelos preços do trabalho. Todavia, prescindiremos perfeitamente deste método empírico.

Poder-se-ia, talvez, negar que o cidadão Weston sustente o dogma de que "os preços das mercadorias se determinam ou regulam pelos salários". De fato, ele jamais formulou este dogma. Disse, ao contrário, que o lucro e a renda do solo são também partes integrantes dos preços das mercadorias, posto que destes têm de sair não só os salários dos operários como os lucros do capitalista e as rendas do proprietário da terra. Porém, a seu modo de ver, como se formam os preços? Formam-se, em primeiro lugar, pelos salários; em seguida, soma-se ao preço um tanto por cento adicional em benefício do capitalista e outro tanto por cento adicional em benefício do proprietário da terra. Suponhamos que os salários do trabalho invertido na produção de uma mercadoria ascendem a 10. Se a taxa de lucro fosse de 100 por cento, o capitalista acrescentaria 10 aos salários desembolsados, e se a taxa de renda fosse também de 100 por cento sobre os salários, ter-se-ia que ajuntar mais 10, com o que o preço total da mercadoria viria a cifrar-se em 30. Semelhante determinação do preço, porém, estaria presidida simplesmente pelos salários. Se estes, no nosso exemplo, subissem a 20, o preço da mercadoria elevar-se-ia a 60 e assim sucessivamente. Eis porque todos os escritores antiquados de economia política que alvitavam a tese de que os salários regulam os preços, intentavam prová-la apresentando o lucro e a renda do solo como simples percentagens adicionais sobre os salários. Nenhum deles era, naturalmente, capaz de reduzir os limites dessas percentagens a uma lei econômica. Pareciam, ao contrário, acreditar que os lucros se fixavam pela tradição, costume, vontade do capitalista, ou por qualquer outro método igualmente arbitrário e inexplicável. Quando afirmavam que os lucros se determinam pela concorrência entre os capitalistas, portanto, não explicavam absolutamente nada. Esta concorrência por certo nivela as diferentes taxas de lucros das diversas indústrias, ou seja, as reduz a um nível médio, porém jamais pode determinar este nível, ou a taxa geral de lucro.

Que queremos dizer quando afirmamos que os preços das mercadorias são determinados pelos salários? Como o salário não é mais do que uma denominação do preço do trabalho, queremos dizer com isso que os preços das mercadorias regulam-se pelo preço do trabalho. E como "preço" é valor de troca – e quando falo de valor refiro-me sempre ao valor de troca - a saber: valor de troca expresso em dinheiro, aquela afirmativa equívale a esta outra: "o valor das mercadorias é determinado pelo valor do trabalho", ou, o que vem a dar no mesmo, "o valor do trabalho é a medida geral do valor".

Mas, por sua vez, como se determina o "valor do trabalho"? Aqui, chegamos a um ponto morto. A um ponto morto, sem dúvida, se tentamos raciocinar logicamente. Porém, os proponentes desta teoria não têm lá grandes escrúpulos em matéria de lógica. Tomemos o nosso amigo Weston, como exemplo. Primeiro, dizia-nos que os salários regulavam os preços das mercadorias e que, portanto, quando os salários subiam, estes deviam subir também. Depois, dava meia volta para nos demonstrar que um aumento de salários não serviria para nada, visto que também subiriam os preços das mercadorias, e os salários se mediam, na realidade, pelos preços das mercadorias com eles compradas. Assim, partindo da afirmativa de que o valor do trabalho determina o valor da mercadoria, viemos parar na afirmativa de que o valor da mercadoria determina o valor do trabalho. Nada mais fazemos do que nos mover num círculo vicioso, sem chegar a nenhuma conclusão.

No geral, é evidente que, tomando a valor de uma mercadoria, por exemplo, o trabalho, o trigo ou outra mercadoria qualquer, como medida e regulador geral do valor, apenas desviamos a dificuldade, já que determinamos um valor por outro, que, por sua vez, também necessita ser determinado.

Expresso em sua forma mais abstrata, o dogma de que "os salários determinam os preços das mercadorias" equívale a dizer que "o valor se determina pelo valor", e esta tautologia só demonstra, na realidade, que nada sabemos a respeito do valor. Se admitíssemos semelhante premissa, toda a argumentação acerca das leis gerais da economia política converter-se-ia em mera tagarelice. Por isso deve-se reconhecer a Ricardo o grande mérito de haver destruído até aos fundamentos, com a sua obra sobre os *Princípios da Economia Política*, publicada em 1817, o velho erro, tão divulgado e gasto, de que "os salários determinam os preços", falácia já rechaçada por Adam Smith e seus predecessores franceses na parte verdadeiramente científica de suas investigações, mas que, não obstante, eles reproduziram nos seus capítulos mais esotéricos e de vulgarização.

6 – Valor e trabalho

Cidadãos! Cheguei ao ponto em que devo necessariamente entrar no verdadeiro desenvolvimento do tema. Não posso asseverar que o faça de maneira muito satisfatória, pois isso, me obrigaria a percorrer todo o campo da economia política. Apenas posso, como diria o francês, *effleurer la question*, tocar os aspectos fundamentais.

A primeira pergunta que temos de fazer é esta: Que é o valor de uma mercadoria? Como se determina este valor?

A primeira vista, parecerá que o valor de uma mercadoria é algo completamente relativo, que não se pode determinar sem pôr uma mercadoria em relação com todas as outras. Com efeito, quando falamos do valor, do valor de troca de uma mercadoria, entendemos as quantidades proporcionais nas quais é trocada por todas as demais mercadorias. Isto, porém, conduz-nos a perguntar: como se regulam as proporções em que umas mercadorias se trocam por outras?

Sabemos por experiência que essas proporções variam ao infinito. Tomemos uma única mercadoria,

por exemplo, o trigo, e veremos que um *quarter* de trigo se permuta, numa série quase infinita de graus de proporção, por diferentes mercadorias. E, sem embargo, como o seu valor é sempre o mesmo, quer se expresse em seda, em ouro, ou outra qualquer mercadoria, este valor tem que ser alguma coisa de distinto e independente dessas diversas proporções em que se troca por outros artigos. Necessariamente há de ser possível exprimir, de uma forma muito diferente, estas diversas equações com várias mercadorias.

De resto, quando digo que um *quarter* de trigo se troca por ferro numa determinada proporção ou que o valor de um *quarter* de trigo se expressa numa determinada quantidade de ferro, digo que o valor do trigo ou seu equivalente em ferro são iguais a uma terceira coisa, que não é trigo nem ferro, pois suponho que ambos exprimem a mesma grandeza sob duas formas distintas. Portanto, cada um destes dois objetos, tanto o trigo como o ferro, deve poder reduzir-se, independentemente um do outro, àquela terceira coisa, que é a medida comum de ambos.

Para esclarecer este ponto, recorrerei a um exemplo geométrico muito simples. Quando comparamos a área de vários triângulos das mais diversas formas e grandezas, ou quando comparamos triângulos com retângulos, ou com outra qualquer figura retilínea, qual é o processo que empregamos? Reduzimos a área do triângulo qualquer a uma expressão completamente distinta de sua forma visível. E como, pela natureza do triângulo, sabemos que a área desta figura geométrica é sempre igual à metade do produto de sua base pela sua altura, isto nos permite comparar entre si os diversos valores de toda classe de triângulos e de todas as figuras retilíneas, já que todas elas podem reduzir-se a um certo número de triângulos.

Temos que seguir o mesmo processo para os valores das mercadorias. Temos que poder reduzi-los todos a uma expressão comum, distinguindo-os unicamente pela proporção em que contêm esta mesma e idêntica medida.

Como os valores de troca das mercadorias não passam de funções sociais delas, e nada têm a ver com suas propriedades naturais, devemos antes de mais nada perguntar: Qual é a substância social comum a todas as mercadorias? É o trabalho. Para produzir uma mercadoria tem-se que inverter nela ou a ela incorporar uma determinada quantidade de trabalho. E não simplesmente trabalho, mas trabalho social. Aquele que produz um objeto para seu uso pessoal e direto, para consumi-lo, cria um produto, mas não uma mercadoria. Como produtor que se mantém a si mesmo, nada tem com a sociedade. Mas para produzir uma mercadoria, não só se tem de criar um artigo que satisfaça uma necessidade social qualquer, como também o trabalho nele incorporado deverá representar uma parte integrante da soma global de trabalho invertido pela sociedade. Tem que estar subordinado à divisão de trabalho dentro da sociedade. Não é nada sem os demais setores do trabalho, e, por sua vez, é chamado a integrá-los.

Quando consideramos as mercadorias como valores, vemo-las somente sob o aspecto de trabalho social realizado, plasmado ou, se assim quiserdes, cristalizado. Consideradas desse modo, só podem distinguir-se umas das outras enquanto representem quantidades maiores ou menores de trabalho; assim, por exemplo, num lenço de seda pode encerrar-se uma quantidade maior de trabalho do que um tijolo. Mas como se medem as quantidades de trabalho? Pelo tempo que dura o trabalho, medindo este em horas, em dias, etc. Naturalmente, para aplicar esta medida, todas as espécies de trabalho se reduzem a trabalho médio, ou simples, como a sua unidade.

Chegamos portanto a esta conclusão. Uma mercadoria tem um valor por ser uma cristalização de um trabalho social. A grandeza de seu valor, ou seu valor relativo, depende da maior ou menor quantidade dessa substância social que ela encerra, quer dizer, da quantidade relativa de trabalho necessário à sua produção. Portanto, os valores relativos das mercadorias se determinam pelas correspondentes quantidades ou somas de trabalho invertidas, realizadas, plasmadas nelas. As quantidades correspondentes de

mercadorias, que foram produzidas no mesmo tempo de trabalho, são iguais. Ou, dito de outro modo, o valor de uma mercadoria está para o valor de outra, assim como a quantidade de trabalho plasmada numa está para a quantidade de trabalho plasmada na outra.

Suspeito que muitos de vós perguntareis: existe então uma diferença tão grande, supondo que exista alguma, entre a determinação dos valores das mercadorias na base dos salários e sua determinação pelas quantidades relativas de trabalho necessárias à sua produção? Não deveis perder de vista que a retribuição do trabalho e a quantidade de trabalho são coisas perfeitamente distintas. Suponhamos, por exemplo, que num *quarter* de trigo e numa onça de ouro se plasmam quantidades iguais de trabalho. Valho-me deste exemplo porque já foi empregado por Benjamin Franklin no seu primeiro ensaio, publicado em 1729, sob o título de *Uma Modesta Investigação Sobre a Natureza e a Necessidade do Papel-Moeda*, que é um dos primeiros livros em que se reconhece a verdadeira natureza do valor. Pois bem, suponhamos, como ficou dito, que um *quarter* de trigo e uma onça de ouro são valores iguais ou equivalentes, por serem cristalizações de quantidades iguais de trabalho médio, de tantos dias, ou tantas semanas de trabalho plasmado em cada uma delas. Acaso, ao determinar assim os valores relativos do ouro e do trigo, fazemos qualquer referência aos salários que percebem os operários agrícolas e os mineiros? Em absoluto, nem por sombra. Não dizemos, sequer remotamente, como se paga o trabalho diário ou semanal destes obreiros, nem ao menos dizemos se aqui se emprega, ou não, trabalho assalariado. Ainda supondo que se empregue trabalho assalariado, os salários podem ser muito desiguais. Pode acontecer que o operário cujo trabalho se plasma no *quarter* de trigo só perceba por ele dois *bushels* enquanto o operário empregado na mina pode ter percebido pelo seu trabalho metade da onça de ouro. Ou, supondo que os seus salários sejam iguais, podem diferir nas mais diversas proporções dos valores das mercadorias por eles produzidas. Podem representar a metade, a terça, quarta ou quinta parte, ou outra fração qualquer daquele *quarter* de trigo, ou daquela onça de ouro. Naturalmente, os seus salários não podem exceder os valores das mercadorias por eles produzidas, não podem ser maiores que estas, mas podem, sim, ser inferiores em todos os graus imagináveis. Seus salários achar-se-ão limitados pelos valores dos produtos, mas os valores de seus produtos não se acharão limitados pelos salários. E sobretudo aqueles valores, os valores relativos do trigo e do ouro, por exemplo, se terão fixado sem atentar em nada no valor do trabalho invertido neles, isto é, sem atender em nada aos salários. A determinação dos valores das mercadorias pelas quantidades relativas de trabalho nelas plasmado difere, como se vê, radicalmente, do método tautológico da determinação dos valores das mercadorias pelo valor do trabalho, ou seja pelos salários. Contudo, no decurso de nossa investigação teremos oportunidade de esclarecer ainda mais este ponto.

Para calcular o valor de troca de uma mercadoria, temos de acrescentar à quantidade de trabalho invertida nela, em último lugar, a que antes se incorporou nas matérias-primas com que se elabora a mercadoria e o trabalho aplicado nos meios de trabalho - ferramentas, maquinaria e edifícios - que serviram para esse trabalho. Por exemplo, o valor de uma determinada quantidade de fio de algodão é a cristalização da quantidade de trabalho incorporada ao algodão durante o processo da fiação e, além disso, da quantidade de trabalho anteriormente plasmado nesse algodão, da quantidade de trabalho encerrada no carvão, no óleo e em outras matérias auxiliares empregadas, bem como da quantidade do trabalho materializado, na máquina a vapor, nos fusos, no edifício da fábrica, etc. Os meios de trabalho propriamente ditos, tais como ferramentas, maquinaria e edifícios, utilizam-se constantemente, durante um período de tempo mais ou menos longo, em processos repetidos de produção. Se se consumissem de uma vez, como acontece com as matérias-primas, transferir-se-ia imediatamente todo o seu valor à mercadoria que ajudam a produzir. Mas como um fuso, por exemplo, só se desgasta aos poucos, calcula-se um termo médio tomando por base a sua duração média, o seu aproveitamento médio ou a sua deterioração ou desgaste durante um determinado tempo, digamos, um dia. Deste modo calculamos qual aparte do valor dos fusos que passa ao fio fabricado durante um dia e que parte, portanto, dentro da soma global de trabalho realizado, por exemplo, numa libra de fio, corresponda à quantidade de trabalho anteriormente

incorporado nos fusos. Para o objetivo a que visamos é desnecessário insistir mais neste ponto.

Poderia parecer que, se o valor de uma mercadoria se determina pela quantidade de trabalho que se inverte na sua produção, quanto mais preguiçoso ou inábil seja um operário, mais valiosa será a mercadoria por ele produzida, pois que o tempo de trabalho necessário para produzi-la será proporcionalmente maior. Mas aquele que assim pensa incorre num lamentável erro. Lembrai-vos que eu empregava a expressão 'trabalho social' e nesta denominação de "social" cabem muitas coisas. Ao dizer que o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho incorporado ou cristalizado nela, queremos referir-nos à quantidade de trabalho necessário para produzir essa mercadoria num dado estado social e sob determinadas condições sociais médias de produção, com urna dada intensidade social média e com uma destreza média no trabalho que se emprega. Quando, na Inglaterra, o tear a vapor começou a competir com o tear manual, para converter uma determinada quantidade de fio numa jarda de tecido de algodão, ou pano, bastava a metade da duração de trabalho que anteriormente se invertia. Agora, o pobre tecelão manual tinha que trabalhar 17 ou 18 horas diárias, em vez das 9 ou 10 de antes. Não obstante, o produto de suas 20 horas de trabalho só representava 10 horas de trabalho social; isto é, as 10 horas de trabalho socialmente necessárias para converter uma determinada quantidade de fio em artigos têxteis. Portanto, seu produto de 20 horas não tinha mais valor, do que aquele que antes elaborava em 10.

Se então a quantidade de trabalho socialmente necessário, materializado nas mercadorias, é o que determina o valor de troca destas, ao crescer a quantidade de trabalho exigível para produzir uma mercadoria aumenta necessariamente o seu valor e, vice-versa, diminuindo aquela, baixa este.

Se as respectivas quantidades de trabalho necessário para produzir as respectivas mercadorias permanecessem constantes, seriam também constantes seus valores relativos. Porém, assim não sucede. A quantidade de trabalho necessário para produzir uma mercadoria varia constantemente, ao variarem as forças produtivas do trabalho aplicado. Quanto maiores são as forças produtivas do trabalho, mais produtos se elaboram num tempo de trabalho dado; e quanto menores são, menos se produzem na mesma unidade de tempo. Se, por exemplo, ao crescer a população, se fizesse necessário cultivar terras menos férteis, teríamos que inverter uma quantidade maior de trabalho para obter a mesma produção, e isto faria subir, por conseguinte, o valor dos produtos agrícolas. Por outro lado, se um só fiandeiro, com os modernos meios de produção, ao fim do dia converte em fio mil vezes mais algodão que antes fiava no mesmo espaço de tempo com auxílio da roca, é evidente que, agora, cada libra de algodão absorverá mil vezes menos trabalho de fiação que dantes e, por consequência, o valor que o processo de fiação incorpora em cada libra de algodão será mil vezes menor. E na mesma proporção baixará o valor do fio.

À parte as diferenças nas energias naturais e na destreza adquirida para o trabalho entre os diversos povos, as forças produtivas do trabalho dependerão, principalmente:

1. – Das condições naturais do trabalho: fertilidade do solo, riqueza das jazidas minerais, etc.
2. – Do aperfeiçoamento progressivo das forças sociais do trabalho por efeito da produção em grande escala, da concentração do capital, da combinação do trabalho, da divisão do trabalho, maquinaria, melhoria dos métodos, aplicação dos meios químicos e de outras forças naturais, redução do tempo e do espaço graças aos meios de comunicação e de transporte, e todos os demais inventos pelos quais a ciência obriga as forças naturais a servir o trabalho, e pelos quais desenvolve o caráter social ou cooperativo do trabalho. Quanto maior é a força produtiva do trabalho, menos trabalho se inverte numa dada quantidade de produtos e, portanto, menor é o valor destes produtos. Quanto menores são as forças produtivas do trabalho, mais trabalho se emprega na mesma quantidade de produtos e, por consequência, maior é o seu valor. Podemos, então, estabelecer como lei geral o seguinte:

Os valores das mercadorias estão na razão direta do tempo de trabalho invertido em sua produção e

na razão inversa das forças produtivas do trabalho empregado.

Como até aqui só temos falado do valor, acrescentarei algumas palavras acerca do preço, que é uma forma particular tomada pelo valor.

Em si mesmo, o preço outra coisa não é senão a expressão em dinheiro do valor. Os valores de todas as mercadorias deste país se exprimem, por exemplo, em preços-ouro, enquanto no Continente se expressam quase sempre em preços-prata. O valor do ouro, ou da prata, se determina como o de qualquer mercadoria, pela quantidade de trabalho necessário à sua extração. Permutais uma certa soma de vossos produtos nacionais, na qual se cristaliza uma determinada quantidade de vosso trabalho nacional, pelos produtos dos países produtores de ouro e prata, nos quais se cristaliza uma determinada quantidade de seu trabalho. É por este processo, na verdade pela simples troca, que aprendeis a exprimir em ouro e prata os valores de todas as mercadorias, isto é, as quantidades respectivas de trabalho empregadas na sua produção. Se vos aprofundardes mais na expressão em dinheiro do valor, ou o que vem a ser o mesmo, na conversão do valor em preço, vereis que se trata de um processo por meio do qual dais aos valores de todas as mercadorias uma forma independente e homogênea, por meio do qual exprimis estes valores como quantidades de igual trabalho social. Na medida em que é apenas a expressão em dinheiro do valor, o preço foi denominado preço natural, por Adam Smith, e *prix nécessaire*, pelos fisiocratas franceses.

Que relação guardam pois o valor e os preços do mercado ou os preços naturais e os preços do mercado? Todos sabeis que o preço do mercado é o mesmo para todas as mercadorias da mesma espécie, por muito que variem as condições de produção dos produtores individuais. Os preços do mercado não fazem mais que expressar a quantidade social média de trabalho, que, nas condições médias de produção, é necessária para abastecer o mercado com determinada quantidade de um certo artigo. Calcula-se tendo em vista a quantidade global de uma mercadoria de determinada espécie.

Até agora o preço de uma mercadoria no mercado coincide com o seu valor. Por outra parte, as oscilações dos preços do mercado que umas vezes excedem o valor, ou preço natural, e outras vezes ficam abaixo dele, dependem das flutuações da oferta e da procura. Os preços do mercado se desviam constantemente dos valores, mas, como diz Adam Smith:

"O preço natural é... o preço central em torno do qual gravitam constantemente os preços das mercadorias. Circunstâncias diversas os podem manter erguidos muito acima desse ponto e, por vezes, precipitá-los um pouco abaixo. Quaisquer, porém, que sejam os obstáculos que os impeçam de se deter neste centro de repouso e estabilidade, eles tendem continuamente para lá."

Não posso agora esmiuçar este assunto. Basta dizer que se a oferta e a procura se equilibram, os preços das mercadorias no mercado corresponderão a seus preços naturais, isto é, a seus valores, os quais se determinam pelas respectivas quantidades de trabalho necessário para a sua produção. Mas a oferta e a procura devem constantemente tender para o equilíbrio, embora só o alcancem compensando uma flutuação com a outra, uma alta com uma baixa e vice-versa. Se em vez de considerar somente as flutuações diárias, analisardes o movimento dos preços do mercado durante um espaço de tempo bastante longo, como o fez, por exemplo, o Sr. Tooke, na sua *História dos Preços*, descobrireis que as flutuações dos preços no mercado, seus desvios dos valores, suas altas e baixas, se compensam umas com as outras e se neutralizam de tal maneira que, postas à margem a influência exercida pelos monopólios e algumas outras restrições que aqui temos de passar por alto, vemos que todas as espécies de mercadorias se vendem, em termo médio, pelos seus respectivos valores ou preços naturais. Os períodos médios de tempo, durante os quais se

compensam entre si as flutuações dos preços no mercado, diferem segundo as distintas espécies de mercadorias, porque numas é mais fácil que em outras adaptar a oferta à procura.

Se, então, falando de um modo geral e abarcando períodos de tempo bastante longos, todas as espécies de mercadorias se vendem pelos seus respectivos valores, é absurdo supor que o lucro – não em casos isolados, mas o lucro constante e normal das diversas indústrias – brota de uma majoração dos preços das mercadorias, ou do fato de que se vendam por um preço que exceda consideravelmente o seu valor. O absurdo desta idéia evidencia-se desde que a generalizamos. O que alguém ganhasse constantemente como vendedor, haveria de perder constantemente como comprador. De nada serve dizer que há pessoas que compram sem vender, consumidores que não são produtores. O que estes pagassem ao produtor, teriam antes de recebê-lo dele grátis. Se uma pessoa recebe o vosso dinheiro e logo vo-lo devolve comprando-vos as vossas mercadorias, por este caminho nunca enriquecereis por mais caro que vendais. Esta espécie de negócios poderá reduzir uma perda, mas jamais contribuir para realizar um lucro.

Portanto, para explicar o caráter geral do lucro não tereis outro remédio senão partir do teorema de que as mercadorias se vendem, em média, pelos seus verdadeiros valores e que os lucros se obtêm vendendo as mercadorias pelo seu valor, isto é, em proporção à quantidade de trabalho nelas materializado. Se não conseguirdes explicar o lucro sobre esta base, de nenhum outro modo conseguireis explicá-lo. Isto parece um paradoxo e contrário à observação de todos os dias. Parece também paradoxal que a Terra gire ao redor do Sol e que a água seja formada por dois gases altamente inflamáveis. As verdades científicas serão sempre paradoxais, se julgadas pela experiência de todos os dias, a qual somente capta a aparência enganadora das coisas.

7 – Força de trabalho

Depois de termos analisado, na medida em que podíamos fazê-lo, em um exame tão rápido, a natureza do valor, do valor de uma mercadoria qualquer, devemos voltar nossa atenção para o valor específico do trabalho. E aqui tenho eu, novamente, que vos surpreender com outro aparente paradoxo. Todos vós estais completamente convencidos de que aquilo que vendeis todos os dias é vosso trabalho; de que, portanto, o trabalho tem um preço e que, embora o preço de uma mercadoria mais não seja que a expressão em dinheiro do seu valor, deve existir, sem dúvida alguma, qualquer coisa parecida com o valor do trabalho. E, não obstante, não existe tal coisa como o valor do trabalho, no sentido corrente da palavra. Vimos que a quantidade de trabalho necessário cristalizado numa mercadoria constitui o seu valor. Aplicando agora este conceito do valor, como poderíamos determinar o valor de uma jornada de trabalho de 10 horas, por exemplo? Quanto trabalho está contido nesta jornada? Dez horas de trabalho. Se disséssemos que o valor de uma jornada de trabalho de 10 horas equivale a 10 horas de trabalho, ou à quantidade de trabalho contido nela, faríamos uma afirmação tautológica e, além disso, sem sentido. Naturalmente, depois de haver desentranhado o sentido verdadeiro, porém oculto, da expressão valor do trabalho, estaremos em condições de interpretar esta aplicação irracional e aparentemente impossível do valor, do mesmo modo que estamos em condições de explicar os movimentos, aparentes ou somente perceptíveis em certas formas, dos corpos celestes, depois de termos descoberto os seus movimentos reais.

O que o operário vende não é diretamente o seu trabalho, mas a sua força de trabalho, cedendo temporariamente ao capitalista o direito de dispor dela. Tanto é assim que, não sei se as leis inglesas, mas, desde logo, algumas leis continentais fixam o máximo de tempo pelo qual uma pessoa pode vender a sua força de trabalho. Se lhe fosse permitido vendê-la sem limitação de tempo, teríamos imediatamente restabelecida a escravatura. Semelhante venda, se o operário se vendesse por toda a vida, por exemplo, convertê-lo-ia sem demora em escravo do patrão até o final de seus dias.

Thomas Hobbes, um dos economistas mais antigos e dos mais originais filósofos da Inglaterra, já havia assinalado em seu *Leviathan*, instintivamente, este ponto que escapou a todos os seus sucessores. Dizia ele: "o valor de um homem é, como para todas as outras coisas, o seu preço; quer dizer, o que se pagaria pelo uso de sua força".

Partindo desta base podemos determinar o valor do trabalho, como o de todas as outras mercadorias.

Mas, antes de fazê-lo, poderíamos perguntar: de onde provém esse fenômeno singular de que no mercado nós encontremos um grupo de compradores, que possuem terras, maquinaria, matérias-primas e meios de vida, coisas essas que, exceto a terra, em seu estado bruto, são produtos de trabalho, e, por outro lado, um grupo de vendedores que nada têm a vender senão sua força de trabalho, os seus braços laboriosos e cérebros? Como se explica que um dos grupos compre constantemente para realizar lucro e enriquecer-se, enquanto o outro grupo vende constantemente para ganhar o pão do cada dia? A investigação deste problema seria uma investigação do que os economistas chamam "acumulação prévia ou originária", mas que deveria chamar-se expropriação originária. E veremos que esta chamada acumulação originária não é senão uma série de processos históricos que resultaram na decomposição da unidade originária existente entre o homem trabalhador e seus instrumentos de trabalho. Esta observação cai, todavia, fora da órbita do nosso tema atual. Uma vez consumada a separação entre o trabalhador e os instrumentos de trabalho este estado de coisas se manterá e se reproduzirá em escala sempre crescente, até que uma nova e radical revolução do sistema de produção a deite por terra e restaure a primitiva unidade sob uma forma histórica nova.

Que é, pois, o valor da força de trabalho? Como o de toda outra mercadoria, este valor se determina pela quantidade de trabalho necessário para produzi-la. A força de trabalho de um homem consiste, pura e simplesmente, na sua individualidade viva. Para poder crescer e manter-se, um homem precisa consumir uma determinada quantidade de meios de subsistência, o homem, como a máquina, se gasta e tem que ser substituído por outro homem. Além da soma de artigos de primeira necessidade exigidos para o seu próprio sustento, ele precisa de outra quantidade dos mesmos artigos para criar determinado número de filhos, que hão de substituí-lo no mercado de trabalho e perpetuar a raça dos trabalhadores. Ademais, tem que gastar outra soma de valores no, desenvolvimento de sua força de trabalho e na aquisição de uma certa habilidade. Para o nosso objetivo bastar-nos-á considerar o trabalho médio, cujos gastos de educação e aperfeiçoamento são grandezas insignificantes. Devo, sem embargo, aproveitar a ocasião para constatar que, assim como diferem os custos de produção de força de trabalho de diferente qualidade, assim têm que diferir, também, os valores das forças de trabalho aplicadas nas diferentes indústrias. Por conseqüência, o grito pela igualdade de salários assenta num erro, é um desejo ôco, que jamais se realizará. É um rebento desse falso e superficial radicalismo que admite as premissas e procura fugir às conclusões. Dentro do sistema do salariado, o valor da força de trabalho se fixa como o de outra mercadoria qualquer, e como distintas espécies de força de trabalho possuem distintos valores, ou exigem para a sua produção distintas quantidades de trabalho, necessariamente têm que ter preços distintos no mercado de trabalho. Pedir uma retribuição igual ou simplesmente uma retribuição justa, na base do sistema do salariado, é o mesmo que pedir liberdade na base do sistema da escravatura. O que pudésseis considerar justo ou eqüitativo não vem ao caso. O problema está em saber o que vai acontecer necessária e inevitavelmente dentro de um dado sistema de produção.

Depois do que dissemos, o valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos artigos de primeira necessidade exigidos para produzir, desenvolver, manter e perpetuar a força de trabalho.

8 – A produção da mais-valia

Suponhamos agora que a quantidade média diária de artigos de primeira necessidade imprescindíveis à vida de um operário exija seis horas de trabalho médio para a sua produção. Suponhamos, além disso, que estas 6 horas de trabalho médio se materializem numa quantidade de ouro equivalente a 3 xelins. Nestas condições, os 3 xelins seriam o preço ou a expressão em dinheiro do valor diário da força de trabalho desse homem. Se trabalhasse 6 horas diárias, ele produziria diariamente um valor que bastaria para comprar a quantidade média de seus artigos diários de primeira necessidade ou para se manter como operário.

Mas o nosso homem é um obreiro assalariado. Portanto, precisa vender a sua força de trabalho a um capitalista. Se a vende por 3 xelins diários, ou por 18 semanais, vende-a pelo seu valor. Vamos supor que se trata de um fiandeiro. Trabalhando 6 horas por dia, incorporará ao algodão, diariamente, um valor de 3 xelins. Este valor diariamente incorporado por ele representaria um equivalente exato do salário, ou preço de sua força de trabalho, que recebe cada dia. Mas neste caso não iria para o capitalista nenhuma mais-valia ou sobreproduto algum. É aqui, então, que tropeçamos com a verdadeira dificuldade.

Ao comprar a força de trabalho do operário e ao pagá-la pelo seu valor, o capitalista adquire, como qualquer outro comprador, o direito de consumir ou usar a mercadoria comprada. A força de trabalho de um homem é consumida, ou usada, fazendo-o trabalhar, assim como se consome ou se usa uma máquina fazendo-a funcionar. Portanto, o capitalista, ao comprar o valor diário, ou semanal, da força de trabalho do operário, adquire o direito de servir-se dela ou de fazê-la funcionar durante todo o dia ou toda a semana. A jornada de trabalho, ou a semana de trabalho, têm naturalmente certos limites, mas a isto volveremos, em detalhe, mais adiante.

No momento, quero chamar-vos a atenção para um ponto decisivo.

O valor da força de trabalho se determina pela quantidade de trabalho necessário para a sua conservação, ou reprodução, mas o uso desta força só é limitado pela energia vital e a força física do operário. O valor diário ou semanal da força de trabalho difere completamente do funcionamento diário ou semanal desta mesma força, de trabalho, são duas coisas completamente distintas, como a ração consumida por um cavalo e o tempo em que este pode carregar o cavaleiro. A quantidade de trabalho que serve de limite ao valor da força de trabalho do operário não limita de modo algum a quantidade de trabalho que sua força de trabalho pode executar. Tomemos o exemplo do nosso fiandeiro. Vimos que, para recompor diariamente a sua força de trabalho, este fiandeiro precisava reproduzir um valor diário de 3 xelins, o que realizava com um trabalho diário de 6 horas. Isto, porém, não lhe tira a capacidade de trabalhar 10 ou 12 horas e mais, diariamente. Mas o capitalista, ao pagar o valor diário ou semanal da força de trabalho do fiandeiro, adquire o direito de usá-la durante todo o dia ou toda a semana. Fa-lo-á trabalhar, portanto, digamos, 12 horas diárias, quer dizer, além das 6 horas necessárias para recompor o seu salário, ou o valor de sua força de trabalho, terá de trabalhar outras 6 horas, a que chamarei horas de sobretrabalho, e este sobretrabalho irá traduzir-se em uma mais-valia e em um sobre-produto. Se, por exemplo, nosso fiandeiro, com o seu trabalho diário de 6 horas, acrescenta ao algodão um valor de 3 xelins, valor que constitui um equivalente exato de seu salário, em 12 horas acrescentará ao algodão um valor de 6 xelins e produzirá a correspondente quantidade adicional de fio. E como vendeu sua força de trabalho ao capitalista, todo o valor ou todo o produto por ele criado pertence ao capitalista, que é dono de sua força de trabalho, *por tempore*. Por conseguinte, desembolsando 3 xelins, o capitalista realizará o valor de 6, pois com o desembolso de um valor no qual se cristalizam 6 horas de trabalho receberá em troca um valor no qual estão cristalizadas 12 horas. Se repete, diariamente, esta operação, o capitalista desembolsará 3 xelins por dia e embolsará 6, cuja metade tornará a inverter no pagamento de novos salários, enquanto a outra metade formará a mais-valia, pela qual o capitalista não paga equivalente algum. Este tipo de intercâmbio entre o capital e o trabalho é o que serve de base à

produção capitalista, ou ao sistema do salariado, e tem que conduzir, sem cessar, à constante reprodução do operário como operário e do capitalista como capitalista.

A taxa de mais-valia dependerá, se todas as outras circunstâncias permanecerem invariáveis, da proporção existente entre a parte da jornada que o operário tem que trabalhar para reproduzir o valor da força de trabalho e o sobretempo ou sobretrabalho realizado para o capitalista. Dependerá, por isso, da proporção em que a jornada de trabalho se prolongue além do tempo durante o qual o operário, com o seu trabalho, se limita a reproduzir o valor de sua força de trabalho ou a repor o seu salário.

9 – O valor do trabalho

Devemos agora voltar à expressão "valor ou preço do trabalho".

Vimos que, na realidade, este valor nada mais é que o da força de trabalho, medido pelos valores das mercadorias necessárias à sua manutenção. Mas como o operário só recebe o seu salário depois de realizar o seu trabalho e como, ademais, sabe que o que entrega realmente ao capitalista é o seu trabalho, ele necessariamente imagina que o valor ou preço de sua força de trabalho é o preço ou valor do seu próprio trabalho. Se o preço de sua força de trabalho é 3 xelins, nos quais se materializam 6 horas de trabalho, e ele trabalha 12 horas, forçosamente o operário considerará esses 3 xelins como o valor ou preço de 12 horas de trabalho, se, bem que estas 12 horas representem um valor de 6 xelins. Donde se chega a um duplo resultado:

Primeiro: O valor ou preço da força de trabalho toma a aparência do preço ou valor do próprio trabalho, ainda que a rigor as expressões de valor e preço do trabalho careçam de sentido.

Segundo: Ainda que só se pague uma parte do trabalho diário do operário, enquanto a outra parte fica sem remuneração, e ainda que este trabalho não remunerado ou sobre-trabalho seja precisamente o fundo de que se forma a mais-valia ou lucro, fica parecendo que todo o trabalho é trabalho pago.

Esta aparência enganadora distingue o trabalho assalariado das outras formas históricas do trabalho. Dentro do sistema do salariado, até o trabalho não remunerado parece trabalho pago. Ao contrário, no trabalho dos escravos parece ser trabalho não remunerado até a parte do trabalho que se paga. Claro está que para poder trabalhar, o escravo tem que viver e uma parte de sua jornada de trabalho serve para repor o valor de seu próprio sustento. Mas como entre ele e seu senhor não houve trato algum, nem se celebra entre eles nenhuma compra e venda, todo o seu trabalho parece dado de graça.

Tomemos, por outro lado, o camponês servo, tal como, existia, quase diríamos ainda ontem mesmo, em todo o oriente da Europa. Este camponês, por exemplo, trabalhava três dias para si, na sua própria terra, ou na que lhe havia sido atribuída, e nos três dias seguintes realizava um trabalho compulsório e gratuito na propriedade de seu senhor. Como vemos, aqui as duas partes do trabalho, a paga e a não paga, aparecem visivelmente separadas, no tempo e no espaço, e os nossos liberais podem estourar de indignação moral ante a idéia disparatada de que se obrigue um homem a trabalhar de graça.

Mas, na realidade, tanto faz uma pessoa trabalhar três dias na semana para si, na sua própria terra, e outros três dias de graça na gleba do senhor como trabalhar diariamente na fábrica, ou na oficina, 6 horas para si e 6 para o seu patrão, ainda que neste caso a parte do trabalho pago e a do não remunerado apareçam inseparavelmente confundidas e o caráter de toda a transação se disfarce por completo com a interferência de um contrato e o pagamento recebido no fim da semana. No primeiro caso, o trabalho não remunerado é visivelmente arrancado pela força; no segundo, parece entregue voluntariamente. Eis a única diferença.

Sempre que eu empregue, portanto, a expressão "valor do trabalho", empregá-la-ei como termo popular, sinônimo de "valor de força de trabalho".

10 – O lucro obtém-se vendendo uma mercadoria pelo seu valor

Suponhamos que uma hora de trabalho médio materialize um valor de 6 pence ou 12 horas de trabalho médio, um valor de 6 xelins. Suponhamos, ainda, que o valor do trabalho represente 3 xelins ou o produto de 6 horas de trabalho. Se nas matérias-primas, maquinaria, etc., consumidas para produzir uma determinada mercadoria se materializam 24 horas de trabalho médio, o seu valor elevar-se-á a 12 xelins. Se, além disso, o operário empregado pelo capitalista junta a estes meios de produção 12 horas de trabalho, teremos que estas 12 horas se materializam num valor adicional de 6 xelins. Portanto, o valor total do produto se elevará a 36 horas de trabalho materializado, equivalente a 18 xelins. Porém, como o valor do trabalho ou o salário recebido pelo operário só representa 3 xelins, decorre daí que o capitalista não pagou equivalente algum pelas 6 horas de sobretabalho realizado pelo operário e materializadas no valor da mercadoria. Vendendo esta mercadoria pelo seu valor, por 18 xelins, o capitalista obterá, portanto, um valor de 3 xelins, para o qual não pagou equivalente. Estes 3 xelins representarão a mais-valia ou lucro que o capitalista embolsa. O capitalista obterá, por conseqüência, um lucro de 3 xelins, não por vender a sua mercadoria a um preço que exceda o seu valor, mas por vendê-la pelo seu valor real.

O valor de uma mercadoria se determina pela quantidade total de trabalho que encerra. Mas uma parte desta quantidade de trabalho representa um valor pelo qual se pagou um equivalente em forma de salários; outra parte se materializa num valor pelo qual nenhum equivalente foi pago. Uma parte do trabalho incluído na mercadoria é trabalho remunerado; a outra parte, trabalho não remunerado. Logo, quando o capitalista vende a mercadoria pelo seu valor, isto é, como cristalização da quantidade total de trabalho nela invertido, o capitalista deve forçosamente vendê-la com lucro. Vende não só o que lhe custou um equivalente, como também o que não lhe custou nada, embora haja custado o trabalho do seu operário. O custo da mercadoria para o capitalista e o custo real da mercadoria são coisas inteiramente distintas. Repito, pois, que lucros normais e médios se obtêm vendendo as mercadorias não acima do que valem e sim pelo seu verdadeiro valor.

11 – As diversas partes em que se divide a mais-valia

A mais-valia, ou seja aquela parte do valor total da mercadoria em que se incorpora o sobretabalho, ou trabalho não remunerado, eu chamo lucro. Este lucro não o embolsa na sua totalidade o empregador capitalista. O monopólio do solo permite ao proprietário da terra embolsar uma parte desta mais-valia, sob a denominação de renda territorial, quer o solo seja utilizado na agricultura ou se destine a construir edifícios, ferrovias ou a outro qualquer fim produtivo. Por outro lado, o fato de ser a posse dos meios de trabalho o que possibilita ao empregador capitalista produzir mais-valia, ou, o que é o mesmo, apropriar-se de uma determinada quantidade de trabalho não remunerado, é precisamente o que permite ao proprietário dos meios de trabalho, que os empresta total ou parcialmente ao empregador capitalista, numa palavra, ao capitalista que empresta o dinheiro, reivindicar para si mesmo outra parte desta mais-valia, sob o nome de juro, de modo que ao capitalista empregador, como tal, só lhe sobra o chamado lucro industrial ou comercial.

A questão de saber a que leis está submetida essa divisão da importância total da mais-valia entre as três categorias de pessoas aqui mencionadas, é inteiramente estranha ao nosso tema. Mas, do que deixamos exposto depreende-se, pelo menos o seguinte:

A renda territorial, o juro e o lucro industrial nada mais são que nomes diferentes para exprimir as diferentes partes da mais-valia de uma mercadoria ou do trabalho não remunerado, que nela se materializa, e todos provêm por igual desta fonte e só desta fonte. Não provêm do solo, como tal, nem do capital em si; mas o solo e o capital permitem a seus possuidores obterem a sua parte correspondente na mais-valia que o empregador capitalista extorque ao operário. Para o operário mesmo, é uma questão de importância secundária que esta mais-valia, fruto de seu sobretrabalho, ou trabalho não remunerado, seja exclusivamente embolsada pelo empregador capitalista ou que este se veja obrigado a ceder parte a terceiros, com o nome de renda do solo, ou juro. Suponhamos que o empregador utiliza apenas capital próprio e seja ele mesmo o proprietário do solo; neste caso, toda a mais-valia irá parar em seu bolso.

É o empregador capitalista quem extrai diretamente do operário esta mais-valia, seja qual for a parte que, em última análise, possa reservar para si. Por isto, desta relação entre o empregador capitalista e o operário assalariado depende todo o sistema do salariado e todo o regime atual de produção. Alguns dos cidadãos que intervieram em nosso debate, ao intentarem atenuar as proporções das coisas e apresentar esta relação fundamental entre o empregador capitalista e o operário como uma questão secundária, cometeram, portanto, um erro, embora, por outro lado, tivessem razão ao afirmar que, em dadas circunstâncias, um aumento dos preços pode afetar de um modo muito desigual o empregador capitalista, o dono da terra, o capitalista que empresta dinheiro e, se quereis, o arrecadador de impostos.

Do exposto resulta ainda outra conseqüência: A parte do valor da mercadoria que representa unicamente o valor das matérias-primas e das máquinas, numa palavra, o valor dos meios de produção consumidos, não gera nenhum rendimento, mas se limita a repor o capital. Mas, afora isso, é falso que a outra parte do valor da mercadoria, que forma o rendimento, ou pode ser gasta sob a forma de salário, lucro, renda territorial e juro, seja constituída pelo valor dos salários, pelo valor da renda territorial, o valor do lucro, etc. Por ora deixaremos de lado os salários e só trataremos do lucro industrial, do juro e da renda territorial. Acabamos de ver que a mais-valia contida na mercadoria, ou a parte do valor desta na qual está incorporado o trabalho não remunerado, por sua vez se decompõe em várias partes, designadas por três nomes diferentes. Afirmer, porém, que seu valor se acha integrado, ou formado pela soma total dos valores independentes destas três partes constituintes, seria afirmar o inverso da verdade.

Se uma hora de trabalho se realiza num valor de 6 pence e se a jornada de trabalho do operário é de 12 horas e a metade deste tempo for trabalho não pago, este sobretrabalho acrescentará à mercadoria uma mais-valia de 3 xelins, isto é, um valor pelo qual não se paga nenhum equivalente. Esta mais-valia de 3 xelins representa todo o fundo que o empregador capitalista pode repartir, na proporção que fôr com o dono da terra e com o emprestador de dinheiro. O valor destes 3 xelins forma o limite do valor que eles podem repartir entre si. Mas, não é o empregador capitalista que acrescenta ao valor da mercadoria um valor arbitrário para seu lucro, acrescentando em seguida outro valor para o proprietário da terra e assim por diante, de tal maneira que a soma destes valores arbitrariamente fixados constituísse o valor total. Vêdes, portanto, o erro da idéia correntemente exposta, que confunde a divisão de um dado valor em três partes, com a formação desse valor, mediante a soma de três valores independentes, convertendo desta maneira numa grandeza arbitrária o valor total, de onde saem a renda territorial, o lucro e o juro.

Se o lucro total obtido por um capitalista for de 100 libras esterlinas, chamamos a esta soma, considerada como grandeza absoluta, o montante do lucro. Mas se calculamos a proporção entre estas 100 libras e o capital desembolsado, a esta grandeza relativa chamamos taxa de lucro. É evidente que se pode expressar esta taxa de lucro sob duas formas.

Vamos supor seja de 100 libras o capital desembolsado em salários. Se a mais-valia obtida for também de 100 libras - o que nos demonstraria que a metade da jornada de trabalho do operário se compõe de trabalho não remunerado - e se medíssemos este lucro pelo valor do capital desembolsado em salários,

diríamos que a taxa de lucro era de 100 por cento, já que o valor desembolsado seria 100 e o valor produzido 200.

Se, por outro lado, não só considerássemos o capital desembolsado em salários, mas todo o capital desembolsado, digamos, por exemplo, 500 libras, das quais 400 representam valor das matérias-primas, maquinaria, etc., diríamos que taxa de lucro apenas se elevava a 20 por cento, visto o lucro de 100 não ser mais que a quinta parte do capital total desembolsado.

O primeiro modo de expressar a taxa de lucro é o único que nos revela a proporção real entre o trabalho pago e o não remunerado, o grau real da "exploitation"⁷ do trabalho (permiti-me o uso desta palavra francesa). A outra forma é a usual, e para certos fins é, com efeito, a mais indicada. Em todo caso, prova ser muito útil, por ocultar o grau em que o capitalista arranca do operário trabalho gratuito.

Nas observações que ainda me restam por fazer, empregarei a palavra lucro para exprimir o montante total de mais-valia extorquida pelo capitalista, sem me preocupar com a divisão desta mais-valia entre as diversas partes interessadas, e quando usar o termo taxa de lucro medirei sempre o lucro pelo valor do capital desembolsado em salários.

12 – A relação geral entre os lucros, salários e preços

Se do valor de uma mercadoria descontamos a parte que se limita a repor o das matérias-primas e outros meios de produção empregados, isto é, se descontarmos o valor que representa o trabalho pretérito nela encerrado, o valor restante reduzir-se-á à quantidade de trabalho acrescentada pelo operário que por último se ocupa nela. Se este operário trabalha 12 horas diárias e 12 horas de trabalho médio cristalizam-se numa soma de ouro igual a 6 xelins, este valor adicional de 6 xelins será o único valor criado por seu trabalho. Este valor dado, determinado por seu tempo de trabalho, é o único fundo do qual tanto ele como o capitalista têm de retirar a respectiva participação ou dividendo, é o único valor a ser dividido entre salários e lucros. É evidente que este valor não será em si mesmo alterado pelas proporções variáveis em que possa dividir-se entre ambas as partes. E tampouco haverá alteração se, em vez de um operário isolado, pomos toda a população trabalhadora, 12 milhões de jornadas de trabalho, por exemplo, em vez de uma.

Como o capitalista e o operário só podem dividir este valor limitado, isto é, o valor medido pelo trabalho total do operário, quanto mais perceba um deles, menos obterá o outro, e reciprocamente. Partindo de uma dada quantidade, uma das partes aumentará sempre na mesma proporção em que a outra diminui. Se os salários se modificam, modificar-se-ão em sentido oposto aos lucros. Se os salários baixam, subirão os lucros; e se os salários sobem, baixarão os lucros. Se o operário, na nossa suposição anterior, ganha 3 xelins, equivalentes à metade do valor criado por ele, ou se a metade da sua jornada de trabalho total é trabalho pago e a outra metade trabalho não remunerado, a taxa de lucro será de 100 por cento, visto que o capitalista obterá também 3 xelins. Se o operário só recebe 2 xelins, ou só trabalha para ele a terça parte da jornada total, o capitalista obterá 4 xelins e a taxa de lucro será, neste caso, de 200 por cento. Se o operário percebe 4 xelins, o capitalista só poderá embolsar 2, e a taxa de lucro descerá, portanto, a 50 por cento. Mas todas estas variações não influem no valor da mercadoria. Logo, um aumento geral de salários determinaria uma diminuição da taxa geral de lucro, mas não afetaria os valores.

No entanto, embora os valores das mercadorias, que, em última instância, hão de regular seus preços no mercado, estejam determinados exclusivamente pela quantidade total de trabalho plasmado neles, e não pela divisão desta quantidade em trabalho pago e trabalho não remunerado, daqui não se deduz de

7 Exploração.

modo algum que os valores das diversas mercadorias ou lotes de mercadorias fabricadas em 12 horas, por exemplo, sejam sempre os mesmos. O número, ou a massa das mercadorias fabricadas num determinado tempo de trabalho, ou mediante uma determinada quantidade de trabalho, depende da força produtiva do trabalho empregado e não da sua extensão ou duração. Com um dado grau das forças produtivas do trabalho de fiação, por exemplo, poderão produzir-se numa jornada de trabalho de 12 horas, 12 libras-peso de fio; com um grau mais baixo de força produtiva produzir-se-ão tão somente duas. Portanto, no primeiro caso, se as 12 horas de trabalho médio se materializam num valor de 6 xelins, as 12 libras-peso de fio custarão 6 xelins, justamente o que custariam, no segundo caso, as duas libras. Quer dizer que no primeiro caso a libra-peso de fio sairá por 6 pence e no segundo, por 3 xelins. Esta diferença de preço seria uma consequência da diferença existente entre as forças produtivas do trabalho empregado. Com a maior força produtiva, uma hora de trabalho materializar-se-ia numa libra-peso de fio, ao passo que, com a força produtiva menor, para obter uma libra de fio haveria necessidade de 6 horas de trabalho. No primeiro caso, o preço da libra de fio não excederia 6 pence apesar de os salários serem relativamente altos e a taxa de lucro, baixa; no segundo caso, se elevaria a 3 xelins, mesmo com salários baixos e com uma taxa de lucro elevada. Assim sucederia porque o preço da libra-peso de fio é determinado pelo total do trabalho que encerra e não pela proporção em que este total se divide em trabalho pago e não pago. O fato, antes apontado por mim, de que um trabalho bem pago pode produzir mercadorias baratas, e um mal pago mercadorias caras, perde, com isto, a sua aparência paradoxal. Não é mais que a expressão da lei geral de que o valor de uma mercadoria se determina pela quantidade de trabalho nela invertido e de que esta quantidade de trabalho invertido depende exclusivamente da força produtiva do trabalho empregado, variando, por conseguinte, ao variar a produtividade do trabalho.

13 - Casos principais de luta pelo aumento de salários ou contra a sua redução

Examinemos agora seriamente os casos principais em que se intenta obter um aumento dos salários, ou se opõe uma resistência à sua redução.

1. Vimos que o valor da força de trabalho, ou, em termos mais populares, o valor do trabalho, é determinado pelo valor dos artigos de primeira necessidade ou pela quantidade de trabalho necessária à sua produção. Por conseguinte, se num determinado país o valor dos artigos de primeira necessidade, em média diária consumidos por um operário, representa 6 horas de trabalho, expressa em 3 xelins, este trabalhador terá de trabalhar 6 horas por dia a fim de produzir um equivalente do seu sustento diário. Sendo de 12 horas a jornada de trabalho, o capitalista pagar-lhe-ia o valor de seu trabalho entregando-lhe 3 xelins. Metade da jornada de trabalho será trabalho não remunerado e, portanto, a taxa de lucro se elevará a 100 por cento. Mas vamos supor agora que, em consequência de uma diminuição da produtividade, se necessite de mais trabalho para produzir, digamos, a mesma quantidade de produtos agrícolas que dantes, com o que o preço médio dos víveres diariamente necessários subirá de 3 para 4 xelins. Neste caso, o valor do trabalho aumentaria de um terço, ou seja, de 33,3 por cento. A fim de produzir o equivalente do sustento diário do trabalhador, dentro do padrão de vida anterior, seriam precisas 8 horas de jornada de trabalho. Logo, o sobretrabalho diminuiria de 6 para 4 horas e a taxa de lucro se reduziria de 100 para 50 por cento. O trabalhador que nestas condições pedisse um aumento de salário limitar-se-ia a exigir que lhe pagassem o valor incrementado de seu trabalho, como qualquer outro vendedor de uma mercadoria que, quando aumenta o custo de produção desta, age de modo a conseguir que o comprador lhe pague esse incremento do valor. E se os salários não sobem, ou não sobem em proporções suficientes para compensar o incremento do valor aos artigos de primeira necessidade, o preço do trabalho descerá abaixo do valor do trabalho e o padrão de vida do trabalhador piorará.

Mas também pode operar-se uma mudança em sentido contrário. Ao elevar-se a produtividade do

trabalho, pode acontecer que a mesma quantidade de artigos de primeira necessidade, consumidos em média, diariamente, baixe de 3 para 2 xelins, ou que, em vez de 6 horas de jornada de trabalho, bastem 4 para produzir o equivalente do valor dos artigos de primeira necessidade consumidos num dia. O operário poderia, então, comprar por 2 xelins exatamente os mesmos artigos de primeira necessidade que antes lhes custavam 3. Na realidade teria baixado o valor do trabalho; mas este valor diminuído disporia da mesma quantidade de mercadorias que antes. O lucro subiria de 3 para 4 xelins e a taxa de lucro, de 100 para 200 por cento. Ainda que o padrão de vida absoluto do trabalhador continuasse sendo o mesmo, seu salário relativo e, portanto, a sua posição social relativa, comparada com a do capitalista, teria piorado. Opondo-se a esta redução de seu salário relativo, o trabalhador não faria mais que lutar para obter uma parte das forças produtivas incrementadas do seu próprio trabalho e manter a sua antiga situação relativa na escala social. Assim, após a abolição das Leis Cerealistas e violando, flagrantemente, as promessas soleníssimas que haviam feito, em sua campanha de propaganda contra aquelas leis, os donos das fábricas inglesas diminuíram em geral os salários de 10 por cento. A princípio, a oposição dos trabalhadores foi frustrada; porém, mais tarde, logrou-se a recuperação dos 10 por cento perdidos, em consequência de circunstâncias que não me posso deter a examinar agora.

2. Os valores dos artigos de primeira necessidade e, por conseguinte, o valor do trabalho podem permanecer invariáveis, mas o preço deles em dinheiro pode sofrer alteração desde que se opere uma prévia modificação no valor do dinheiro.

Com a descoberta de jazidas mais abundantes, etc., 2 onças de ouro, por exemplo, não suporiam mais trabalho do que antes exigia a produção de uma onça. Neste caso, o valor do ouro baixaria à metade, a 50 por cento. E como, em consequência disto, os valores das demais mercadorias se expressariam no dobro do seu preço em dinheiro anterior, o mesmo aconteceria com o valor do trabalho. As 12 horas de trabalho, que antes se expressavam em 6 xelins, agora se expressariam em 12. Logo, se o salário do operário continuasse a ser de 3 xelins, em vez de ir a 6, resultaria que o preço em dinheiro do seu trabalho só corresponderia à metade do valor do seu trabalho, e seu padrão de vida pioraria assustadoramente. O mesmo ocorreria, em grau maior ou menor, se o seu salário subisse, mas não proporcionalmente à baixa do valor do ouro. Em tal caso, não se teria operado a menor mudança, nem nas forças produtivas do trabalho, nem na oferta e procura, nem tampouco nos valores. Só teria mudado o nome em dinheiro destes valores. Dizer, neste caso, que o operário deve lutar pelo aumento proporcional do seu salário, equívale a pedir-lhe que se resigne a que se lhe pague o seu trabalho com nomes não com coisas. Toda a história do passado prova que sempre que se produz uma depreciação do dinheiro, os capitalistas se aprestam para tirar proveito da conjuntura e enganar os operários. Uma grande escola de economistas assevera que, em consequência das novas descobertas de terras auríferas, da melhor exploração das minas de prata e do barateamento do fornecimento do mercúrio, voltou a se depreciar o valor dos metais preciosos. Isto explicaria as tentativas generalizadas e simultâneas que se fazem no Continente para conseguir um aumento de salários.

3. Até aqui partimos da suposição de que a jornada de trabalho tem limites dados. Mas, na realidade, essa jornada, em si mesma, não tem limites constantes. O capital tende constantemente a dilatá-la ao máximo de sua possibilidade física, já que na mesma proporção aumenta o sobretrabalho e, portanto, o lucro que dele deriva. Quanto mais êxito tiverem as pretensões do capital para alongar a jornada de trabalho, maior será a quantidade de trabalho alheio de que se apropriará. Durante o século XVII, e até mesmo durante os primeiros dois terços do XVIII, a jornada normal de trabalho, em toda Inglaterra, era de 10 horas. Durante a guerra contra os jacobitas⁸, que, foi, na realidade, uma guerra dos barões ingleses contra as massas trabalhadoras inglesas, o capital viveu dias de orgia e prolongou a jornada de 10 para 12, 14 e 18 horas. Malthus, que não pode precisamente infundir suspeitas de terno sentimentalismo, declarou

8 Partidários de Jacques II e da Casa dos Stuarts, afastados pela revolução de 1688.

num folheto, publicado por volta de 1815, que a vida da nação estava ameaçada em suas raízes, caso as coisas continuassem assim. Alguns anos antes da generalização dos novos inventos mecânicos, cerca de 1765, veio à luz na Inglaterra um folheto intitulado *An Essay on Trade* ["Um Ensaio Sobre o Comércio"]. O anônimo autor deste folheto, inimigo jurado da classe operária, clama pela necessidade de estender os limites da jornada de trabalho. Entre outras coisas, propõe criar, com este objetivo, casas de trabalho para pobres que, diz ele, deveriam ser "casas de terror". E qual é a duração da jornada de trabalho proposta para estas "casas de terror"? Doze horas, quer dizer, precisamente a jornada que, em 1832, os capitalistas, os economistas e os ministros declaravam não só vigente de fato, mas também o tempo de trabalho necessário para as crianças menores de 12 anos.

Ao vender a sua força de trabalho, - e o operário é obrigado a fazê-lo, no regime atual -, ele cede ao capitalista o direito de empregar esta força, porém dentro de certos limites racionais. Vende a sua força de trabalho para conservá-la ílesa, salvo o natural desgaste, porém não para destruí-la. E como a vende por seu valor diário, ou semanal, se subentende que num dia ou numa semana não se há de arrancar à sua força de trabalho um uso, ou desgaste de dois dias ou duas semanas. Tomemos uma máquina que valha 1 000 libras. Se ela se usa em dez anos, acrescentará no fim de cada ano 100 libras ao valor das mercadorias que ajuda a produzir. Se se usa em 5 anos, o valor acrescentado por ela será de 200 libras anuais, isto é, o valor de seu desgaste anual está em razão inversa à rapidez com que se esgota. Mas isto distingue o operário da máquina. A maquinaria não se esgota exatamente na mesma proporção em que se usa. Ao contrário, o homem se esgota numa proporção muito superior à que a mera soma numérica do trabalho acusa.

Nas tentativas para reduzir a jornada de trabalho à sua antiga duração racional, ou, onde não podem arrancar uma fixação legal da jornada normal de trabalho, nas tentativas para contrabalançar o trabalho excessivo por meio de um aumento de salário, aumento que não basta esteja em proporção com o sobretabalho que os exaure, e deve, sim, estar numa proporção maior, os operários não fazem mais que cumprir um dever para com eles mesmos e a sua raça. Limitam-se a refrear as usurpações tirânicas do capital. O tempo é o campo do desenvolvimento humano. O homem que não dispõe de nenhum tempo livre, cuja vida, afora as interrupções puramente físicas do sono, das refeições, etc., está toda ela absorvida pelo seu trabalho para o capitalista, é menos que uma besta de carga. É uma simples máquina, fisicamente destrocada e espiritualmente animalizada, para produzir riqueza alheia. E, no entanto, toda a história da moderna indústria demonstra que o capital, se não se lhe põe um freio lutará, sempre, implacavelmente e sem contemplações, para conduzir toda a classe operária a este nível de extrema degradação.

Pode acontecer que o capital, ao prolongar a jornada de trabalho, pague salários mais altos e que, sem embargo, o valor do trabalho diminua, se o aumento dos salários não corresponde à maior quantidade de trabalho extorquido e ao mais rápido esgotamento da força de trabalho que daí resultará. Isto pode ainda ocorrer de outro modo. Vossos estatísticos burgueses vos dirão, por exemplo, que os salários médios das famílias que trabalham nas fábricas do Lancashire subiram. Mas se esqueceram de que agora, em vez de ser só o homem, o cabeça da família, são também sua mulher e, talvez, três ou quatro filhos que se vêem lançados sob as rodas do carro de Jaguernaut⁹ do capital e que a alta dos salários totais não corresponde à do sobretabalho total arrancado à família.

Mesmo com uma jornada de trabalho de limites determinados, como existe hoje em dia em todas as indústrias sujeitas às leis fabris, pode-se tornar necessário um aumento de salários, ainda que somente seja com o fito de manter o antigo nível do valor do trabalho. Mediante o aumento da intensidade do trabalho, pode-se fazer que um homem gaste numa hora tanta força vital como antes em duas. É o que se tem produzido nas indústrias submetidas às leis fabris, até certo ponto, acelerando a marcha das máquinas e

⁹ Jaguernaut é o nome de uma das formas do deus hindu Vishnu. A imagem do deus era levada em procissão sobre um pesado carro debaixo do qual se atiravam para perecer diversos fanáticos.

umentando o número de máquinas de trabalho a que deve atender agora um só indivíduo. Se o aumento da intensidade do trabalho ou da quantidade de trabalho despendida numa hora se mantém abaixo da diminuição da jornada de trabalho, sairá então ganhando o operário. Se se ultrapassa este limite, perderá por um lado o que ganhar por outro, e 10 horas de trabalho o arruinarão tanto como antes 12. Ao contrabalançar esta tendência do capital, por meio da luta pela alta dos salários, na medida correspondente à crescente intensidade do trabalho, o operário não faz mais que opor-se à depreciação do seu trabalho e à degeneração da sua raça.

4. Sabeis todos que, por motivos que não me cabe aqui explicar, a produção capitalista move-se através de determinados ciclos periódicos. Passa por fases de calma, de animação crescente, de prosperidade, de superprodução, de crise e de estagnação. Os preços das mercadorias no mercado e a taxa de lucro no mercado seguem estas fases; ora descendo abaixo de seu nível médio, ora ultrapassando-o. Se considerardes todo o ciclo, vereis que uns desvios dos preços do mercado são compensados por outros e que, tirando a média do ciclo, os preços das mercadorias do mercado se regulam por seus valores. Pois bem. Durante as fases de baixa dos preços no mercado e durante as fases de crise de estagnação, o operário, se é que não o põem na rua, pode estar certo de ver rebaixado o seu salário. Para que não o enganem, mesmo com essa baixa de preços no mercado, ver-se-á compelido a discutir com o capitalista em que proporção se torna necessário reduzir os salários. E se durante a fase de prosperidade, na qual o capitalista obtém lucros extraordinários, o operário não lutar por uma alta de salários, ao tirar a média de todo o ciclo industrial, veremos que ele nem sequer percebe o salário médio, ou seja, o valor do seu trabalho. Seria o cúmulo da loucura exigir que o operário, cujo salário se vê forçosamente afetado pelas fases adversas do ciclo, renunciasse ao direito de ser compensado durante as fases prósperas. Geralmente, os valores de todas as mercadorias só se realizam por meio da compensação que se opera entre os preços constantemente variáveis do mercado, variação proveniente das flutuações constantes da oferta e da procura. No âmbito do sistema atual, o trabalho é uma mercadoria, como outra qualquer. Tem, portanto, que passar pelas mesmas flutuações, até obter o preço médio que corresponde ao seu valor. Seria um absurdo considerá-lo como mercadoria para certas coisas e, para outras, querer excetuá-lo das leis que regem os preços das mercadorias. O escravo obtém uma quantidade constante e fixa de meios de subsistência; o operário assalariado, não. Ele não tem outro recurso senão tentar impor, em alguns casos, um aumento dos salários, ainda que seja apenas para compensar a baixa em outros casos. Se espontaneamente se resignasse a acatar a vontade, os ditames do capitalista, como uma lei econômica permanente compartilharia de toda a miséria do escravo, sem compartilhar, em troca, da segurança deste.

5. Em todos os casos que considere, e que representam 99 em 100, vistes que a luta pelo aumento de salários vai sempre na pista de modificações anteriores e é o resultado necessário das modificações prévias operadas no volume de produção, nas forças produtivas do trabalho, no valor deste, no valor do dinheiro, na maior extensão ou intensidade do trabalho extorquido nas flutuações dos preços do mercado, que dependem das flutuações da oferta e da procura e se verificam em função das diversas fases do ciclo industrial; numa palavra, é a reação dos operários contra a ação anterior do capital. Se focalizássemos a luta pelo aumento de salários fazendo caso omissivo de todas estas circunstâncias, apenas considerando as modificações operadas nos salários e passando por cima de modificações outras, das quais elas provêm, partiríamos de uma falsa premissa para chegar a conclusões falsas.

14 – A luta entre o capital e o trabalho e seus resultados

1. Após demonstrar que a resistência periódica que os trabalhadores opõem à redução dos salários e suas tentativas periódicas para conseguir um aumento de salários são fenômenos inseparáveis do sistema do salariado e ditadas pelo próprio fato de o trabalho se achar equiparado às mercadorias, por conseguinte

submetido às leis que regulam o movimento geral dos preços, tendo demonstrado, ainda, que um aumento geral de salários resultaria numa diminuição da taxa geral de lucro, sem afetar, porém, os preços médios das mercadorias, nem os seus valores, surge a questão de saber até que ponto, na luta incessante entre o capital e o trabalho, tem esta possibilidade de êxito.

Podia responder com uma generalização, dizendo que o preço do trabalho no mercado, da mesma forma que o das demais mercadorias, tem que se adaptar, no decorrer do tempo, ao seu valor; que, portanto, a despeito de todas as altas e baixas e do que possa fazer, o operário acabará recebendo sempre, em média, somente o valor de seu trabalho, que se reduz ao valor da sua força de trabalho, a qual, por sua vez, é determinada pelo valor dos meios de subsistência necessários à sua manutenção e reprodução, valor esse regulado, em última análise, pela quantidade de trabalho necessária para produzi-los.

Mas há certos traços peculiares que distinguem o valor da força de trabalho, ou valor do trabalho, dos valores de todas as demais mercadorias. O valor da força de trabalho é formado por dois elementos, um dos quais puramente físico, o outro de caráter histórico e social. Seu limite mínimo é determinado pelo elemento físico, quer dizer, para poder manter-se e se reproduzir, para perpetuar a sua existência física, a classe operária precisa obter os artigos de primeira necessidade absolutamente indispensáveis à vida e à sua multiplicação. O valor destes meios de subsistência indispensáveis constitui, pois, o limite mínimo do valor do trabalho. Por outra parte, a extensão da jornada de trabalho também tem seus limites máximos, se bem que sejam muito elásticos. Seu limite máximo é dado pela força física do trabalhador. Se o esgotamento diário de suas energias vitais excede um certo grau, ele não poderá fornecê-las outra vez, todos os dias. Mas, como dizia, esse limite é muito elástico. Uma sucessão rápida de gerações raquíticas e de vida curta manterá abastecido o mercado de trabalho tão bem como uma série de gerações robustas e de vida longa.

Além deste mero elemento físico, na determinação do valor do trabalho entra o padrão de vida tradicional em cada país. Não se trata somente da vida física, mas também da satisfação de certas necessidades que emanam das condições sociais em que vivem e se criam os homens. O padrão de vida inglês poderia baixar ao irlandês; o padrão de vida de um camponês alemão ao de um camponês livônio. A importância do papel que, a este respeito, desempenham a tradição histórica e o costume social podeis vê-la no livro do sr. Thornton sobre a "Superpopulação", onde ele mostra que, em distintas regiões agrícolas da Inglaterra de nossos dias, os salários médios continuam a ser hoje diferentes, conforme as condições mais ou menos favoráveis em que essas regiões saíram da servidão.

Este elemento histórico ou social, que entra no valor do trabalho, pode acentuar-se, ou debilitar-se e, até mesmo, extinguir-se de todo, de tal modo que só fique de pé o limite físico.

Durante a guerra contra os jacobitas, que, como costumava dizer o incorrigível devorador de impostos e prebendas, o velho George Rose, foi empreendida para que esses descrentes franceses não destruíssem os consolos da nossa santa religião, os honestos fazendeiros ingleses, a quem tratamos com tanto carinho num capítulo anterior, fizeram baixar os salários dos trabalhadores do campo para além daquele mínimo estritamente físico, completando a diferença indispensável para assegurar a perpetuação física da raça, mediante as leis dos pobres. Era um glorioso método para converter o trabalhador assalariado em escravo e orgulhoso *yeoman* de Shakespeare em mendigo.

Se comparais os salários normais ou valores do trabalho em diversos países e em épocas históricas distintas, dentro do mesmo país, vereis que o valor do trabalho não é por si uma grandeza constante, mas variável, mesmo supondo que os valores das demais mercadorias permaneçam fixos.

Um estudo comparativo semelhante das taxas de lucro no mercado provaria que não só elas se modificam como também as suas taxas médias.

Mas, no que se refere ao lucro, não existe nenhuma lei que lhe fixe o mínimo. Não podemos dizer qual seja o limite extremo de sua baixa. E por que não podemos estabelecer esse limite? Porque, embora possamos fixar o salário mínimo, não podemos fixar o salário máximo. Só podemos dizer que, dados os limites da jornada de trabalho, o máximo de lucro corresponde ao mínimo físico dos salários e que, partindo de dados salários, o máximo de lucro corresponde ao prolongamento da jornada de trabalho na medida em que seja compatível com as forças físicas do operário. Portanto, o máximo de lucro só se acha limitado pelo mínimo físico dos salários e pelo máximo físico da jornada de trabalho. É evidente que, entre os dois limites extremos da taxa máxima de lucro, cabe uma escala imensa de variantes. A determinação de seu grau efetivo só fica assente pela luta incessante entre o capital e o trabalho; o capitalista, tentando constantemente reduzir os salários ao seu mínimo físico e a prolongar a jornada de trabalho ao seu máximo físico, enquanto o operário exerce constantemente uma pressão no sentido contrário.

A questão se reduz ao problema da relação de forças dos combatentes.

2. Pelo que concerne à limitação da jornada de trabalho, tanto na Inglaterra como em todos os outros países, nunca foi ela regulamentada senão por intervenção legislativa. E sem a constante pressão dos operários agindo por fora, nunca essa intervenção se daria. Em todo caso, este resultado não teria sido alcançado por meio de convênios privados entre os operários e os capitalistas. E esta necessidade mesma de uma ação política geral é precisamente o que demonstra que, na luta puramente econômica, o capital é a parte mais forte.

Quanto aos limites do valor do trabalho, sua fixação efetiva depende sempre da oferta e da procura, e refiro-me à procura de trabalho por parte do capitalista e à oferta de trabalho pelos operários. Nos países coloniais¹⁰, a lei da oferta e da procura favorece os operários. Daqui resulta o nível relativamente elevado dos salários nos Estados Unidos. Nestes países, faça o que fizer o capital, ele não pode nunca evitar que o mercado de trabalho esteja constantemente desabastecido pela constante transformação dos trabalhadores assalariados em lavradores independentes com fontes próprias de subsistência. Para grande parte da população norte-americana, a posição de assalariados não é mais do que uma estação de trânsito, que estão seguros de abandonar, mais tarde ou mais cedo. Para remediar este estado colonial de coisas, o paternal governo britânico adotou, há tempos, a chamada teoria moderna da colonização, que consiste em atribuir às terras coloniais um preço artificialmente elevado para, deste modo, obstar à transformação demasiado rápida do trabalhado assalariado em lavrador independente.

Mas passemos agora aos velhos países civilizados onde o capital domina todo o processo de produção. Tomemos, por exemplo, a elevação dos salários agrícolas ingleses, de 1849 a 1859. Qual foi a sua consequência? Os agricultores não puderam elevar o valor do trigo, como lhes teria aconselhado nosso amigo Weston, nem sequer o seu preço no mercado. Ao contrário, tiveram que resignar-se a vê-lo baixar. Mas durante estes onze anos introduziram máquinas de todas as classes e novos métodos científicos, transformaram uma parte das terras de lavoura em pastagens, aumentaram a extensão de suas fazendas e com ela a escala de produção; e por estes e outros processos, fazendo diminuir a procura de trabalho graças ao aumento de suas forças produtivas, tornaram a criar um excedente relativo da população de trabalhadores rurais. Tal é o método geral segundo o qual opera o capital nos países antigos, de bases sólidas, para reagir, mais rápida ou mais lentamente, contra os aumentos de salários. Ricardo observou, com exatidão, que a máquina está em continua concorrência com o trabalho e, amiúde, só pode ser introduzida quando o preço do trabalho alcança certo limite; mas a aplicação da maquinaria é apenas um dos muitos métodos empregados para aumentar a força produtiva do trabalho. Este mesmo processo, que cria uma

10 "Aqui nos referimos às verdadeiras colônias, às terras virgens colonizadas por emigrantes livres. Os Estados Unidos, num sentido econômico, ainda são uma colônia da Europa. Quanto mais isto diz respeito ,também, àquelas antigas plantações nas quais a abolição da escravatura transformou completamente as condições anteriores." Karl Marx, **O Capital**, t.1, cap. XXV.

superabundância relativa de trabalho ordinário, simplifica muito o trabalho qualificado e, portanto, o deprecia.

A mesma lei se faz sentir em outra forma. Com o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, acelera-se a acumulação do capital, inclusive a despeito de uma taxa de salário relativamente alta. Daqui poderia inferir-se, conforme fez Adam Smith, em cujos tempos a indústria moderna ainda estava na sua infância, que a acumulação acelerada do capital tem forçosamente que fazer pender a balança a favor do operário, por garantir uma procura crescente de seu trabalho. Situando-se no mesmo ponto de vista, há muitos autores contemporâneos que se assombram de que, apesar de nos últimos vinte anos, o capital inglês ter crescido mais rapidamente do que a população inglesa, os salários nem por isso registram um aumento maior. Mas é que, simultaneamente, com a acumulação progressiva, opera-se uma mudança progressiva na composição do capital. A parte do capital global formada por capital fixo : maquinaria, matérias-primas, meios de produção de todo gênero, cresce com maior rapidez que a outra parte do capital destinada a salários, ou seja, à compra de trabalho. Esta lei foi estabelecida, sob uma forma mais ou menos precisa, pelos srs. Barton, Ricardo, Sismondi, prof. Richard Jones, prof. Ramsey, Cherbuliez e outros.

Se a proporção entre estes dois elementos do capital era, originariamente, de 1 para 1, com o progresso da indústria será de 5 para 1, e assim sucessivamente. Se de um capital global de 600 são desembolsados 300 para instrumentos, matérias-primas, etc., e 300 para salários, basta dobrar o capital global para ser possível absorver 600 operários em vez de 300. Mas, se de um capital de 600 se invertem 500 em maquinaria, materiais, etc., e somente 100 em salários, este capital precisa aumentar de 600 a 3 600, para criar uma procura de 600 operários em lugar de 300. Portanto, ao se desenvolver a indústria, a procura de trabalho não avança com o mesmo ritmo da acumulação do capital. Aumenta, sem dúvida, mas aumenta numa proporção constantemente decrescente, quando comparada com o incremento do capital.

Estas breves indicações bastarão para demonstrar, precisamente, que o próprio desenvolvimento da indústria moderna contribui por força para inclinar cada vez mais a balança a favor do capitalista contra o operário e que, em consequência disto, a tendência geral da produção capitalista não é para elevar o nível médio normal do salário, mas, ao contrário, para fazê-lo baixar, empurrando o valor do trabalho mais ou menos até seu limite mínimo. Porém, se tal é a tendência das coisas neste sistema, quer isto dizer que a classe operária deva renunciar a defender-se contra os abusos do capital e abandonar seus esforços para aproveitar todas as possibilidades que se lhe ofereçam de melhorar em parte a sua situação? Se o fizesse, ver-se-ia degradada a uma massa informe de homens famintos e arrasados, sem probabilidade de salvação. Creio haver demonstrado que as lutas da classe operária em torno do padrão de salários são episódios inseparáveis de todo o sistema do salariado, que, em 99 por cento dos casos, seus esforços para elevar os salários não são mais que esforços destinados a manter de pé o valor dado do trabalho e que a necessidade de disputar o seu preço com o capitalista é inerente à situação em que o operário se vê colocado e que o obriga a vender-se a si mesmo como uma mercadoria. Se em seus conflitos diários com o capital cedessem covardemente ficariam os operários, por certo, desclassificados para empreender outros movimentos de maior envergadura.

Ao mesmo tempo, e ainda abstraindo totalmente a escravização geral que o sistema do salariado implica, a classe operária não deve exagerar a seus próprios olhos o resultado final destas lutas diárias. Não deve esquecer-se de que luta contra os efeitos, mas não contra as causas desses efeitos; que logra conter o movimento descendente, mas não fazê-lo mudar de direção; que aplica paliativos, mas não cura a enfermidade. Não deve, portanto, deixar-se absorver exclusivamente por essas inevitáveis lutas de guerrilhas, provocadas continuamente pelos abusos incessantes do capital ou pelas flutuações do mercado. A classe operária deve saber que o sistema atual, mesmo com todas as misérias que lhe impõe, engendra simultaneamente as condições materiais e as formas sociais necessárias para uma reconstrução econômica da sociedade. Em vez do lema conservador de: "Um salário justo por uma jornada de trabalho justa!", deverá

inscrever na sua bandeira esta divisa revolucionária: "Abolição do sistema de trabalho assalariado!".

Depois desta exposição longuíssima e, receio eu, fatigante, que julguei indispensável para esclarecer um pouco o nosso tema principal, vou concluir, propondo a aprovação da resolução seguinte:

1. Uma alta geral da taxa de salários acarretaria uma baixa da taxa geral de lucro, mas não afetaria, em linhas gerais, os preços das mercadorias.

2. A tendência geral da produção capitalista não é para elevar o padrão médio de salários, mas para reduzi-lo.

3. Os sindicatos trabalham bem como centro de resistência contra as usurpações do capital. Falham em alguns casos, por usar pouco inteligentemente a sua força. Mas, são deficientes, de modo geral, por se limitarem a uma luta de guerrilhas contra os efeitos do sistema existente, em lugar de ao mesmo tempo se esforçarem para mudá-lo, em lugar de empregarem suas forças organizadas como alavanca para a emancipação final da classe operária, isto é, para a abolição definitiva do sistema de trabalho assalariado.

FORMAS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

*Autor: Gionanni Alves**

Extraído do Livro: Dimensões da Reestruturação Produtiva - Ensaios de Sociologia do Trabalho

Capítulo 6: Formas da Reestruturação Produtiva

Com a crise estrutural do capital, em meados da década de 1970, ocorre no centro dinâmico do sistema mundial do capital, com destaque para EUA, Europa Ocidental e Japão, um processo de reestruturação capitalista que atinge as mais diversas instâncias do ser social. É no bojo deste processo sócio-histórico que surge o novo complexo de reestruturação produtiva que atinge o mundo do trabalho organizado. É nosso objetivo colocar elementos para apreendermos as dimensões compositivas da reestruturação produtiva do capital, salientando sua particularidade candente, isto é, o novo complexo de reestruturação produtiva surge no interior da III Revolução Industrial, que impulsionou a revolução tecnológica da microeletrônica e das redes telemáticas e informacionais; e sob a mundialização do capital e do sócio-metabolismo da barbárie com a constituição do precário mundo do trabalho.

O desenvolvimento do modo de produção capitalista-industrial ocorre através de intensos processos de reestruturação produtiva. Há pouco mais de duzentos anos, o capitalismo moderno é atingido por processos de reestruturação produtiva que alteram objetividade (e subjetividade) do mundo do trabalho. No século XX, a reestruturação produtiva do capital foi marcada pelas inovações fordistas-tayloristas. Foi um longo processo de mutações sócio-organizacionais e tecnológicas que alteraram a morfologia da produção de mercadorias em vários setores da indústria e dos serviços. Fordismo e taylorismo foram as principais ideologias orgânicas da produção capitalista no século XX, tornando-se “modelos produtivos” do processo de racionalização do trabalho capitalista no século passado. A introdução dos novos “modelos produtivos” foi lenta, desigual e combinada, percorrendo a maior parte do século XX. Ela atingiu de forma diferenciada países e regiões, setores e empresas da indústria ou de serviços. O que surge hoje, com o novo complexo de reestruturação produtiva, o toyotismo, é tão-somente mais um elemento compositivo do longo processo de racionalização da produção capitalista e de manipulação do trabalho vivo que teve origem com o fordismo-taylorismo.

Nosso objetivo neste capítulo é tentar apresentar uma breve caracterização do toyotismo, o verdadeiro espírito do novo complexo de reestruturação produtiva, a ideologia orgânica da produção capitalista sob a mundialização do capital. Ao dizermos “ideologia orgânica” procuramos salientar a amplitude de valores e regras de gestão da produção e de manipulação do trabalho vivo que sustentam uma série de inovações organizacionais, inovações tecnológicas e inovações sócio-metabólicas.

Deste modo, o novo complexo de reestruturação produtiva trata de inovações sociais interiores e inovações exteriores à produção capitalista. Iremos nos deter, neste livro, nas inovações interiores à produção capitalista, destacando as inovações organizacionais (o toyotismo é, a princípio, uma inovação organizacional, como iremos verificar); as inovações tecnológicas (as novas tecnologias microeletrônicas de produção e as novas tecnologias telemáticas, informacionais e em rede); e as inovações sócio-metabólicas (um aspecto do processo de reestruturação produtiva pouco destacado pela sociologia do trabalho, mas que,

* Professor Livre-Docente de Sociologia UNESP – Campus Marília

com o toyotismo e sua ânsia pela “captura” da subjetividade, tende a assumir uma dimensão crucial).

Dimensões da Reestruturação Produtiva

Inovações Organizacionais
Inovações Tecnológicas
Inovações Sócio-metabólicas

As inovações exteriores à produção capitalista, que não iremos tratar neste livro, mas que são importantes elementos compositivos da “totalidade concreta” do novo complexo de reestruturação produtiva são as inovações econômicas e geo-econômicas (a macroeconomia neoliberal e os novos territórios e espaços do mercado mundial); as inovações político-institucionais (as formas do Estado neoliberal) e as inovações culturais (o pós-modernismo).

AS INOVAÇÕES DO TOYOTISMO

Os protocolos organizacionais do toyotismo, muitos deles traduzidos em valores e regras de gestão do trabalho vivo, dos mais diversos tipos, atingem os empreendimentos capitalistas, seja na área da indústria, seja na área de serviços (inclusive na administração pública). Eles articulam, no plano da subjetividade da produção capitalista, um novo regime de acumulação centrado no princípio da flexibilidade (categoria central da acumulação capitalista num cenário de crise estrutural). Na verdade, todo empreendimento capitalista é coagido pela concorrência a adotar procedimentos técnico-organizacionais oriundos da matriz ideológico-valorativa toyotista. Por exemplo, mesmo não participando da criação de valor, organizações de serviços, de administração pública e inclusive instâncias sócio-reprodutivas, tendem a incorporar os valores do neoprodutivismo toyotista.

A partir da década de 1990, o impulso ideológico do toyotismo atingiu, com mais vigor, o empreendimento capitalista no Brasil, no bojo do complexo de reestruturação capitalista e do ajuste neoliberal propiciado pelos governos Collor e Cardoso. A intensificação da concorrência e a proliferação dos valores de mercado contribuíram para a adoção da nova forma de exploração da força de trabalho e de organização da produção capitalista no Brasil.

Procuraremos desenvolver, num primeiro momento, uma reflexão sobre o significado do toyotismo, buscando elaborar uma rápida caracterização que procure ir além da concepção restrita de toyotismo, isto é, tratá-lo meramente como “modelo japonês”, isto é, procurando recuperar sua gênese histórica e seu significado ontológico para a nova etapa de desenvolvimento do capitalismo mundial.

Em primeiro lugar, utilizamos o conceito de toyotismo num sentido preciso e numa perspectiva mais ampla que a maioria dos analistas sociais e sociólogos do trabalho costumam utilizar. Procuramos reconstituir o conceito, procurando torna-lo mais adequado à apreensão de processos sociais (e ideológicos) mais amplos, universais, que atingem a produção do capital, principalmente nos últimos 30 anos. Deste modo, diremos que o toyotismo não é meramente “modelo japonês” ou o “japonismo”. Apesar de ter a sua gênese histórica no Japão, nos anos 1950, é a partir da mundialização do capital, isto é, no decorrer da década de 1980, que

o toyotismo adquiriu dimensão universal. A partir daí ele perde sua singularidade restrita e seu valor ontológico para a produção capitalista o projeta como uma categoria universal, que articula, em si, um complexo de particularidades regionais, nacionais (e locais), seja de setores e empresas.

O que denominamos de toyotismo implica a constituição de um empreendimento capitalista baseado na produção fluida, produção flexível e produção difusa. A produção fluida implica a adoção de dispositivos organizacionais como, por exemplo, o just-in-time/kanban ou o kaizen, que pressupõem, por outro lado, como nexos essenciais, a fluidez subjetiva da força de trabalho, isto é, envolvimento pró-ativo do operário ou empregado (como salientamos, o nexo essencial do toyotismo é a “captura” da subjetividade do trabalho pelo capital). Além disso, o novo empreendimento capitalista implica a produção flexível em seus múltiplos aspectos, seja através da contratação salarial, do perfil profissional ou das novas máquinas de base microeletrônica e informacional; e a produção difusa significa a adoção ampliada da terceirização e das redes de subcontratação (BIHR, 1998).

Entretanto, consideramos como cerne essencial do toyotismo, a busca do “engajamento estimulado” do trabalho, principalmente do trabalhador central, o assalariado “estável”. É através da “captura” da subjetividade que o operário ou empregado consegue operar, com eficácia relativa, a série de dispositivos técnico-organizacionais que sustentam a produção fluida e difusa.

Portanto, como exemplo de toyotismo podemos salientar os mais diversos tipos de Programas de Gerenciamento pela Qualidade Total, a busca da produção just-in-time, a utilização do kan-ban, as novas formas de pagamento e de remuneração flexível, a terceirização capaz de instaurar uma “produção enxuta” e constituir em torno da firma central (e empresa em rede), uma complexa rede de empreendimentos subcontratados; a organização da produção em grupos de trabalho (team work), as novas técnicas de manipulação gerencial que cobijam os valores dos colaboradores, suas crenças, sua interioridade e sua personalidade, etc. (ALVES, 1999).

Na indústria, onde o sistema toyota de produção se originou, ou nos bancos e empresas capitalistas de serviços, o toyotismo busca se tornar um “senso comum” da produção de valor. Estamos diante, portanto, de uma categoria social com maior densidade ontológica do que imaginam sociólogos ou engenheiros de produção, muitos deles voltados para a análise empirista e restrita do processo real.

A GÊNESE DO TOYOTISMO

A partir da crise estrutural do capital e de sua mundialização, no decorrer da década de 1980, o que veio a ser denominado de toyotismo tornou-se o “momento predominante” do “regime de acumulação flexível”, que surge a partir da crise do “regime de acumulação fordista” em meados da década de 1970 (HARVEY, 1993). O espírito do toyotismo tornou-se, naquelas determinadas condições histórico-concretas, um valor universal para o capital em processo¹.

É claro que a projeção universal do toyotismo, a partir dos anos 1980, vincula-se ao sucesso da indústria manufatureira japonesa na concorrência internacional. Durante os anos setenta e oitenta, diversas técnicas foram importadas do Japão, em diversas ondas, com diferentes ênfases, para diversos países e setores. A primeira onda foi a dos CCQ's e, quase que em paralelo, a do Kanban / JIT. Posteriormente, diversos

1 Utilizamos a expressão “momento predominante”, utilizada por Lukács, após Hegel, para caracterizar um dos elementos de um processo que constitui, dinamicamente, em determinação predominante do sentido e da direção do processo enquanto tal (Lukács, 1990)

outros elementos foram adicionados, como TQC (Total Quality Control), Kaizen, técnica dos 5S's, TPM (Total Productive Maintenance) e outras (ZILBOVICIUS, 1997).

Mas, o novo método de gestão da produção, impulsionado, em sua gênese sócio-histórica, pelo sistema Toyota, conseguiu assumir um valor universal para o capital em processo, tendo em vista as próprias exigências do capitalismo mundial, das novas condições de concorrência e de valorização crítica do capital surgidas a partir da crise capitalista dos anos 1970. Isso significa dizer que, a rigor, o toyotismo não pode mais ser reduzido às meras condições históricas de sua gênese. Ele tornou-se adequado, sob a mundialização do capital, não apenas à nova base técnica do capitalismo, com a presença de novas tecnologias microeletrônicas na produção (o que exige um novo tipo de envolvimento operário, e, portanto, uma nova subordinação formal-intelectual do trabalho ao capital), mas à nova estrutura da concorrência capitalista no cenário de crise de superprodução, onde está colocada a perspectiva de “mercados restritos” (apesar da mundialização do capital, principalmente na indústria automobilística)².

Entretanto, na medida em que se torna valor universal para a produção de mercadorias, o toyotismo “adaptar-se” a cada condição nacional, regional e setorial de organização (e gestão) da grande indústria e serviços capitalistas. O toyotismo não se constitui como “modelo puro” de organização da produção capitalista. Pelo contrário, em seu desenvolvimento complexo, tende a articular-se (e mesclar-se) com formas pretéritas de racionalização do trabalho (como o fordismo-taylorismo), momentos não-predominantes do novo regime de acumulação flexível.

Mas, o valor ontológico do toyotismo para o capital não se vincula apenas à sua morfologia intrínseca adequada a mercados restritos, mas a ser ele (o toyotismo) o resultado de um processo de luta de classes. O toyotismo é a expressão plena de uma ofensiva ideológica (e material) do capital na produção. Ele é um dispositivo organizacional e ideológico cuja “intentio recta” é buscar debilitar (e anular) ou “negar”, o caráter antagônico do trabalho vivo no seio da produção do capital.

Por isso, a construção do toyotismo é resultado sócio-histórico de um processo de intensa luta de classes, onde ocorreram importantes derrotas operárias, que tornaram possível a introdução de uma nova organização social da produção. Este é o exemplo do país capitalista de origem do toyotismo, o Japão. Por exemplo, a instauração do sindicalismo “por empresa”, surgido nos anos 1950 no Japão, tornou-se uma das pré-condições do próprio desenvolvimento do toyotismo. Deste modo, a invenção e introdução do sistema kan-ban no Japão só ocorreu após uma profunda mutação do caráter do sindicalismo japonês, que passou de um sindicalismo de indústria, marcado por uma tradição e vontade de confronto de classe, para um sindicalismo de empresa, neocorporativo, mais disposto à cooperar com os interesses do capital (Coriat, 1994).

É possível considerar, como uma das condições institucionais do comprometimento operário, a instauração de um sindicalismo de envolvimento, pró-ativo, que procure colaborar com o capital na busca de soluções para os problemas da produção de mercadorias.

2 Para o materialismo histórico, não existe identidade mecânica entre gênese e validade. O exemplo clássico é a observação de Marx segundo a qual a arte de Homero não perde sua validade universal - e inclusive sua função de modelo - com o desaparecimento da sociedade grega primitiva que constitui o pressuposto necessário de sua gênese histórica (Marx, 1974). Se, como acreditamos, a observação de Marx tem um valor metodológico geral (independente das concretizações a serem feitas em cada esfera específica do ser social), podemos extrair dela uma conclusão acerca do toyotismo, cujo modelo de gestão da produção capitalista, na etapa da mundialização do capital, não pode ser reduzida meramente às condições sócio-históricas originárias do Japão.

O sucesso do sistema Toyota vincula-se, numa perspectiva histórica, às grandes derrotas da classe operária e à decapitação (e neutralização) do seu “intelectual orgânicos” no plano produtivo: o sindicato industrial, de classe, transformado num sindicato de empresa, corporativo e interlocutor exclusivo do capital. Este processo de neutralização político-ideológica da classe operária no espaço da produção é tão importante para o sucesso do toyotismo que, no país capitalista de origem, o Japão, uma das passagens essenciais que asseguram a promoção dos dirigentes e a formação das elites da empresa Toyota é a atividade sindical.

O que queremos salientar, portanto, é que, ao surgir como o “momento predominante” do complexo de reestruturação produtiva sob a mundialização do capital, o toyotismo passou a incorporar uma “nova significação”, para além das particularidades de sua gênese sócio-histórica (e cultural), vinculada com o capitalismo japonês.

Ao utilizarmos o conceito de toyotismo, queremos dar-lhe uma significação particular, delimitando alguns de seus aspectos essenciais e contingentes. São tais aspectos do toyotismo, isto é, seus protocolos organizacionais (e institucionais), voltados para realizar uma nova “captura” da subjetividade operária pela lógica do capital, que possuem um valor heurístico, capaz de esclarecer seu verdadeiro significado nas novas condições do capitalismo global.

FORDISMO/TAYLORISMO E TOYOTISMO

O que consideramos como sendo o toyotismo pode ser tomado como a mais radical (e interessante) experiência de organização social da produção de mercadorias sob a era da mundialização do capital. Ela é adequada, por um lado, às necessidades da acumulação do capital na época da crise de superprodução, e, por outro lado, é adequada à nova base técnica da produção capitalista, sendo capaz de desenvolver suas plenas potencialidades de flexibilidade e de manipulação da subjetividade operária.

Os princípios organizacionais do toyotismo tenderam, no decorrer dos anos 1980, a serem adotados por várias corporações transnacionais nos EUA, Europa e Ásia (ou ainda América Latina), principalmente no setor industrial (ou até nos serviços). É claro que, nesse caso, seus princípios organizacionais tenderam a se adaptar às particularidades concretas da produção de mercadorias, surgindo como o “momento predominante” do novo complexo de reestruturação produtiva.

Ao assumir um valor universal, o toyotismo passou a mesclar-se, em maior ou menor proporção, a suas objetivações nacionais (e setoriais), com outras vias de racionalização do trabalho, capazes de dar maior eficácia à lógica da flexibilidade. É por isso que a instauração do toyotismo articula, em seu processo, uma continuidade/descontinuidade com o fordismo/taylorismo, a via predominante de racionalização pretérita do trabalho.

Ora, o aspecto original do toyotismo é articular a continuidade da racionalização do trabalho, intrínseca ao taylorismo e fordismo, com as novas necessidades da acumulação capitalista. É uma “ruptura” no interior de uma continuidade plena. Por isso, “embora consciente das diferenças e de suas contribuições específicas, Taichi Ohno [o “criador” do toyotismo – G.A] preferiu insistir antes sobre as continuidades que sobre as rupturas” [com relação a Taylor e Ford] (CORIAT, 1993).

Além disso, o próprio autor do rótulo pelo qual ficou conhecido o toyotismo, lean production ou Produção Enxuta, posteriormente consagrado mundialmente através do estudo do MIT (WOMACK et al., 1990), observou que “muitos dos princípios de Ford em suas formas mais puras são ainda válidos e formam a

própria base do que conhecemos agora como Toyota Production System...Fordismo original com um sabor japonês.” (KRAFCIK Apud ZILBOVICIUS, 1997).

Tanto o fordismo/taylorismo, como o toyotismo, são partes da Segunda Revolução Industrial (a utilização “científica da matéria viva, o trabalho vivo”), todos eles, em maior ou menor proporção, estariam preocupados com o controle do elemento subjetivo no processo de produção capitalista.

Apesar de o toyotismo pertencer à mesma lógica de racionalização do trabalho, o que implica considerá-lo uma continuidade com respeito ao taylorismo/fordismo, ele tenderia, nesse caso, a surgir como um controle do elemento subjetivo da produção capitalista que estaria posto no interior de uma nova subsunção real do trabalho ao capital. O que significa, deste modo, que o toyotismo seria uma descontinuidade com relação ao taylorismo/fordismo (é o que Fausto denominou subordinação formal-intelectual ou espiritual do trabalho ao capital) (FAUSTO, 1989).

Por isso, é a introdução da nova maquinaria, vinculada à III Revolução Tecnológica e Científica, o novo salto da subsunção real do trabalho ao capital, que exige, como pressuposto formal ineliminável, o espírito do toyotismo, com a “captura” da subjetividade do trabalho sendo uma das pré-condições do próprio desenvolvimento da nova materialidade do capital. Diz Fausto: “É como se a forma material exigisse uma posição adequada na forma”. As novas tecnologias microeletrônicas na produção, capazes de promover um novo salto na produtividade do trabalho, exigiriam, portanto, como pressuposto formal, o novo envolvimento o trabalho vivo na produção capitalista.

Entretanto, como Ohno (e Krafcik) reconheceram, é mais importante insistir sobre as continuidades que sobre as rupturas do toyotismo com respeito ao taylorismo/fordismo. De certo modo, o toyotismo conseguiu “superar”, no sentido dialético (superar/conservando), alguns aspectos predominantes da gestão da produção capitalista sob a grande indústria no século XX, inspirados no taylorismo e fordismo, que instauraram a parcelização e repetitividade do trabalho.

Entretanto, por trás da intensificação do ritmo do trabalho que existe no toyotismo, em virtude da “maximização da taxa de ocupação das ferramentas e dos homens” (Coriat), persiste uma nova repetitividade do trabalho. É claro que existe uma ampliação do ciclo do trabalho em virtude da “desespecialização”. Só que, ampliar o ciclo do trabalho não significa desenvolver o processo de ‘requalificação’ do trabalho. A “desespecialização” (ou polivalência do trabalho) não quer dizer que eles tenham se convertido em trabalhadores qualificados, mas representam, como salientou Aglietta, “o extremo da desqualificação, ou seja, seus trabalhos foram despojados de qualquer conteúdo concreto”. Deste modo, a uniformização que o toyotismo realiza é apenas a expressão organizacional da coletivização do trabalho, sob a forma de trabalho abstrato (que permite a ampliação das tarefas). O trabalho ampliado dos operários “pluri-especialistas”, resulta tão vazio, e tão reduzido à pura duração, como o trabalho fragmentado (AGLIETTA, 1978).

Portanto, tal como o taylorismo e o fordismo, o objetivo supremo do toyotismo (ou da Produção Enxuta) continua sendo incrementar a acumulação do capital, através do aumento da produtividade do trabalho, o que o vincula à lógica produtivista da grande indústria, que dominou o século XX. Ele pertence, tal como o taylorismo e fordismo, ao processo geral de racionalização do trabalho (e, portanto, de sua intensificação) instaurado pela grande indústria.

Por outro lado, cabe ao toyotismo articular, na nova etapa da mundialização do capital, uma operação de novo tipo de “captura” da subjetividade do trabalho, uma nova forma organizacional (e sócio-metabólica)

capaz de aprofundar e dar uma nova qualidade a subsunção real do trabalho ao capital inscritas na forma material do capitalismo da III Revolução Científica e Tecnológica.

Surge então a pergunta: por que o toyotismo pode ser considerado valor universal da produção de mercadorias sob as condições da mundialização do capital?

Em primeiro lugar, as suas condições histórico-ontológicas originárias, determinaram suas próprias possibilidades de universalização. É preciso salientar, mais uma vez, que o toyotismo é instaurado, originariamente, pela lógica dos “mercados restritos”, surgindo sob a égide do capitalismo japonês dos anos 1950, caracterizado por um mercado interno débil. Por isso, tornou-se adequado, em sua forma de ser, às condições do capitalismo mundial dos anos 1980, caracterizado por uma crise de superprodução, que coloca novas normas de concorrência. Foi o desenvolvimento (da crise) capitalista que constituiu, portanto, os novos padrões de gestão da produção de mercadoria, como o toyotismo, e não o contrário.

Em segundo lugar, a constituição do toyotismo tornou-se adequada à nova base técnica da produção capitalista, vinculada à III Revolução Industrial, que exige uma nova subjetividade do trabalho, pelo menos dos trabalhadores assalariados centrais à produção de mercadorias. As novas tecnologias de base microeletrônica, em virtude de sua complexidade e altos custos, exigem uma nova disposição subjetiva dos trabalhadores assalariados em cooperar com a produção.

Ora, é o toyotismo que irá propiciar, com um maior poder ideológico, no campo organizacional, os apelos à administração participativa e ao “gerenciamento pós-moderno”. Como observa Haefliger, “agora, são os valores dos colaboradores, suas crenças, sua interioridade, sua personalidade que são cobiçadas.” (HAEFLIGER, 2003) Além disso, é o espírito do toyotismo que salienta a necessidade do sindicalismo de participação e dos CCQ’s (Círculos de Controle de Qualidade); reconstituindo, para isso, a linha de montagem e instaurando uma nova forma de gestão da força de trabalho.

NUANCES DA NOVA HEGEMONIA DO CAPITAL

O valor universal do toyotismo como “momento predominante” do complexo de reestruturação produtiva (e como nova ofensiva do capital na produção) é instaurar, no plano da produção de mercadorias, uma nova hegemonia do capital, articulando, de modo original, coerção capitalista e consentimento do trabalhador. O fordismo/taylorismo, sob as condições de racionalização propiciadas pelo desenvolvimento histórico no século XX, principalmente nos EUA, tornou-se, a partir dos anos 1920, o pioneiro na articulação entre coerção capitalista e consentimento do trabalhador. Com ele, procurou-se operar, de modo pleno, a subsunção real da subjetividade do trabalho à lógica do capital, a articulação hábil da “força” (destruição do sindicalismo de base territorial) com a “persuasão” (altos salários, benefícios sociais diversos, propaganda ideológica e política habilíssima). Como diria Gramsci, com o fordismo, “a hegemonia vem da fábrica” (GRAMSCI, 1985). De certo modo, o toyotismo dá continuidade à lógica de racionalização do trabalho na perspectiva da hegemonia do capital na produção.

Entretanto, no taylorismo e no fordismo, a “integralização” da subsunção da subjetividade do trabalho à lógica do capital, a “racionalização total”, ainda era meramente formal (ou “formal-material”, como poderia dizer Fausto), já que, como salientou Gramsci, na linha de montagem, as operações produtivas reduzem-se ao “aspecto físico maquinal” (GRAMSCI, 1985). O fordismo ainda era uma “racionalização inconclusa”, pois, apesar de instaurar uma sociedade “racionalizada”, não conseguiu incorporar à racionalidade capitalista na produção, as variáveis psicológicas do comportamento do trabalhador assalariado, que o

toyotismo procura desenvolver através dos mecanismos de comprometimento do trabalho vivo, que aprimoram o controle do capital na dimensão subjetiva.

Sob o fordismo, a hegemonia vinha da fábrica, embora não se sustentasse apenas sobre ela. O “compromisso fordista” implicava a constituição de um “modo de desenvolvimento” de base keynesiana, capaz de sustentar a “racionalização inconclusa” na produção do capital (HARVEY, 1993). Se o fordismo não conseguiu incorporar à racionalidade capitalista na produção as variáveis psicológicas do comportamento operário, o toyotismo o fez com desenvoltura.

A partir da década de 1970, a crise do fordismo-keynesianismo e a incapacidade de constituição de um novo modo de desenvolvimento capitalista na época da decadência histórica do capital, tenderam a colocar a necessidade de recompor a forma de subsunção real do trabalho ao capital. Constituiu-se um novo regime de acumulação flexível, cujo “momento predominante” é o toyotismo. Entretanto, se o fordismo conseguiu ampliar sua base hegemônica para além da fábrica, o mesmo não ocorre com o toyotismo (embora seus dispositivos ideológicos tenham se disseminado pelas instâncias sócio-reprodutivas).

O fordismo se constituiu como modo de desenvolvimento não devido apenas às suas virtuosidades enquanto dispositivo de organização do trabalho propriamente dito, mas porque se articulou, num determinado contexto geopolítico e de luta de classes, com um modo de desenvolvimento de cariz keynesiano, capaz de garantir demanda efetiva para a produção de massa, num período de ascensão histórica do capital. Tais condições históricas não existem hoje para o toyotismo como modo de organização do trabalho capitalista. O toyotismo não possui a pretensão de instaurar uma sociedade “racionalizada”, mas apenas uma “fábrica racionalizada”. É a partir do processo de produção intra-fábrica e na relação entre empresas, que ele procura reconstituir a hegemonia do capital, instaurando a subsunção real da subjetividade do trabalho pela lógica do capital. O toyotismo procura reconstituir algo que era fundamental na manufatura: o “velho nexos psicofísico do trabalho profissional qualificado a participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalho” (GRAMSCI, 1984). Entretanto, cabe salientar, estamos diante de um simulacro de inteligência humana ou de polivalência do trabalho.

O toyotismo restringe o nexos da hegemonia do capital à lógica da produção, recompondo, a partir daí, a articulação entre consentimento do trabalhador e controle capitalista. É por isso que, mais do que nunca, salienta-se a centralidade estratégica de seus protocolos organizacionais, institucionais e valorativos. É apenas sobre eles que se articulam a hegemonia do capital na produção. Esta hegemonia produtivista, mesmo que consiga ir além da esfera intra-fábrica, permanece eivada dos nexos da produção, sendo este, com certeza, o “calcanhar de Aquiles” do toyotismo. Por isso, sob o toyotismo, agudiza-se uma das contradições candentes do mundo social do capital, a contradição entre racionalidade intra-empresa e irracionalidade social.

VIDA É BUSINESS OU A IDEOLOGIA DO AUTO-EMPREENDEDORISMO

A disseminação de valores do novo produtivismo toyotista na “sociedade civil”, isto é, a impregnação do léxico produtivista não apenas nos locais de trabalho, mas também nas instâncias sócio-reprodutivas, expõe uma nova dinâmica de constituição da hegemonia do capital na produção que se dá através da corrosão das delimitações inscritas do espaço da produção e do espaço da circulação e da vida social.

É por reduzir o nexos de sua hegemonia à esfera intra-fábrica, que o capital é levado a tornar a sociedade uma imensa fábrica. Nesse caso, a produção é posta como totalidade social, uma totalidade social que “agrega”

valor. Deste modo, o discurso toyotista da produção e do produtivismo (ou do empreendedorismo universal) impregna a sociabilidade social reduzida à esfera da circulação de homens-mercadorias.

É a vida social que se interverte numa esfera de produção de valor. A vida é business. A vida se torna “o capital mais precioso”. A sociedade do toyotismo é uma sociedade de produtores, isto é, sociedade do produtivismo universal, que se expressa, por exemplo, através do léxico de “capital humano”. Como observa Gorz, “a pessoa deve, para si mesma, tornar-se uma empresa.” (é o que nos sugere o título de uma revista da Editora Abril: “Você S/A”). E prossegue ele: “Ela deve se tornar, como força de trabalho, um capital fixo que exige ser continuamente reproduzido, modernizado, alargado, valorizado. Nenhum constrangimento lhe deve ser imposto do exterior, ela deve ser sua própria produtora, sua própria empregadora e sua própria vendedora, obrigando-se a impor a si mesma constrangimentos necessários para assegurar a viabilidade e a competitividade da empresa que ela é. Em suma, o regime salarial deve ser abolido.” (GORZ, 2005)

É claro que se trata de uma nova ideologia do capital, uma operação complexa levada a cabo pelo novo regime de acumulação flexível, sob o espírito do toyotismo, que busca ocultar as contradições candentes de capitalismo em sua etapa de crise estrutural. A verdade da ideologia é mascarar as contradições. A máscara do toyotismo é a máscara do autoempreendedorismo. É a ideologia extrema da abolição do regime salarial, cujo sonho toyotista é um mundo da produção constituído apenas por empresas individuais de prestação de serviços individuais.

A ideologia do auto-empreendedorismo é a solução fictícia à crise estrutural do mercado de trabalho capitalista. Nesta ótica ideológica, cada um deverá se sentir responsável por sua saúde, por sua mobilidade, por sua adaptação aos horários variáveis, pela atualização de seus conhecimentos. Como observa Gorz, “cada um deverá gerir seu capital humano ao longo de sua vida, deverá continuar a investir em estágios de formação [para ter empregabilidade – G.A] e compreender que a possibilidade de vender sua força de trabalho depende do trabalho gratuito, voluntário, invisível, por meio do qual ele sempre poderá reproduzi-la.” (GORZ, 2005)

É através da ideologia do auto-empreendedorismo que o toyotismo como modo de organização do trabalho capitalista em sua etapa de crise estrutural busca constituir uma nova hegemonia social. A ideologia não apenas mascara as contradições sociais, mas elabora uma nova mitologia. Deste modo, surge o mito do auto-empresendedor, que é o colaborador da empresa toyotista. Nesse caso, a grande firma não conserva senão um pequeno núcleo de assalariados estáveis e em período integral. O restante de “seu” pessoal, ou seja, 90% no caso das cem maiores empresas americanas, será constituído de uma massa variável de colaboradores externos, substitutos temporários, autônomos, mas igualmente de profissionais de alto nível.

Um dos nexos compositivos da organização toyotista é a terceirização, expressão da produção difusa. A nova empresa capitalista constitui em torno de si uma rede de subcontratações. Observa Gorz: “A firma pode se desincumbir, no que diz respeito a esses externos, de uma parte crescente do custo (do valor) de sua força de trabalho. Ela se desfaz, às expensas deles, dos custos da sua formação contínua, de seu seguro- saúde, de sua pensão. Ela compra seus serviços negociando o preço pela tarefa ou pelo tempo ocupado, põe-nos em concorrência uns com os outros, atribui-se a possibilidade de fazer variar fortemente o volume de trabalho que lhes demanda sem se preocupar com a duração do trabalho, sem ter de conceder licenças, contratar, indenizar.” (GORZ, 2005).

Os trabalhadores auto-empresendedores, colaboradores externos, terceirizados, a miríade complexa de ocupações de prestação de serviços às firmas industriais, aparecem como os novos proletários do “capitalismo pós-moderno”. Por trás do mito da nova autonomia do Você S/A, subsiste um novo tipo de

estranhamento capitalista ou de subsunção real do trabalho ao capital, com a disseminação do salariado precário e da precariedade hipermoderna.

BUSINESS É VIDA

A nova dinâmica hegemônica do capital sob o modo toyotista de organização do trabalho não se reduz apenas à extensão da produção e da ideologia produtivista à totalidade social (isto é, a vida é business e o mito do auto-empresendedor). O movimento contrário também é verdadeiro: o campo da produção propriamente dita se impregna do discurso do mercado como instância reguladora da vida social. Se toda atividade vital deve tornar-se um negócio, todo negócio deve tornar-se atividade vital, isto é, a empresa tende a tornar-se um imenso mercado, instância de intercâmbio vital, constituída por grupos de trabalho que prestam serviço uns aos outros, que colaboram entre si, e onde se oculta os interesses antagônicos entre capital e trabalho assalariado. Como diz Marx, “o que aqui reina é unicamente Liberdade, Igualdade, Propriedade...” Por isso que na ótica da empresa toyotista, no local de trabalho, todos passam a ser “colaboradores” ou mesmo “clientes”, supostamente pessoas livres, juridicamente iguais. Diz ainda Marx, “o único poder que os junta e leva a um relacionamento é o proveito próprio, a vantagem particular, os seus interesses privados.” (MARX, 1985)

A nova linguagem toyotista, que semeia o gerenciamento pós-moderno, que expressa a visão neoliberal do futuro do trabalho, expõe o agudo fetichismo da mercadoria que impregna a esfera da produção. Como toda ideologia orgânica, o toyotismo é uma nova mitologia do trabalho estranhado. Eis o sintoma da fragilidade sistêmica que atinge a produção toyotista.

Portanto, sob o capitalismo tardio, a reestruturação produtiva tende a ser, cada vez mais, cum grano salis, uma reestruturação sócio-reprodutiva. Ou melhor: as inovações sócio-metabólicas tendem a ser, como as inovações tecnológicas e inovações organizacionais, uma das dimensões compositivas do novo complexo de reestruturação produtiva.

É claro que, por um lado, a extensão da instância produtiva, a “produção como totalidade social”, expõe a constituição de uma sociedade do trabalho cada vez mais social, no sentido da divisão social do trabalho e do trabalho socializado. Entretanto, sob o modo de produção capitalista, que é a sociedade do trabalho estranhado, o tempo de vida social tende a ser dilacerado pelo tempo de trabalho. Produção do capital é produção destrutiva. Por isso, na medida em que a produção se põe como totalidade social, instaura-se, por outro lado, as condições sócio-materiais para a barbárie social. Pierre Lévy se referiu a essa derivação problemática do capitalismo toyotista, da sociedade em rede, rede que expõe o tráfico mercantil, de modo mais eloquente:

“A partir de então, todo o mundo faz comércio (...). Todo mundo estará constantemente ocupado fazendo business com tudo: sexualidade, casamento, procriação, saúde, beleza, identidade, conhecimentos, relações, ideias, etc (...) Nós já não sabemos muito bem quando trabalhamos e quando não trabalhamos. Nós estaremos constantemente ocupados em fazer todos os tipos de negócios (...) Mesmo os assalariados serão empreendedores individuais, gerindo suas carreiras como a de uma pequena empresa (...), prontos a se conformarem às exigências das novidades. A pessoa se torna um empreendimento (...) Não há mais família nem nação que importe.” (LÉVY, 2000)

O discurso de Lévy possui certa dose de exagero (e mistificação) na apreensão das tendências de desenvolvimento do capitalismo global. Entretanto ele expõe um circuito ideológico de construção de uma

nova hegemonia do capital na produção e na vida social. É um construto sinistro que ignora a precariedade e a contingência do novo mundo do trabalho. Ela ignora o dado crucial de que os supostos empreendedores independentes estão subsumidos (e subordinados) às grandes corporações capitalistas, que os submetem aos ciclos incertos dos negócios e ao acaso do jogo do mercado; e que os clientes aos quais os auto-empreendedores vendem seus serviços são eles próprios individualidades de classe, imersos na precariedade e submetidos ao espectro da insolvência.

No plano sócio-metabólico, a exacerbção do fetichismo da mercadoria por meio da mercantilização universal festejada por Pierre Lévy, possui uma função sistêmica. Ele busca evitar que a crise de não-adequação entre forma material (a riqueza de possibilidades objetivas de desenvolvimento humano-genérico aberta pelo processo civilizatório) e forma social do capital (as relações sociais baseadas na apropriação privada do trabalho socializado), que assume hoje dimensões candentes se converta em crise irremediável da dominação burguesa (o que já ocorre em alguma medida).

A ampliação do “nexo produtivo” às instâncias sócio-reprodutivas expõe a coletivização do trabalho, sob a forma de trabalho abstrato (o que é perceptível, por exemplo, através das tênues linhas de delimitação entre tempo de trabalho e tempo de vida e entre espaço do empreendimento capitalista e o espaço doméstico). O processo de mercantilização universal, conduzida pelas políticas neoliberais dos últimos trinta anos, e a crise estrutural do trabalho abstrato, decorrente da intensificação alucinada da produtividade do trabalho, constitui a base formal-material para as alterações do espaço-tempo na sociedade do capital. Ora, o toyotismo tende a aproveitar-se das mutações orgânicas do capitalismo tardio para instaurar sua nova (e precária) hegemonia social.

TOYOTISMO E LUTA DE CLASSES

As contrapartidas do capital sob o toyotismo são de natureza histórica. Existe um vínculo ineliminável entre o toyotismo, luta de classes e etapa sócio-histórica do capitalismo mundial. A série de contrapartidas do toyotismo destinadas à “captura” da subjetividade do trabalho, capazes de permitir o pleno desenvolvimento dos nexos contingentes do toyotismo, podem assumir diversas particularidades sócio-históricas (e culturais). Elas se alteram, acompanhando o desenvolvimento do capitalismo mundial (e da própria luta de classes).

É o que podemos constatar hoje, por exemplo, com a debilitação relativa de algumas condições sócio-institucionais que garantiram, no passado, sob o período de crescimento do capitalismo japonês e de ascensão histórica do capital, a moldura do toyotismo original. A crise do capitalismo no Japão nos anos 1990, os “mercados internos” das empresas, o emprego vitalício e o salário por antiguidade, por exemplo, estão sendo revistos pelas corporações transnacionais sediadas no Japão.

A generalização universal do toyotismo, sob a forma da lean production, implica adequá-lo, em suas contrapartidas para o trabalho assalariado, às novas realidades sócio-históricas da concorrência capitalista mundial. Diante da debilitação estrutural do mundo do trabalho, a partir da década de 1980, em decorrência da lógica da modernização capitalista, as contrapartidas sociais clássicas do toyotismo tenderam a ser precarizadas, revistas (ou abolidas) pelo capital, com suas condições institucionais originárias (tal como se constituíram no seu país capitalista de origem, o Japão) sendo negadas em virtude de seu próprio desenvolvimento mundial.

O predomina no discurso toyotista é o estímulo individual através da concessão de bônus salariais (o que se

tornaram no Brasil as PLR's – Participações em Lucros ou Resultados), debilitando, deste modo, alguns protocolos institucionais clássicos, como o emprego vitalício. Por exemplo, a Fujitsu e a Nissan tendem a abolir o emprego vitalício, instaurando o contrato de trabalho renovado anualmente e um sistema de concessão dos bonasu (gratificações) aos seus empregados, com base no que chama de satisfação do consumidor (GAZETA MERCANTIL, 1997).

Esta operação de precarização das contrapartidas toyotistas para o trabalho assalariado, decorre, portanto, da falência das condições político-institucionais originárias do toyotismo clássico e do novo padrão de concorrência do mercado mundial. É importante salientar a crescente concorrência na oferta de força de trabalho, a partir da entrada da China e do Leste Europeu no mercado mundial, sob a crise estrutural do capital, com as corporações transnacionais capitalistas buscando um novo patamar de acumulação através do recurso clássico do aumento da taxa de exploração.

Além disso, expressa um elemento do processo de fetichismo social do capitalismo neoliberal, isto é, a troca de contrapartidas qualitativas como o emprego vitalício ou direitos sociais, por contrapartidas quantitativas como gratificações ou bônus salariais, que reforçam, no plano da consciência social, o fetichismo do dinheiro. Como disse Marx: “O enigma do fetiche do dinheiro é, portanto, apenas o enigma do fetiche da mercadoria, tornado visível e ofuscante.” (MARX, 1989).

TOYOTISMO E SÓCIO-METABOLISMO DA BARBÁRIE

O que irá instaurar as condições sócio-metabólicas, sejam de ordem simbólica ou de ordem material, para a “captura” da subjetividade do trabalho pela lógica do capital, uma das precondições para o desenvolvimento do toyotismo e seus dispositivos organizacionais e tecnológicos, é o que denominamos de sócio-metabolismo da barbárie, com suas múltiplas formas de irracionalidades societárias e dessocialização do mundo do trabalho através do processo de precarização e da nova precariedade.

Como o sistema do capital não consegue realizar as possibilidades objetivas de constituição da nova sociabilidade humano-genérica, contidas no desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social que contribuem para o “reco das barreiras naturais”, elas tendem a se interverter em forças destrutivas da sociabilidade moderna.

O conceito de sócio-metabolismo da barbárie sugere uma matriz analítico-crítica capaz de identificar o complexo social ampliado de irracionalidades psicossociais as mais diversas, cuja principal saliência disruptiva são as múltiplas formas de precarização objetiva (e subjetiva) da força de trabalho e do trabalho vivo. Deste modo, consideramos que existe um vínculo orgânico entre o sócio-metabolismo da barbárie e o novo regime de acumulação flexível que se desenvolve sob o capitalismo global, caracterizado, por um lado, pela predominância do capital financeiro e da financeirização da riqueza capitalista e por outro, pela novo complexo de reestruturação produtiva sob o espírito do toyotismo.

Embora o desenvolvimento do capital tenha ocorrido por meio da exploração da força de trabalho, ele significou historicamente e de forma contraditória, a construção das bases materiais da civilização, ou seja, a civilização como possibilidade objetiva que é efetiva apenas como pressuposto negado, um “ainda-não-ser” exacerbado (o noch-nicht-sein de Ernst Bloch). Apesar de ser pressuposto negado, a dimensão civilizatória do capital nunca perdeu sua efetividade concreta, que se manifesta como spectralidade utópica cujo conteúdo explicita as agudas contradições do capital em processo (BLOCH, 1956; ALVES, 2001).

O capital, salientava Marx, é uma “contradição viva” e seu desenvolvimento crítico possui uma função histórica: repor suas formas estranhadas de apropriação do mais-valor. Entretanto, em sua etapa tardia de desenvolvimento histórico, as contradições estruturais do capital assumiram uma dimensão insuportável. No século XXI, a barbárie social deixou de uma possibilidade concreta (socialismo ou barbárie), para tornar-se a própria forma de ser da civilização do capital.

Apesar disso, reiteramos a dimensão contraditória do desenvolvimento crítico do capital, isto é, o processo civilizatório continua sendo, apesar do sócio-metabolismo da barbárie, um pressuposto negado do desenvolvimento do capital. E cabe salientar: o que é negado, não deixa de ser efetivo, tendo em vista que é o espectro da nossa potencia irrealizada que impulsiona, em si, os novos movimentos de contestação social que abrem perspectivas para novas utopias sociais.

Como forma de ser da civilização do capital, a barbárie social tende a “dissolver” as perspectivas transcendentais da práxis cotidiana, sedimentando afetos regressivos na subjetividade das individualidades de classe. Por isso, ela (1) corrói a memória história e os laços com as experiências do passado. Além disso, (2) submete os homens a formas agudas de fetichismo, com destaque para os valores-fetiches e os tráficos de afetos regressivos, como o medo, que sedimentam os consentimentos espúrios exigidos pelo espírito do toyotismo sob a ordem neoliberal.

No plano da objetividade social, o sócio-metabolismo da barbárie é instaurado pela posição do desemprego de massa, a precarização do trabalho e as novas formas de precariedade como nova dinâmica estrutural do mercado de trabalho que coloca obstáculos à organização sindical e política do proletariado. Esta fragmentação de classe exigira novas experiências de associativas e culturais de classe capazes de constituir a consciência de classe necessária.

É claro que o movimento do capital como processo civilizatório sempre possuiu, por um lado, uma direção progressiva, dado pelo desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, e, por outro lado, um sentido regressivo, dado pela apropriação privada da riqueza social. A história do capitalismo moderno é constituída por momentos de barbárie. Aliás, ela é parte compositiva da própria ordem do capital que surge a partir do século XV.

Entretanto, a amplitude (e intensidade) da barbárie social, que se desenvolve no bojo da crise estrutural de amplo espectro e larga duração da civilização do capital, tendeu a promover mudanças qualitativamente novas na sua forma de ser. O que temos hoje é o que podemos denominar de barbárie social, uma barbárie de novo tipo, que expõe, nesta etapa de desenvolvimento histórico, as mais agudas contradições sociais da ordem sócio-metabólica de controle do capital. Aliás, o século XX é o século da “nova barbárie”, como denomina Walter Benjamin, e da barbárie social, que expõe hoje, sob a mundialização do capital, seu sócio-metabolismo.

É objetivo das ciências sociais comprometidas com a crítica social investigar não apenas como a barbárie social se manifesta na objetividade e subjetividade das individualidades de classe, mas como se constituem hoje, as novas contradições estruturais da civilização do capital. É importante apreender no complexo da barbárie social do capital, elementos de suas promessas irrealizadas, espectros de possibilidades concretas de emancipação humano-genérica contidas (e negadas) pela civilização do capital. Este é o modo de resgatarmos, pelo menos no plano do pensamento social, a utopia e a esperança como categorias sóciohistóricas, numa perspectiva materialista.

MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E FINANCEIRIZAÇÃO

Uma reflexão sobre o mundo do trabalho exige clareza sobre o conteúdo sócio-histórico da etapa presente de desenvolvimento do capitalismo mundial. Uma apreensão legítima da economia política do capitalismo mundial em sua fase hipertardia torna-se indispensável. O capital em seu processo de expansividade global irrefreável e incontrolável aparece, mais do que nunca como uma “totalidade concreta” em movimento sistêmico, permeada de contradições dilacerantes.

Além de apreender na ótica da economia política do capitalismo global, com sua dinâmica particular-concreta, com diferença em relação ao capitalismo dos primórdios do século XX ou ainda do pós-guerra, é importante, apreender o sistema do capital como intrinsecamente contraditório. O que significa apreender não apenas o ser-aí do sistema do capital, mais inclusive o ainda-não ser, posto como possibilidade concretas negadas, base material que abre as portas da utopia social.

O sistema do capital possui hoje as seguintes características essenciais:

1. A dinâmica do capitalismo global está sob a hegemonia do capital financeiro, no sentido conceitual exposto por François Chesnais em seu livro “A Mundialização do Capital”, de 1994, ou seja, um processo de desenvolvimento capitalista sob a hegemonia de uma fração do capital, o capital financeiro no sentido de capital especulativo-parasitário que tende a imprimir sua marca sob as demais frações do capital (o capital industrial e o capital comercial). O capital financeiro representa aquela fração de capitalistas que buscam valorizar o capital-dinheiro sem passar pela esfera da produção de mercadorias, permanecendo, deste modo, no interior do mercado financeiro. (CHESNAIS, 1994)

O desprezo pelo investimento produtivo e a busca avassaladora da rentabilidade líquida e segura são os traços principais da natureza do capital financeiro. Ele floresce nos empreendimentos com papéis (ações, moedas e títulos públicos) que se disseminaram nos últimos vinte anos. A financeirização da riqueza se origina, em suas determinações essenciais, tanto da busca exacerbada de valorização de uma massa de capitais-dinheiro contida em sua valorização real por uma crise estrutural de superprodução do capital e depois, por uma crise fiscal do Estado capitalista e sua busca desesperada de financiamento de seu déficit público (ALVES, 2001).

2. O sistema da mundialização do capital é o sistema de metabolismo social da produção destrutiva, isto é, ser a expressão mais desenvolvida da lei da queda tendencial da utilização dos valores de uso, do desperdício generalizado, tal como nos apresentou István Mészáros em seu livro “Para Além do Capital”, em 2002 (MÉSZÁROS, 2002). Em sua fase desenvolvida hipertardia, o capital constitui uma nova forma de sócio-metabolismo, o sócio-metabolismo da barbárie com características específicas que a diferenciam do sócio-metabolismo de outras etapas de desenvolvimento capitalista. O cerne do sócio-metabolismo da barbárie é sua lógica destrutiva que atinge não apenas a objetividade da produção, mas a subjetividade do trabalho vivo.

É na etapa do sócio-metabolismo da barbárie que o sistema mundial do capital explicita a contradição que o capital carrega irremediavelmente consigo, isto é, a contradição entre civilização e barbárie, ou seja, entre o desenvolvimento das forças produtivas humano-genéricas enquanto pressuposto negado (mas efetivo) do processo civilizatório; e o desenvolvimento das relações sociais do capital baseadas na divisão hierárquica do trabalho e na propriedade privada postas como obstáculos à plena realização das possibilidades concretas de emancipação humano-genérica, pressupostas nos objetos de uso, produto do trabalho socializado e da

técnica (ALVES, 2001).

A mundialização do capital expõe com vigor a lógica destrutiva do capital. Ela se manifesta através do desemprego de massa e da miséria física e espiritual das massas. O lúgubre cenário de pós-modernidade é reflexo social da financeirização da riqueza capitalista. O novo dado da economia política do capital altera a dinâmica sistêmica e atinge sua base de reprodução social. Na ótica da financeirização, a produção propriamente dita perde sua centralidade sistêmica. Entretanto, como uma contradição insana, a lógica da produção de mercadorias e o mundo do trabalho abstrato continuam sendo o centro de gravidade da sociedade do capital.

A financeirização da riqueza capitalista possui repercussões profundas não apenas na economia política do capitalismo global, mas na ordem da produção de valor, com a instauração de um novo regime de acumulação de capital, isto é, o regime de acumulação flexível. Ao colocar a financeirização da riqueza capitalista como elemento estruturador da lógica sistêmica do capital, Chesnais explica, por exemplo, o significado da voracidade das novas práticas de reengenharia empresarial, que surgem sob o espírito do toyotismo, a nova ideologia orgânica da organização do trabalho capitalista. A grande empresa industrial tende a incorporar o espírito do capital financeiro, imbuindo-se do horizonte de curtíssimo prazo em seus investimentos produtivos. Ela busca apresentar para seus acionistas, sedentos de uma rentabilidade voraz, resultados cada vez mais espetaculares, mesmo que seja às custas de dolorosos processos de reengenharia (com cortes de pessoal em massa) ou de trapaças contábeis (cujo caso exemplar é o da Enron, durante os anos dourados da bolha especulativa nos EUA). O capital industrial incorpora a lógica da acumulação flexível em suas múltiplas instâncias.

É no bojo da mundialização financeira que se desenvolve o novo regime de acumulação flexível e com ele, um novo complexo de reestruturação produtiva, cujo “momento predominante” é um “novo modelo produtivo”, o toyotismo. A ideologia orgânica do toyotismo, que se desenvolve no interior de uma III Revolução Tecnológica e Científica que atinge a produção de mercadorias, tende a se disseminar e influenciar as novas determinações do mundo do trabalho.

O novo regime de acumulação do capital, a acumulação flexível, que se disseminou pelo mundo capitalista nas últimas décadas, satisfaz as exigências do capitalismo mundial com as novas condições da concorrência, valorização do capital e com o novo patamar da luta de classes na produção. Como salientamos, é o regime de acumulação flexível que constituiu um novo complexo de reestruturação produtiva cujo “momento predominante” passou a ser o toyotismo. De início, o toyotismo passou a ser identificado com o “modelo japonês” e com o sucesso da indústria manufatureira japonesa na concorrência internacional. Durante os anos 1970 e 1980, várias técnicas de gestão foram importadas do Japão. Mas, no decorrer da mundialização do capital, o sistema Toyota com sua filosofia produtivista assumiu um valor universal para o capital em processo. O toyotismo passou a incorporar uma “nova significação” para além das particularidades de sua gênese sócio-histórica (e cultural), vinculado com o capitalismo japonês.

Ora, como salientamos neste capítulo, o aspecto essencial do toyotismo é expressar por meio de seus dispositivos e protocolos organizacionais (e institucionais), uma nova hegemonia do capital na produção voltada para realizar uma nova “captura” da subjetividade do trabalho pela lógica do capital.

O que significa que a financeirização da riqueza capitalista possui repercussão também na psicologia social. Inclusive, pode-se falar, nesse caso, de uma subjetividade “financeirizada”, tão volúvel quanto o capital fictício que prolifera nos circuitos financeiros. Talvez seja o que Richard Sennet identifica como sendo a corrosão do caráter. Eis um aspecto da barbárie social que não se restringe apenas à miséria física, mas a

degradação espiritual das massas proletárias. É nestas condições sócio-metabólicas que ocorre o nexo essencial do toyotismo: a “captura” da subjetividade do trabalho vivo. O que Sennet indica como sendo a corrosão do caráter talvez seja apenas um elemento de um complexo de dessocialização do trabalho vivo (o que denominamos de sócio-metabolismo da barbárie) em virtude do protagonismo da lógica do trabalho abstrato e sua exacerbação social. Caso não haja obstáculos, como o Estado social, a lógica do autovalorização do valor tende a degradar física e moralmente, o homem (SENNET, 1998).

É importante salientar, por outro lado, que o sócio-metabolismo da barbárie é produto de uma institucionalidade liberal constituída a partir da luta de classes e das derrotas políticas (e sociais) do mundo do trabalho. Ela é portanto, resultado da derrota histórica do trabalho no século XX. Apesar de ter-se constituído nos últimos trinta anos, seu percurso histórico é contraditório, pois colocou, ao mesmo tempo, possibilidades concretas ampliadas de novas utopias sociais e de resistência de classe que se acumulam e que põe a esperança como valor ontológico de um ainda-não-ser para além do capital.

O espírito do capitalismo financeiro exacerbado é base estrutural de uma série de novos fenômenos ideológicos, políticos e culturais. A disseminação da ideologia da flexibilização de conquistas sociais do mundo do trabalho, seja no campo da legislação trabalhista, seja dos direitos previdenciários, decorre das pressões nada sutis da lógica da financeirização. Para os investidores, tudo; para o trabalho, nada - ou só as migalhas da ordem vociferante do capital. As necessidades e desejos do capital financeiro, organizados no plano do imaginário social pela mídia dominante, incorporam-se no cotidiano da linguagem e do senso comum de homens e mulheres. Por isso, como reflexo da lógica sistêmica do capital parasitário-especulativo, a financeirização não é apenas uma política ou uma ideologia, mas também é uma cultura hegemônica do sistema do capitalismo global, constituindo uma cultura dominante: a cultura pós-moderna, que se fez à imagem e semelhança da lógica societal da financeirização (a fluidez e o indeterminismo são os traços centrais de um mundo de fragmentação que proclama a morte do Sujeito e o fim da História). A cultura pós-moderna traduz o fetichismo intenso que penetra a sociabilidade do capitalismo global. Essa fluidez da vida social em suas múltiplas instâncias, inclusive fluidez do próprio caráter, é reflexo da nova base sócio-produtiva do capital. É claro que em cada campo particular, como as instâncias da política, ideologia e cultura, ou ainda, do trabalho e da organização da produção capitalista, a construção de uma lógica interna adequada à financeirização da riqueza capitalista segue legalidades próprias, articulando inclusive elementos passados e presentes do sistema de capital.

Na verdade, o desenvolvimento da mundialização financeira não promove uma ruptura com o desenvolvimento do capital, mas apenas (ex)põe novas determinações complexas, instaurando um salto qualitativo em seu desenvolvimento sócio-histórico. Mészáros tem ressaltado a dimensão da produção destrutiva, não destacando (como Chesnais, por exemplo) o novo caráter financeirizado da riqueza capitalista. Para Mészáros, as contradições do capitalismo global decorrem de defeitos estruturais de controle do capital. Por outro lado, Chesnais salienta a nova dinâmica financeirizada do capital que poderia ser explicada como uma dimensão da produção destrutiva do capital destacada por Mészáros, e como desdobramento sistêmico da crise de superprodução ressaltada por Robert Brenner, autor do livro *O Boom e a Bolha*, onde procura vincular crise estrutural de superprodução e bolha especulativa nos EUA na década de 1990.

A UNIVERSIDADE PÚBLICA SOB NOVA PERSPECTIVA

*Autora: Marilena Chauí**

Conferência de abertura da 26ª. Reunião Anual da ANPED

Poços de Caldas, MG, 05 de outubro de 2003

I.

A universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo. Tanto é assim que vemos no interior da instituição universitária a presença de opiniões, atitudes e projetos conflitantes que exprimem divisões e contradições da sociedade como um todo. Essa relação interna ou expressiva entre universidade e sociedade é o que explica, aliás, o fato de que, desde seu surgimento, a universidade pública sempre foi uma instituição social, isto é, uma ação social, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela. A legitimidade da universidade moderna fundou-se na conquista da idéia de autonomia do saber em face da religião e do Estado, portanto, na idéia de um conhecimento guiado por sua própria lógica, por necessidades imanentes a ele, tanto do ponto de vista de sua invenção ou descoberta como de sua transmissão. Em outras palavras, sobretudo depois da Revolução Francesa, a universidade concebe-se a si mesma como uma instituição republicana e, portanto, pública e laica. A partir das revoluções sociais do século XX e com as lutas sociais e políticas desencadeadas a partir delas a educação e a cultura passaram a ser concebidas como constitutivas da cidadania e, portanto, como direitos dos cidadãos, fazendo com que, além da vocação republicana, a universidade se tornasse também uma instituição social inseparável da idéia de democracia e de democratização do saber: seja para realizar essa idéia, seja para opor-se a ela, no correr de século XX a instituição universitária não pôde furtar-se à referência à democracia como uma idéia reguladora. Por outro lado, a contradição entre o ideal democrático de igualdade e a realidade social da divisão e luta de classes, obrigou a universidade a tomar posição diante do ideal socialista.

Vista como uma instituição social, cujas mudanças acompanham as transformações sociais, econômicas e políticas, e como instituição social de cunho republicano e democrático, a relação entre universidade e Estado também não pode ser tomada como relação de exterioridade, pois o caráter republicano e democrático da universidade é determinado pela presença ou ausência da prática republicana e democrática no Estado. Em outras palavras, a universidade como instituição social diferenciada e autônoma só é possível em um Estado republicano e democrático.

Postos os termos desta maneira, poderia supor-se que, em última instância, a universidade, mais do que determinada pela estrutura da sociedade e do Estado, seria antes um reflexo deles. Não é, porém, o caso. É exatamente por ser uma instituição social diferenciada e definida por sua autonomia intelectual que a universidade pode relacionar-se com o todo da sociedade e com o Estado de maneira conflituosa, dividindo-se internamente entre os que são favoráveis e os que são contrários à maneira como a sociedade de classes e o Estado reforçam a divisão e a exclusão sociais, impedem a concretização republicana da instituição universitária e suas possibilidades democráticas.

* Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Se essas observações tiverem alguma verdade, elas poderão nos ajudar a enfrentar com mais clareza a mudança sofrida por nossa universidade pública nos últimos anos, particularmente com a reforma do Estado realizada no último governo da República. De fato, essa reforma, ao definir os setores que compõem o Estado, designou um desses setores como setor de serviços não exclusivos do Estado e nele colocou a educação, a saúde e a cultura. Essa localização da educação no setor de serviços não exclusivos do Estado significou: a) que a educação deixou de ser concebida como um direito e passou a ser considerada um serviço; b) que a educação deixou de ser considerada um serviço público e passou a ser considerada um serviço que pode ser privado ou privatizado. Mas não só isso. A reforma do Estado definiu a universidade como uma organização social e não como uma instituição social.

Uma organização¹¹ difere de uma instituição por definir-se por uma prática social determinada por sua instrumentalidade: está referida ao conjunto de meios (administrativos) particulares para obtenção de um objetivo particular. Não está referida a ações articuladas às idéias de reconhecimento externo e interno, de legitimidade interna e externa, mas a operações definidas como estratégias balizadas pelas idéias de eficácia e de sucesso no emprego de determinados meios para alcançar o objetivo particular que a define. Por ser uma administração, é regida pelas idéias de gestão, planejamento, previsão, controle e êxito. Não lhe compete discutir ou questionar sua própria existência, sua função, seu lugar no interior da luta de classes, pois isso, que para a instituição social universitária é crucial, é, para a organização, um dado de fato. Ela sabe (ou julga saber) por que, para que e onde existe.

A instituição social aspira à universalidade. A organização sabe que sua eficácia e seu sucesso dependem de sua particularidade. Isso significa que a instituição tem a sociedade como seu princípio e sua referência normativa e valorativa, enquanto a organização tem apenas a si mesma como referência, num processo de competição com outras que fixaram os mesmos objetivos particulares. Em outras palavras, a instituição se percebe inserida na divisão social e política e busca definir uma universalidade (imaginária ou desejável) que lhe permita responder às contradições impostas pela divisão. Ao contrário, a organização pretende gerir seu espaço e tempo particulares aceitando como dado bruto sua inserção num dos pólos da divisão social, e seu alvo não é responder às contradições e sim vencer a competição com seus supostos iguais.

Como foi possível passar da idéia da universidade como instituição social à sua definição como organização prestadora de serviços?

A forma atual do capitalismo se caracteriza pela fragmentação de todas as esferas da vida social, partindo da fragmentação da produção, da dispersão espacial e temporal do trabalho, da destruição dos referenciais que balizavam a identidade de classe e as formas de luta de classes. A sociedade aparece como uma rede móvel, instável, efêmera de organizações particulares definidas por estratégias particulares e programas particulares, competindo entre si. Sociedade e natureza são reabsorvidas uma na outra e uma pela outra porque ambas deixaram de ser um princípio interno de estruturação e diferenciação das ações naturais e humanas para se tornarem, abstratamente, “meio ambiente”; e “meio ambiente” instável, fluido, permeado por um espaço e um tempo virtuais que nos afastam de qualquer densidade material; “meio ambiente” perigoso, ameaçador e ameaçado, que deve ser gerido, programado, planejado e controlado por estratégias de intervenção tecnológica e jogos de poder. Por isso mesmo, a permanência de uma organização depende muito pouco de sua estrutura interna e muito mais de sua capacidade de adaptar-se celeremente a mudanças rápidas da superfície do “meio ambiente”. Donde o interesse pela idéia de flexibilidade, que indica a capacidade adaptativa a mudanças contínuas e inesperadas.

A visão organizacional da universidade produziu aquilo que, segundo Freitag (*Le naufrage de l'université*),

11 A distinção entre instituição social e organização social é de inspiração francfurtiana, feita por Michel Freitag em *Le naufrage de l'université*. Paris: Editions de la Découverte, 1996.

podemos denominar como universidade operacional. Regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos. Definida e estruturada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual, está pulverizada em micro-organizações que ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho intelectual. A heteronomia da universidade autônoma é visível a olho nu: o aumento insano de horas-aula, a diminuição do tempo para mestrados e doutorados, a avaliação pela quantidade de publicações, colóquios e congressos, a multiplicação de comissões e relatórios etc.

Nela, a docência é entendida como transmissão rápida de conhecimentos, consignados em manuais de fácil leitura para os estudantes, de preferência ricos em ilustrações e com duplicata em CD-ROM. O recrutamento de professores é feito sem levar em consideração se dominam ou não o campo de conhecimentos de sua disciplina e as relações entre elas e outras afins – o professor é contratado ou por ser um pesquisador promissor que se dedica a algo muito especializado, ou porque, não tendo vocação para pesquisa, aceita ser escorchado e arrojado por contratos de trabalho temporários e precários, ou melhor, “flexíveis”. A docência é pensada como habilitação rápida para graduados, que precisam entrar rapidamente num mercado de trabalho do qual serão expulsos em poucos anos, pois tornam-se, em pouco tempo, jovens obsoletos e descartáveis; ou como correia de transmissão entre pesquisadores e treino para novos de pesquisadores. Transmissão e adestramento. Desapareceu, portanto, a marca essencial da docência: a formação.

Por sua vez, a pesquisa segue o padrão organizacional. Numa organização, uma “pesquisa” é uma estratégia de intervenção e de controle de meios ou instrumentos para a consecução de um objetivo delimitado. Em outras palavras, uma “pesquisa” é um survey de problemas, dificuldades e obstáculos para a realização de um objetivo, e um cálculo de meios para soluções parciais e locais para problemas e obstáculos locais. O survey recorta a realidade de maneira a focalizar apenas o aspecto sobre o qual está destinada a intervenção imediata e eficaz. Em outras palavras, o survey opera por fragmentação. Numa organização, portanto, pesquisa não é conhecimento de alguma coisa, mas posse de instrumentos para intervir e controlar alguma coisa. Por isso mesmo, numa organização não há tempo para reflexão, a crítica, o exame de conhecimentos instituídos, sua mudança ou sua superação. Numa organização, a atividade cognitiva não tem como nem por que realizar-se. Em contrapartida, no jogo estratégico da competição do mercado, a organização se mantém e se firma se for capaz de propor áreas de problemas, dificuldades, obstáculos sempre novos, o que é feito pela fragmentação de antigos problemas em novíssimos microproblemas, sobre os quais o controle parece ser cada vez maior. A fragmentação, condição de sobrevivência da organização, torna-se real e propõe a especialização como estratégia principal e entende por “pesquisa” a delimitação estratégica de um campo de intervenção e controle. É evidente que a avaliação desse trabalho só pode ser feita em termos compreensíveis para uma organização, isto é, em termos de custo-benefício, pautada pela idéia de produtividade, que avalia em quanto tempo, com que custo e quanto foi produzido. Reduzida a uma organização, a universidade abandona a formação e a pesquisa para lançar-se na fragmentação competitiva. Mas por que ela o faz? Porque está privatizada e a maior parte de suas pesquisas é determinada pelas exigências de mercado, impostas pelos financiadores. Isso significa que a universidade pública produz um conhecimento destinado à apropriação privada. Essa apropriação, aliás, é inseparável da mudança profunda sofrida pelas ciências em sua relação com a prática.

De fato, até os anos 1940, a ciência era uma investigação teórica com aplicações práticas. Sabemos, porém, que as mudanças no modo de produção capitalista e na tecnologia transformaram duplamente a ciência: em primeiro lugar, ela deixou de ser a investigação de uma realidade externa ao investigador para tornar-se a construção da própria realidade do objeto científico por meio de experimentos e de constructos lógico-matemáticos – como escreveu um filósofo, a ciência tornou-se manipulação de objetos construídos por ela

mesma; em segundo lugar e, como consequência, ela se tornou uma força produtiva e, como tal, inserida na lógica do modo de produção capitalista. A ciência deixou de ser teoria com aplicação prática e tornou-se um componente do próprio capital. Donde as novas formas de financiamento das pesquisas, a submissão delas às exigências do próprio capital e a transformação da universidade numa organização ou numa entidade operacional

II.

Tomada sob a perspectiva operacional, a universidade pública corre o risco de passar por uma modernização que a faça contemporânea do século XXI, sem que se toque nas causas que deram origem a esse modelo universitário. Desse desejo de modernização acrítico e pouco reflexivo, são sinais duas idéias apresentadas com insistência crescente pelos organismos internacionais que subsidiam e subvencionam universidades públicas. A primeira idéia é a de sociedade do conhecimento; a segunda, uma nova concepção da educação permanente ou continuada.

A transformação do capital e da ciência, a que nos referimos acima, articulada às mudanças tecnológicas referentes à circulação da informação produziram a idéia de sociedade do conhecimento, na qual o fator mais importante é o uso intensivo e competitivo dos conhecimentos.

Mas o que significa exatamente sociedade do conhecimento?

Ao se tornarem forças produtivas, o conhecimento e a informação passaram a compor o próprio capital, que passa a depender disso para sua acumulação e reprodução. Na medida em que, na forma atual do capitalismo, a hegemonia econômica pertence ao capital financeiro e não ao capital produtivo, a informação prevalece sobre o próprio conhecimento, uma vez que o capital financeiro opera com riquezas puramente virtuais cuja existência se reduz à própria informação. Entre outros efeitos, essa situação produz um efeito bastante preciso: o poder econômico se baseia na posse de informações e, portanto, essas se tornam secretas e constituem um campo de competição econômica e militar sem precedentes, ao mesmo tempo em que, necessariamente, bloqueiam poderes democráticos, os quais se baseiam no direito à informação, tanto o direito de obtê-las como o de produzi-las e fazê-las circular socialmente. Em outras palavras, a assim chamada sociedade do conhecimento, do ponto de vista da informação, é regida pela lógica do mercado (sobretudo o financeiro), de sorte que ela não é propícia nem favorável à ação política da sociedade civil e ao desenvolvimento efetivo de informações e conhecimentos necessários à vida social e cultural. Em resumo: a noção de sociedade do conhecimento, longe de indicar uma possibilidade de grande avanço e desenvolvimento autônomo das universidades enquanto instituições sociais comprometidas com a vida de suas sociedades e articuladas a poderes e direitos democráticos, indica o contrário; isto é, tanto a heteronomia universitária (quando a universidade produz conhecimentos destinados ao aumento de informações para o capital financeiro, submetendo-se às suas necessidades e à sua lógica) como a irrelevância da atividade universitária (quando suas pesquisas são autonomamente definidas ou quando procuram responder às demandas sociais e políticas de suas sociedades). O sinal da heteronomia é claro, por exemplo, na área das chamadas pesquisas básicas nas universidades latino-americanas, nas quais os objetos e métodos de pesquisa são determinados pelos vínculos com grandes centros de pesquisa dos países que possuem a hegemonia econômica e militar, pois tais vínculos são postos tanto como condição para o financiamento das pesquisas quanto como instrumentos de reconhecimento acadêmico internacional. O sinal da irrelevância, por outro lado, aparece claramente na deterioração e no desmantelamento das universidades públicas, consideradas cada vez mais um peso para o Estado (donde o avanço da privatização, da terceirização e da massificação) e um elemento perturbador da ordem econômica (donde a desmoralização crescente do trabalho universitário público).

Outro aspecto que tem sido muito enfatizado pelos organismos internacionais que discutem o ensino superior é que a sociedade do conhecimento é inseparável da velocidade, isto é, a acentuada redução do tempo entre a aquisição de um conhecimento e sua aplicação tecnológica, a ponto dessa aplicação acabar determinando o conteúdo da própria investigação científica. Fala-se numa explosão do conhecimento, quantitativa e qualitativa, tanto no interior das disciplinas clássicas como com a criação de disciplinas novas e novas áreas de conhecimento. Segundo alguns autores, o conhecimento levou 1.750 anos para duplicar-se pela primeira vez, no início da era cristã; depois, passou a duplicar-se a cada 150 anos, depois a cada 50 anos e estima-se que, a partir de 2000, duplicará a cada 73 dias a afirma-se que a cada quatro anos duplica-se a quantidade de informação disponível no mundo.

No entanto, penso que é importante observar o seguinte. Penso que se poderia acrescentar aqui: as cifras sobre a quantidade e a velocidade dos conhecimentos, as cifras provenientes da publicação de artigos nos quais são apresentadas descobertas científicas, pode levar-nos ainda a uma outra reflexão, qual seja: a quantidade de descobertas implicou numa mudança na definição de uma ciência? Em outras palavras, a química, a matemática, a biologia e a história (para ficarmos com os exemplos mais frequentes) foram redefinidas em termos de seus objetos, métodos, procedimentos, de tal maneira que poderíamos dizer, por exemplo, que, hoje, a mudança epistemológica na química equivaleria à mudança da alquimia para a química no século XVII? Ou que, hoje, a mudança epistemológica na história equivaleria àquela que, no século XIX, rompeu com a tradição historiográfica de narrativa dos memorabilia, levou a separar natureza e cultura, a considerar a historicidade como o modo de ser do homem e a buscar uma solução para o tema clássico (que define a história desde Heródoto e Tucídides) da alternativa entre contingência e necessidade? Ou ainda: sabemos que a mudança epistemológica fundamental entre a ciência clássica e a contemporânea (século XX) encontra-se, de um lado, no fato de que a primeira julgava alcançar as coisas tais como são em si mesmas enquanto a segunda não titubeia em tomar seus objetos como constructos, e, de outro, no fato de que a ciência clássica julgava operar com as idéias de ordem e conexão causais necessárias, enquanto a ciência contemporânea tende abandonar a idéia de leis causais e a elaborar noções como as de probabilidade, regularidade, frequência, simetria etc. Ao falar em explosão do conhecimento e em explosão epistemológica, podemos dizer que a sociedade do conhecimento introduziu mudanças epistemológicas de tal monta que transformou as ciências? Houve mudança na estrutura das ciências nos últimos 30/40 anos?

Essas perguntas são suscitadas por dois motivos principais: 1) o fato, por exemplo, de que a química descubra novos elementos ou que a matemática desenvolva novos teoremas poderia ser considerado simplesmente como aumento quantitativo dos conhecimentos, cujos fundamentos não mudaram nos últimos 30/40 anos, aumento quantitativo decorrente tanto de novas tecnologias usadas nas pesquisas quanto do aumento do número de pesquisadores no mundo inteiro; 2) a quantidade de publicações precisa ser tomada cum grano salis, pois sabemos que essa quantidade pode exprimir pouca qualidade e pouca inovação porque: a) os chamados processos de avaliação da produção acadêmica, dos quais dependem a conservação do emprego, a ascensão na carreira e a obtenção de financiamento de pesquisas, são baseados na quantidade de publicação de artigos e do comparecimento a congressos e simpósios; b) a quantidade de “pontos” obtidos por um pesquisador também depende de que consiga publicar seus artigos nos periódicos científicos definidos hierarquicamente pelo ranking; c) os grandes centros de pesquisa só conseguem financiamentos públicos e privados se continuamente “provarem” que estão alcançando novos conhecimentos, uma vez que a avaliação deixou cada vez mais de ser feita pelos pares e passou a ser determinada pelos critérios da eficácia e da competitividade (outro sinal de nossa heteronomia). Essas perguntas também se referem a um problema de fundo, qual seja, a mudança imposta ao tempo do trabalho intelectual e científico.

Sabemos que uma das características mais marcantes da cultura contemporânea é o que David Harvey denominou como compressão espaço-temporal.

De fato, examinando a condição pós-moderna, David Harvey¹² analisa os efeitos da acumulação flexível do capital, isto é, a fragmentação e dispersão da produção econômica, a hegemonia do capital financeiro, a rotatividade extrema da mão-de-obra, a obsolescência vertiginosa das qualificações para o trabalho em decorrência do surgimento incessante de novas tecnologias, o desemprego estrutural decorrente da automação e da alta rotatividade da mão-de-obra, a exclusão social, econômica e política. Esses efeitos econômicos e sociais da nova forma do capital são inseparáveis de uma transformação sem precedentes na experiência do espaço e do tempo. Essa transformação é designada por Harvey com a expressão compressão espaço-temporal, isto é, o fato de que a fragmentação e a globalização da produção econômica engendram dois fenômenos contrários e simultâneos: de um lado, a fragmentação e dispersão espacial e temporal e, de outro, sob os efeitos das tecnologias da informação, a compressão do espaço – tudo se passa aqui, sem distâncias, diferenças nem fronteiras – e a compressão do tempo – tudo se passa agora, sem passado e sem futuro.

Podemos acrescentar à colocação de Harvey que falar do presente, como muitos hoje falam, como sendo a “era da incerteza” indica menos uma compressão filosófico-científica da realidade natural e cultural e mais a aceitação da destruição econômico-social de todos os referenciais de espaço e de tempo cujo sentido se encontrava não só na percepção cotidiana, mas também nos trabalhos da geografia, da história, da antropologia e das artes. Em vez de incerteza, mais vale falar em insegurança. Ora, sabemos que a insegurança não gera conhecimento e ação inovadora e sim medo e paralisia, submissão ao instituído, recusa da crítica, conservadorismo e autoritarismo.

Na verdade, fragmentação e dispersão do espaço e do tempo condicionam sua reunificação sob um espaço diferenciado e um tempo efêmero, ou sob um espaço que se reduz a uma superfície plana de imagens e sob um tempo que perdeu a profundidade e se reduz ao movimento de imagens velozes e fugazes.

No caso da produção artística e intelectual (Humanidades), a compressão do espaço e do tempo transformou o mercado da moda (isto é, do descartável, do efêmero determinado pelo mercado) em paradigma: as obras de arte e de pensamento duram uma *season* e, descartados, desaparecem sem deixar vestígio. Para participar desse mercado efêmero, a literatura, por exemplo, abandona o romance pelo conto, os intelectuais abandonam o livro pelo *paper*, o cinema é vencido pelo vídeo-clip ou pelas grandes montagens com “efeitos especiais”. Para a ideologia pós-moderna, a razão, a verdade e a história são mitos totalitários; o espaço e o tempo são sucessão efêmera e volátil de imagens velozes e a compressão dos lugares e instantes na irrealidade virtual, que apaga todo contato com o espaço-temporal enquanto estrutura do mundo; a subjetividade não é a reflexão, mas a intimidade narcísica, e a objetividade não é o conhecimento do que é exterior e diverso do sujeito, e sim um conjunto de estratégias montadas sobre jogos de linguagem, que representam jogos de pensamento. A história do saber aparece como troca periódica de jogos de linguagem e de pensamento, isto é, como invenção e abandono de “paradigmas”, sem que o conhecimento jamais toque a própria realidade.

A compressão espaço-temporal produz efeitos também nas universidades: diminuição do tempo de graduação e pós-graduação, do tempo para realização de dissertações de mestrado e teses de doutorado. A velocidade faz com que, no plano da docência, as disciplinas abandonem, cada vez mais, a necessidade de transmitir aos estudantes suas próprias histórias, o conhecimento de seus clássicos, as questões que lhes deram nascimento e as transformações dessas questões. Em outras palavras: a absorção do espaço-tempo do capital financeiro e do mercado da moda conduzem ao abandono do núcleo fundamental do trabalho universitário, qual seja, a formação.

E isso torna-se também muito evidente quando se vê a discussão da segunda idéia, qual seja, a educação

12 David Harvey. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992

continuada ou permanente. Afirma-se que diante de um mundo globalizado e em transformação constante, a educação permanente ou continuada é uma estratégia pedagógica indispensável, pois somente com ela é possível a adaptação às mudanças incessantes, se quiser manter-se ativo no mercado de trabalho. A educação permanente ou continuada significa que a educação não se confunde com os anos escolares, isto é, a educação deixa de ser preparação para a vida e se torna educação durante toda a vida.

Precisamos ponderar crítica e reflexivamente sobre essa idéia. De fato, não se pode chamar isso de educação permanente. Como vimos acima, a nova forma do capital produz a obsolescência rápida da mão-de-obra e produz o desemprego estrutural. Por isso, passa-se a confundir educação e “reciclagem”, exigida pelas condições do mercado de trabalho. Trata-se de aquisições de técnicas por meio de processos de adestramento e treinamento para saber empregá-las de acordo com as finalidades das empresas. Tanto é assim, que muitas empresas possuem escolas, centros de treinamento e reciclagem de seus empregados, ou fazem convênios com outras empresas destinadas exclusivamente a esse tipo de atividade. E essa atividade pressupõe algo básico, ou seja, a escolaridade propriamente dita. Muitas vezes também, a competição no mercado de trabalho exige que o candidato a emprego apresente um currículo com mais créditos do que outros ou que, no correr dos anos, acrescente créditos ao seu currículo, mas dificilmente poderíamos chamar a isso de educação permanente porque a educação significa um movimento de transformação interna daquele que passa de um suposto saber (ou da ignorância) ao saber propriamente dito (ou à compreensão de si, dos outros, da realidade, da cultura acumulada e da cultura no seu presente ou se fazendo). A educação é inseparável da formação e é por isso que ela só pode ser permanente.

III.

Se quisermos tomar a universidade pública sob uma nova perspectiva, precisamos começar exigindo, antes de tudo, que o Estado não tome a educação pelo prisma do gasto público e sim como investimento social e político, o que só é possível se a educação for considerada um direito e não um privilégio nem um serviço. A relação democrática entre Estado e universidade pública depende do modo como consideramos o núcleo da República. Este núcleo é o fundo público ou a riqueza pública e a democratização do fundo público significa investi-lo não para assegurar a acumulação e a reprodução do capital – que é o que faz o neoliberalismo com o chamado “Estado mínimo” – e sim para assegurar a concreticidade dos direitos sociais, entre os quais se encontra a educação. É pela destinação do fundo público aos direitos sociais que se mede a democratização do Estado e, com ela, a democratização da universidade.

A reversão também depende de que levemos a sério a idéia de formação.

O que significa exatamente formação? Antes de mais nada, como a própria palavra indica, uma relação com o tempo: é introduzir alguém ao passado de sua cultura (no sentido antropológico do termo, isto é, como ordem simbólica ou de relação com o ausente), é despertar alguém para as questões que esse passado engendra para o presente, e é estimular a passagem do instituído ao instituinte. O que Merleau-Ponty diz sobre a obra de arte nos ajuda aqui: a obra de arte recolhe o passado imemorial contido na percepção, interroga a percepção presente e busca, com o símbolo, ultrapassar a situação dada, oferecendo-lhe um sentido novo que não poderia vir à existência sem a obra. Da mesma maneira, a obra de pensamento só é fecunda quando pensa e diz o que sem ela não poderia ser pensado nem dito, e sobretudo quando, por seu próprio excesso, nos dá a pensar e a dizer, criando em seu próprio interior a posteridade que irá superá-la. Ao instituir o novo sobre o que estava sedimentado na cultura, a obra de arte e de pensamento reabre o tempo e forma o futuro. Podemos dizer que há formação quando há obra de pensamento e que há obra de pensamento quando o presente é apreendido como aquilo que exige de nós o trabalho da interrogação, da reflexão e da crítica, de tal maneira que nos tornamos capazes de elevar ao plano do conceito o que foi experimentado como questão, pergunta, problema, dificuldade.

Pensando numa mudança da universidade pública sob a perspectiva da formação e da democratização, creio que podemos assinalar alguns pontos que são a condição e a forma dessa mudança:

1. Colocar-se claramente contra a exclusão como forma da relação social definida pelo neoliberalismo e pela globalização: tomar a educação superior como um direito do cidadão (na qualidade de direito, ela deve ser universal); defesa da universidade pública tanto pela ampliação de sua capacidade de absorver sobretudo os membros das classes populares, quanto pela firme recusa da privatização dos conhecimentos, isto é, impedir que um bem público tenha apropriação privada. Romper, portanto, com o modelo proposto pelo Banco Mundial e implantado no Brasil com a pretensão de resolver os problemas da educação superior por meio da privatização das universidades públicas ou pelos incentivos financeiros dados a grupos privados para criar estabelecimentos de ensino superior, que provocou não só o desprestígio das universidades públicas (porque boa parte dos recursos estatais foram dirigidos às empresas universitárias) como a queda do nível do ensino superior (cuja avaliação era feita por organismos ligados às próprias empresas).

2. Definir a autonomia universitária não pelo critério dos chamados “contratos de gestão”, mas pelo direito e pelo poder de definir suas normas de formação, docência e pesquisa. A autonomia é entendida em três sentidos principais: a) como autonomia institucional ou de políticas acadêmicas (autonomia em relação aos governos); b) como autonomia intelectual (autonomia em relação a credos religiosos, partidos políticos, ideologia estatal, imposições empresariais e financeiras); c) como autonomia financeira que lhe permita destinar os recursos segundo às necessidades regionais e locais da docência e da pesquisa. Em outras palavras, a autonomia deve ser pensada, como autodeterminação das políticas acadêmicas, dos projetos e metas das instituições universitárias e da autônoma condução administrativa, financeira e patrimonial. Essa autonomia só terá sentido se: a) internamente, houver o funcionamento transparente e público das instâncias de decisão; b) externamente, as universidades realizarem, de modo público e em períodos regulares fixados, o diálogo e o debate com a sociedade civil organizada e com os agentes do Estado, tanto para oferecer a todos as informações sobre a vida universitária, como para receber críticas, sugestões e demandas vindas da sociedade e do Estado. Isso significa também que a autonomia é inseparável da elaboração da peça orçamentária anual, pois é esta que define prioridades acadêmicas de docência e pesquisa, metas teóricas e sociais, bem como as formas dos investimentos dos recursos. Para que haja autonomia com caráter público e democrático é preciso que haja discussão dos orçamentos por todos os membros da universidade, segundo o modelo do orçamento participativo. Finalmente, a autonomia universitária só será efetiva se as universidades recuperarem o poder e a iniciativa de definir suas próprias linhas de pesquisas e prioridades, em lugar de deixar-se determinar externamente pelas agências financiadoras.

3. Desfazer a confusão atual entre democratização da educação superior e massificação. Para isso, três medidas principais são necessárias: a) articular o ensino superior público e outros níveis de ensino público. Sem uma reforma radical do ensino fundamental e do ensino médio públicos, a pretensão republicana e democrática da universidade será inócua. A universidade pública tem que se comprometer com a mudança no ensino fundamental e no ensino médio públicos. A baixa qualidade do ensino público nos graus fundamental e médio tem encaminhado os filhos das classes mais ricas para as escolas privadas e, com o preparo que ali recebem, são eles que irão frequentar as universidades públicas, cujo nível e cuja qualidade são superiores aos das universidades privadas. Dessa maneira, a educação superior pública tem sido conivente com a enorme exclusão social e cultural dos filhos das classes populares que não têm condições de passar da escola pública de ensino médio para a universidade pública. Portanto, somente a reforma da escola pública de ensino fundamental e médio pode assegurar a qualidade e a democratização da universidade pública. A

universidade pública deixará de ser um bolsão de exclusões sociais e culturais quando o acesso a ela estiver assegurado pela qualidade e pelo nível dos outros graus do ensino público; b) reformar as grades curriculares atuais e o sistema de créditos, uma vez que ambos produzem a escolarização da universidade, com a multiplicação de horas-aula, retirando dos estudantes as condições para leitura e pesquisa, isto é, para sua verdadeira formação e reflexão, além de provocarem a fragmentação e dispersão dos cursos, e estimular a superficialidade. É preciso diminuir o tempo em horas-aula e o excesso de disciplinas semestrais. Dependendo da área acadêmica, as disciplinas podem ser ministradas em cursos anuais, permitindo que o estudante se aprofunde em um determinado aspecto do conhecimento. É preciso também não somente assegurar espaço para a implantação de novas disciplinas exigidas por mudanças filosóficas, científicas e sociais, como também organizar os cursos de maneira a assegurar que os estudantes possam circular pela universidade e construir livremente um currículo de disciplinas optativas que se articulem às disciplinas obrigatórias da área central de seus estudos; c) assegurar, simultaneamente, a universalidade dos conhecimentos (programas cujas disciplinas tenham nacionalmente o mesmo conteúdo no que se refere aos clássicos de cada uma delas) e a especificidade regional (programas cujas disciplinas reflitam os trabalhos dos docentes-pesquisadores sobre questões específicas de suas regiões). Assegurar que os estudantes conheçam as questões clássicas de sua área e, ao mesmo tempo, seus problemas contemporâneos e as pesquisas existentes no país e no mundo sobre os assuntos mais relevantes da área. Para isso são necessárias condições de trabalho: bibliotecas dignas do nome, laboratórios equipados, informatização, bolsas de estudo para estudantes de graduação, alojamentos estudantis, alimentação e atendimento à saúde. Convênios de intercâmbio de estudantes entre as várias universidades do país e com universidades estrangeiras.

4. Revalorizar a docência, que foi desprestigiada e negligenciada com a chamada “avaliação da produtividade”, quantitativa. Essa revalorização implica em:

- a) formar verdadeiramente professores, de um lado, assegurando que conheçam os clássicos de sua área e os principais problemas nela discutidos ao longo de sua história e, de outro lado, levando em consideração o impacto das mudanças filosóficas, científicas e tecnológicas sobre sua disciplina e sobre a formação de seus docentes;
- b) oferecer condições de trabalho compatíveis com a formação universitária, portanto, infraestrutura de trabalho (bibliotecas e laboratórios realmente equipados);
- c) realizar concursos públicos constantes para assegurar o atendimento qualitativamente bom de um número crescente de estudantes em novas salas de aulas (o processo de democratização aumentará o acesso às universidades);
- d) garantir condições salariais dignas que permitam ao professor trabalhar em regime de tempo integral de dedicação à docência e à pesquisa, de maneira que ele tenha condições materiais de realizar permanentemente seu processo de formação e de atualização dos conhecimentos e das técnicas pedagógicas;
- e) incentivar o intercâmbio com universidades do país e estrangeiras, de maneira a permitir a completa formação do professor, bem como familiarizá-lo com as diferenças e especificidades regionais e nacionais bem como as grandes linhas do trabalho universitário internacional.

5. Revalorizar a pesquisa, estabelecendo não só as condições de sua autonomia e as condições materiais de sua realização, mas também recusando a diminuição do tempo para a realização dos

mestrados e doutorados. Quanto aos pesquisadores com carreira universitária, é preciso criar novos procedimentos de avaliação que não sejam regidos pelas noções de produtividade e de eficácia e sim pelas de qualidade e de relevância social e cultural. Essa qualidade e essa relevância dependem do conhecimento, por parte dos pesquisadores, das mudanças filosóficas, científicas e tecnológicas e seus impactos sobre as pesquisas. Quanto à relevância social das pesquisas, cabe às universidades públicas e ao Estado fazer um levantamento das necessidades do seu país no plano do conhecimento e das técnicas e estimular trabalhos universitários nessa direção, assegurando, por meio de consulta às comunidades acadêmicas regionais, que haja diversificação dos campos de pesquisa segundo as capacidades e as necessidades regionais. As parcerias com os movimentos sociais nacionais e regionais pode ser de grande valia para que a sociedade oriente os caminhos da instituição universitária, ao mesmo tempo que esta, por meio de cursos de extensão e por meio de serviços especializados, poderá oferecer elementos reflexivos e críticos para a ação e o desenvolvimento desses movimentos. Ou seja, a orientação de rumos das pesquisas pode ser feita segundo a idéia de cidadania.

6. A valorização da pesquisa nas universidades públicas exige políticas públicas de financiamento por meio de fundos públicos destinados a esse fim por intermédio de agências nacionais de incentivo à pesquisa, mas que sigam duas orientações principais: a) projetos propostos pelas próprias universidades; b) projetos propostos por setores do Estado que fizeram levantamentos locais e regionais de demandas e necessidades de pesquisas determinadas e que serão subvencionadas pelas agências. A avaliação dos projetos, para concessão de financiamento, e a avaliação dos resultados deve ser feita por comissões democraticamente escolhidas pelas comunidades universitárias, em consonância com a definição de um programa nacional de pesquisas, definido pelo conjunto das universidades após o levantamento das necessidades, interesses e inovações das pesquisas para o país. Além dessa avaliação do conteúdo, deve haver uma avaliação pública dos objetivos e aplicações das pesquisas e uma avaliação pública, feita pelo Estado, sobre o uso dos fundos públicos. Em outras palavras, a universidade deve prestar publicamente contas de suas atividades de investigação à sociedade e ao Estado.

7. Adotar uma perspectiva crítica muito clara tanto sobre a idéia de sociedade do conhecimento quanto sobre a de educação permanente, tidas como idéias novas e diretrizes para a mudança da universidade sob a perspectiva da modernização. É preciso tomar a universidade sob a perspectiva de sua autonomia e de sua expressão social e política, cuidando para não correr em busca da sempiterna idéia de modernização que, no Brasil, como se sabe, sempre significa submeter a sociedade em geral e as universidades públicas, em particular, a modelos, critérios e interesses que servem ao capital e não aos direitos dos cidadãos.

SOCIOLOGIA E SOCIALISMO: LEBRANDO FLORESTAN FERNANDES

Autor: Diogo Valença de Azevedo Costa

A ideia de escrever este pequeno artigo surgiu da releitura de alguns trabalhos e depoimentos de Florestan Fernandes, a partir dos quais procurou estabelecer relações entre sociologia e socialismo. É ao mesmo tempo uma homenagem ao sociólogo paulistano, às vésperas de sua data de nascimento, em 22 de julho de 1920, e após quase doze anos de sua morte, em 10 de agosto de 1995, vitimado pelas imperícias médicas de um mal fadado transplante de fígado. Sem dúvida, a lembrança de Florestan Fernandes cala profundamente nas mentes e corações de todos os cientistas sociais que estejam identificados com aspirações revolucionárias, socialistas, de transformação das sociedades brasileira, latino-americanas e dos demais países subdesenvolvidos, dependentes e imperializados da Ásia e África. Sua corajosa tomada de posição ideológica, em face de uma íntima e recíproca aproximação entre socialismo e sociologia, não só nos serve de inspiração e como testemunho intelectual do rigor e da profundidade do conhecimento orientado por posições políticas de contestação e crítica da ordem social capitalista, mas revela também a necessidade e a possibilidade atuais desta perspectiva radicalizada de produção do saber científico (apenas desqualificada pelos que se julgam “neutros” e “objetivos”) diante da extremada concentração mundial de riqueza e poder (este em grande medida militarizado) entre as nações centrais e periféricas, responsável pelas misérias crescentes de nossos povos e pelo seu alijamento das principais decisões que marcam os rumos da transformação de suas próprias sociedades. O exemplo de Florestan Fernandes nos traça, enfim, os contornos mais gerais de uma prática sociológica orientada por autênticos propósitos de mudança social revolucionária e banimento, de uma vez por todas, das condições de reprodução da pobreza e alienação das camadas subalternas e classes trabalhadoras.

Não caberia aqui um resgate sistemático de sua concepção de ciência sociológica, em particular o modo como pensou sobre as grandes divisões e problemas da Sociologia nos idos da década de 1950 (Fernandes, 1976: 20-30), porém seria importante lembrar como os campos por ele trabalhados de sua especialidade – as sociologias sistemática, descritiva, comparada, diferencial, aplicada e geral – foram estabelecidos levando-se em conta as múltiplas polarizações ideológicas dos clássicos das ciências sociais, num esforço original (ainda hoje não devidamente reconhecido e compreendido) de síntese teórica fundamentado pelas sugestões de uma Sociologia do Conhecimento inspirada em Mannheim e, mais remotamente, no Marx de *A Miséria da Filosofia* e *A Ideologia Alemã*. Diante das diversas impregnações ideológicas e utópicas do saber científico, o sociólogo deveria realizar a investigação das raízes sociais da Sociologia, em suas diferentes correntes, no intuito de delimitar as vantagens e limites de focalização do objeto determinados pela *práxis* política dos investigadores, situados em posições de classe as mais diversas. A possibilidade de pesar e julgar as múltiplas perspectivas daria ao sociólogo certa independência e autonomia, sendo também curioso notar que, para Florestan (1976: 409-23), deveria ser essa a postura mais acertada para um cientista social que se identificasse como marxista. Nesses termos, o conhecimento sociológico, embora não se reduzindo a seus condicionantes sociais específicos, de classe ou qualquer outro fator, estaria intimamente imbricado ao conflito entre ideologias e utopias antagônicas em suas lutas políticas pela aceitação da verdade inerente a suas respectivas concepções de mundo. Assim caracterizada, a Sociologia deteria exigências teóricas, práticas e empíricas próprias, não podendo identificá-la de forma exclusiva com uma ou outra ideologia, fosse ela de cunho conservador, reformista, liberal ou revolucionário. Tais reflexões estariam, por exemplo, na base das distinções que faz entre socialismo e ciências sociais (Fernandes, 1976: 293-5), apesar de suas origens

históricas comuns no século XIX europeu.

Muitos poderiam dizer, contudo, que essa posição de Florestan diria respeito a uma fase bastante particular de sua obra e trajetória intelectual. Posteriormente teria ele abandonado a Sociologia e seus métodos mais associados a ideologias conservadoras, como o estrutural-funcionalismo, e aderido a uma perspectiva explicitamente marxista, dialética, revolucionária e materialista histórica. Essa é uma visão simplista, que não leva em conta a evolução do pensamento sociológico de Florestan Fernandes. Primeiro, as idéias de Marx sempre estiveram presentes em seu horizonte científico, mesmo que sua preocupação mais evidente tenha sido a de considerar as influências do socialismo no conjunto das ciências sociais. Segundo, a sua visão de que sociologia e socialismo eram duas coisas distintas não teria sido abandonada, apesar de ter passado a conceber como intrínseca à sua definição intelectual de sociólogo “uma perspectiva ideológica explicitamente socialista” (Fernandes, 1978: 129). Terceiro, Florestan não repudiou suas antigas posturas analíticas inspiradas no estrutural-funcionalismo – não à *la* Parsons ou Merton, mas muito mais enraizado nas tradições sociológicas francesas de elaboração de tipos sociais, com vistas à comparação entre estruturas de sociedades as mais diversas – após a radicalização de suas aspirações socialistas mais íntimas e seu aprofundamento das tradições revolucionárias provenientes do marxismo, anarquismo, outras correntes do movimento operário (dentre as quais algumas de cunho reformista) e, ainda, de expressões do pensamento anti-colonial como José Martí. Ora, é certo que, se o enfrentamento de Florestan contra a ditadura militar no Brasil (1964-1989) não tivesse sido tão duro e levado até as últimas conseqüências, sua evolução intelectual e política talvez fosse inteiramente outra, porém isso não impede de reconhecer certas continuidades em seu pensamento, a serem mais entendidas como firmeza de propósitos e convicções científicas do que como inconsistências ideológicas, vacilações ecléticas e uma incorporação incompleta do marxismo. Seria oportuno, portanto, indicar rapidamente quais os elementos mais gerais da forma como Florestan, na década de 1970, passou a definir sua condição de sociólogo em termos da óptica socialista da luta de classes e de transformação revolucionária da sociedade brasileira.

As reflexões de Florestan Fernandes sobre sociologia e socialismo podem ser encontradas, expressas de modo bastante direto, em pelo menos dois de seus escritos. O primeiro texto se intitula “Sociologia, modernização autônoma e revolução social”, apresentado, em 1970, como comunicação ao *X Congresso Latino-Americano de Sociologia* (Santiago do Chile) e depois publicado em *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* (1973). Nessa ocasião os intuítos de projetar a Sociologia nos processos políticos de “revolução dentro da ordem” e “contra a ordem”, procurando encadear essas duas etapas históricas interdependentes num mesmo movimento de precipitação revolucionária das mudanças sociais construtivas e necessárias à alteração do real estado de coisas, dentro de uma perspectiva especificamente socialista, são já explicitamente formulados. Agora, para Florestan, a Sociologia não poderia mais deixar de levar em conta e integrar no seu horizonte científico, em suas categorias teóricas e métodos de investigação, os prognósticos de alteração da ordem social fornecidos pela concepção socialista de mundo. Essa ligação íntima entre ciência e ideologia não afetaria a qualidade da explanação sociológica. Ao contrário, iria contribuir para seu enriquecimento, maior rigor e precisão, dado seu fator de libertação da consciência social do investigador de vários dos obstáculos e limitações da socialização burguesa do intelectual inerente a aspectos de sua formação universitária. O segundo texto, bem mais curto e sintético, aparecido em 20 de julho de 1975 com o título “Sociologia – Tirando o socialismo da quarentena”, defende uma imbricação profunda entre sociologia e socialismo no contexto latino-americano de cerco repressivo levantado pelas burguesias nacional (pró-imperialista) e estrangeira contra as forças sociais das revoluções “dentro da ordem” e “contra a ordem”. São inequívocas as palavras de Florestan Fernandes (1995: 160) a esse respeito:

“Em tal situação, ao contrário do que afirmam os corifeus de uma pretendida ‘neutralidade científica’, é impossível (e também indesejável e improdutivo) separar a investigação sociológica

do movimento socialista, isolando a sociologia do socialismo. A realidade impõe que ambos avancem interligados, influenciando-se de maneira permanente, profunda e fecunda. Na verdade, pode-se ser sociólogo sem ser, ao mesmo tempo, socialista; e, reciprocamente, o movimento socialista pode passar fora e acima da investigação sociológica institucionalizada. No entanto, a análise e a explicação sociológica dos grandes processos históricos de nossa era não só têm de levar em conta as premissas teóricas e as conseqüências práticas do socialista, elas precisam se abrir para os vários aspectos do desmoronamento e da construção do socialista, seja como ‘dados empíricos’, seja como elemento da estrutura do horizonte intelectual do sujeito-investigador (o que pressupõe não só uma metodologia especial mas, também, uma atitude ou orientação política). Além disso, tendo-se em vista a complexa resistência do capitalista monopolista e do Estado capitalista moderno ao desmoronamento e à transição socialista, hoje nem o ‘socialista revolucionário’ pode prescindir das contribuições da investigação sociológica, resulte ela de uma produção improvisada do publicista e do intelectual de partido ou da colaboração do sociólogo profissional engajado”.

Os acontecimentos políticos que projetaram Florestan no combate direto contra a ditadura, em especial a luta pela *reforma universitária* entre 1967 e 68, aguçaram sua consciência da reciprocidade de perspectivas entre sociologia e socialismo, não só no plano dos estímulos ideológicos ao conhecimento rigoroso da realidade presentes nos objetivos de transformação revolucionária da ordem capitalista brasileira, mas também no da afinidade entre ambos no que concerne ao compartilhamento da visão científica do mundo. Florestan caracterizava o socialismo de inspiração marxista, em suas diferentes vertentes, como uma convergência de elementos ideológicos, utópicos e especificamente científicos (Fernandes, 1978: 119-23). O ponto de vista sociológico não só poderia ingressar nesse quadro global, mas deveria dele participar, a fim de enriquecer a visão de mundo socialista e superar a si mesmo, em seus empecilhos teóricos, práticos e empíricos de conhecimento da realidade. Não se trataria, portanto, de uma mera tomada de posição ideológica de Florestan Fernandes em face do problema das relações entre sociologia e socialismo e, sim, de uma consciente defesa da liberdade e autonomia dos cientistas sociais perante as ameaças de empobrecimento e deturpação dos seus critérios objetivos de descoberta da verdade. Essas considerações podem ser trazidas para o momento atual, a fim de se questionar em que medida a impregnação burguesa do horizonte intelectual dos cientistas sociais, por intermédio de suas acomodações institucionais e ignorância dos movimentos mais profundos de transformação da ordem capitalista, que ocorrem à sua revelia, têm produzido deturpações mais ou menos graves em suas categorias de análise e provocado a impossibilidade da própria ciência. Talvez, agora, mais do que antes, numa época de indiferença e confusões dos cientistas sociais quanto a seus próprios papéis, seja preciso seguir o exemplo de Florestan em sua corajosa proposta de fundir conhecimento sociológico e movimento socialista.

Referências bibliográficas

- FERNANDES, Florestan. (1973), *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar.
- _____ (1976), *Ensaio de sociologia geral e aplicada*. 3. ed. São Paulo, Pioneira.
- _____ (1978), *A condição de sociólogo*. São Paulo, HUCITEC.
- _____ (1980), *A sociologia no Brasil*. 2. ed. Petrópolis, Vozes.
- _____ (1995), *Em busca do socialismo: últimos escritos & outros textos*. São Paulo, Xamã.
- FREITAG, Barbara. (1996), “Florestan Fernandes por ele mesmo”, *Estudos Avançados*, São Paulo, 10(26): 129-72, jan./abr.